



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL

Realizada em 30 de junho e 06 de julho
de 2017

N.º 3/2017

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel de Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em substituição, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, João António Vicente, Joaquim Pereira Pires, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha e Alberto Manuel de Sousa Pereira.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Nuno Miguel Miranda de Magalhães, Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva, Paulo Rui Santos Reinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Bloco de Esquerda – Henrique João da Costa Guerreiro e Albérico Afonso Costa Alho.

Presidentes de Junta – José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Vice-presidente André Valente Martins e os Srs. Vereadores: Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e António Miguel da Costa Ferreira em substituição do Sr. Vereador Luis Filipe Alexandre Rodrigues (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Yolande Paule Juliette Cloetens, Luís Alberto Miranda Custódio, João Gordo Martins e Nuno Filipe Cação Marques, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição Carlos Manuel da Conceição Batista, José Luís do Rosário Barão, Ilídio Fernandes Ferreira, Sandra Cristina Rei Paulino Lopes e Arménio da Silva Duque conforme documentos registados sob os n.ºs 7 a 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentou pedido de substituição, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão, Celestina Maria Agostinho Brito Neves, tendo sido substituída pela secretária Graça Maria da Silva Pereira, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, Rui Manuel Rosário Canas, tendo sido substituído pelo vogal, Joaquim Mário Augusto Guerreiro, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Costa, tendo sido substituído pela secretária Mónica Maria Cabaço Leitão, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Maria Lídia Soares Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Mário Jorge Pereira Gamito Gomes, não se verificou a sua presença, pelo que ficou prejudicado a substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben dos Santos Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do PS, Cármen Marinho Ribeiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, João Pedro Oliveira Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

N.º 2/2017 – Sessão Ordinária realizada a 28/04/2017 e 04/05/2017

João Vicente (CDU) – Na página 27, na penúltima linha da intervenção que eu fiz, onde se lê que “*que as verdades vão ser desmistificadas*” deve ler-se “*as ditas verdades que urge desmistificar*”, para isto ser inteligível, porque não está inteligível e não posso ter dito uma barbaridade destas.

Presidente da Mesa – Chamava a atenção para este novo sistema de registo e interpretação do som vertendo depois para escrito, porque não me parece estar, para já, em condições absolutamente impecáveis e é bom que todos leiam a ata de maneira a corrigir eventuais e muito prováveis erros de transcrição.

Não havendo mais intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – A intervenção do público está regimentalmente regulamentada em termos de duração, trinta minutos no total e o máximo de cinco minutos por pessoa.

Há dez pedidos de intervenção (conforme documentos registados sob os n.ºs 16 a 25, arquivados em pasta anexa à presente ata) e solicitava que tenham a possibilidade de se manterem dentro destes termos regulamentares que referi. Sem querer amputar naturalmente a sequência dos discursos e o que cada um tem a expor, o façam com a brevidade possível de forma a ficarem dentro destes tabiques temporais que o regimento impõe.

Assim vou passar a dar a palavra, em sequência, aos cidadãos inscritos para intervir.

Luísa Soromenho Ramos – Sou moradora na Rua Vasco da Gama e venho comunicar a esta Assembleia Municipal o que se passa no Bairro da Anunciada, mais concretamente na Rua Vasco da Gama, Travessa Álvaro Anes e Largo da Palmeira. Tem a ver com poluição sonora, poluição ambiental no geral, sonora de impacto de trânsito, de impactos de fumos, de ruído.

Considero que nestes espaços existe uma falha sistémica de democracia por falta de supervisão dos eleitos no ordenamento do território face ao crescimento exponencial de restauração e bares, que se transformaram nos donos disto tudo, esmagando e retirando toda a qualidade de vida aos moradores e em completa impunidade.

Passo a resumir e a enumerar os principais problemas ponto por ponto.

Trânsito e estacionamento caóticos, e isto já depois de ter existido vários e-mails enviados por mim desde o verão passado e de ter estado presente numa reunião com o executivo municipal, no dia 14 de fevereiro, em que a própria Presidente da Câmara prometeu alterações a várias destas situações.

Face ao trânsito e estacionamento caóticos, ao serem retirados os pilaretes que impediam o estacionamento na Rua Vasco da Gama e adjacentes, num claro recuo ao que estava estabelecido para a Rua Vasco da Gama hoje aquele espaço é intransitável e perigoso para peões e moradores.

As portas das casas ficam bloqueadas para as pessoas e é impossível passar-se com um carrinho de bebé.

Também os camiões de cargas e descargas, estando o espaço frente aos estabelecimentos ocupados pelas mesas e cadeiras desde as 10 da manhã, pelo menos, acabam por bloquear portas e janelas à altura do 1.º andar, porque têm que parar frente às casas dos moradores.

Outro ponto, duplicação de esplanada. Isto é um caso concreto, que me diz mais diretamente respeito nalguns aspetos, noutros não, e que tem a ver com toda a envolvência. A Taberna “O Pescador 2” duplicou a sua esplanada no verão passado ocupando a Travessa Álvaro Anes até à Rua Vasco da Gama, com a apropriação do espaço público, apesar do sinal de trânsito aí existente, bloqueando a minha porta do rés-do-chão, onde existe também há menos de um ano um alojamento local, aceite e aprovado pela câmara. Este alojamento local está impedindo totalmente a utilização daquela porta, a utilização do estendal de roupa de serventia a esse espaço. A isto acresce o aumento da vozearia nessa travessa estreita durante todo o dia até altas horas da noite, além da falta de civilidade dos donos do dito restaurante, que, após a saída dos clientes são eles próprios que gritam na rua pela noite fora sentando-se à minha porta numa clara intrusão do espaço individual e agindo com agressividade e retaliação quando os chamamos a atenção. Inclusive já garrafas cheias de água foram atiradas para a varanda do 1.º andar.

É evidente que a dita esplanada também bloqueia o trânsito, o que transforma a sua existência numa situação caricata de filme italiano dos anos 60.

Outra questão, a poluição pelo fumo. O fogareiro e a chaminé do dito restaurante, que já funcionavam mal, não tiveram qualquer melhoria, apesar do aumento do volume de peixe a grelhar.

O fogareiro solta fumo diretamente para o meu rés-do-chão e a chaminé continua baixa e obsoleta, lançando durante horas a fio o fumo espesso e nauseabundo para dentro da casa onde habito. Do 1.º andar até ao 4.º fica tudo inundado daquele cheiro e esta situação já foi alvo de vários e-mails desde há um ano, quando a dita casa foi aumentada.

Apesar dos e-mails que enviei à Câmara Municipal de Setúbal e à Junta de Freguesia desde o verão passado, quando esta e todas as outras situações que aqui relato se agravaram, nunca foram obrigados a alterar nada, dizendo o próprio ser amigo da ASAE e muito mais, incluindo a Câmara Municipal. Às vezes até parece verdade, visto também ter ocupado e feito obras num espaço devoluto frente ao restaurante e ao lado da minha casa, sem que haja qualquer registo de autorização para tal nos serviços camarários. Realmente é um verdadeiro faroeste.

A questão do ruído. Como se vê na descrição acima, há ruído constante deste e de outros restaurantes circundantes. Este bairro está acima da Lei Nacional do Ruído?

Os restaurantes estão abertos, muitas vezes para lá da meia-noite e tantas vezes até à uma ou duas da manhã. Os carrinhos do lixo são levados e trazidos aos saltos no empedrado para serem despejados na Av. Luísa Todi. É a essa hora que o outro restaurante, o da Silvana, à minha frente na Rua Vasco da Gama que em vez de guardar as cadeiras no interior, como fazia antes, prende-as com correntes metálicas ao gradeamento metálico da janela. É um puxar de correntes, metal contra metal, um tempo infinito e infernal nesta operação de manhã e muito tarde à noite.

Último ponto, o total massacre de ruído vivido no verão passado ainda não começou e espero que não comece. O restaurante Taifa tem concertos ao vivo desde o ano passado, porque anteriormente não havia esse problema. Concertos ao vivo, sintonizadores e altas colunas de

som atirado sobre o Largo da Palmeira, um verdadeiro ampliador de eco, durante mais de metade dos dias da semana até às três da madrugada, continuando aberto ao público aí estacionado no largo até ser dia, com vozeria e música de carros em paralelo. Verdadeira cacofonia a juntar aos dias em que havia o karaoke da Silvana.

Espero que, pelo menos, nestes dois últimos casos, as queixas dos moradores aos eleitos da cidade tenham sido ouvidas e que esse caos, que entretanto não começou, já não regresse para piorar o que já de si é péssimo.

Peço pois a esta Assembleia Municipal que tome uma posição, que a legalidade seja reposta onde não existe, que possa e deva haver também uma sensibilização dos donos de restauração que pensam que são *very típical*, mas começam a ser a *very burgessos*. Que haja uma sensibilização dos donos da restauração para que saiam do seu umbigo e percebam os limites de respeito e coexistência harmoniosa com os moradores.

Todos temos direitos e são os eleitos que têm que sensibilizar estas pessoas a uma nova realidade, impulsionada pelo turismo e que esmagam a população.

Eu vivo lá há 18 anos e já lá viviam os meus avós e desde o verão passado, desde que retiraram os pilaretes, que se tornou inabitável. Obrigada.

Presidente da Mesa – Querida, mais uma vez, apelar às pessoas que vão intervir, sem ficarem privadas de exprimir a essência daquilo que nos querem dizer, que sejam mais sucintas, porque não pode cada um dos inscritos ter 10 minutos para intervir. É impossível e isso foi dito no início.

A senhora colocou as suas questões, algumas delas são absolutamente concretas e muito pontuais, julgo que já fez diligências junto de outros órgãos municipais no sentido da sua solução e não conseguiu, daí estar a recorrer exatamente a este areópago.

Muito bem fica registada a sua pretensão e espero que, na verdade seja respondida satisfatoriamente.

Dou em seguida a palavra à cidadã Maria Manuela Nunes.

Maria Manuela Nunes – Congratulo-me com o acordo conseguido entre os três municípios, o Portugal 2020 e espero que corra tudo muito bem. Sei também que, inserido no programa Portugal 2020, tem um programa para a Arrábida, no qual contam com a parceria do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. Francamente venho alertar-vos contra o muito mau funcionamento de semelhante instituto.

Reportei em março, por e-mail, ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, porque alguém abandonou na Arrábida um monte de amianto, junto do Alambre.

Não vi o amianto com os meus olhos, baseei-me no depoimento do Chefe dos Escuteiros de Azeitão que tirou fotografias e que as enviei para o Instituto de Conservação e pedi para retirarem o amianto rapidamente e para investigarem a origem de semelhante depósito.

Dois meses depois recebi um e-mail do instituto em que solicitavam que eu dissesse o sítio exato em que está depositado o entulho.

As pessoas em Azeitão e as pessoas que conhecem bem a Arrábida, todas conhecem bem o Alambre, os próprios guardas do Parque Natural sabem exatamente onde está o amianto, no entanto no dia 18 de junho ainda lá estava o amianto. Já lhe choveu em cima.

Gostaria de ter trazido comigo esses e-mails impressos, onde estão as fotografias e a resposta deles. Não voltei a ter mais nenhuma resposta, mas no meio disto tudo fica-me aqui uma questão a fazer mal à cabeça. O contribuinte português paga para ter o Parque Natural da Arrábida protegido, paga às pessoas do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e do Parque Natural da Arrábida, o contribuinte português paga. Agora pergunto se o Parque Natural da Arrábida está protegido? Não! Tem lixo, está mal estimado, tem os acessos

dificultados e o instituto que é responsável pelo património, que a Serra da Arrábida representa, não dá sequer avanço para uma situação tão grave como o entulho de amianto espalhado junto das árvores.

Sei que a responsabilidade não é da Câmara Municipal, mas, no meu entender, as autarquias funcionam como plataformas das populações junto das instituições e têm que dar voz às populações e é aí que vos peço que deem voz às populações da zona e julgo que a todos os portugueses, porque o Parque Natural da Arrábida é de todos e tem que ser mantido, conservado e ajustado às necessidades turísticas e livre de ameaças, inclusivamente, de fogos florestais, porque já chega de incêndios por este ano.

Manuel Pereira – O que me traz aqui já foi falado em outras assembleias. Somos 28 inquilinos e 14 têm já as ligações de águas e esgotos. A obra mais difícil está feita e não temos essa ligação desde abril do ano passado quando as obras acabaram e continuamos sem a ligação de águas e esgotos, com todos os inconvenientes que isso traz.

Estranhámos também que, dos 28 inquilinos, sejam os mais antigos que não tenham as ligações feitas. Foram feitas duas empreitadas e não entendemos que sendo um espaço tão pequeno como é que fazem duas empreitadas. A primeira empreitada realizada foi a dos mais novos e os mais antigos ficaram para trás.

Pretendemos lembrar, outra vez, a esta assembleia que seria importantíssimo fazerem-se essas ligações, porque os outros 14 inquilinos estão todos com fossas, com todos os problemas que isso acarreta.

É isto que me traz aqui e pedia a vossa atenção para, pelo menos, resolver-se esta situação. Estou a falar do sítio do Picão, em Brejos de Azeitão.

José Henriques – Venho falar sobre a situação da Rua das Mimosas e sobre o seu alcatroamento e para tal pretendia socorrer-me da minha caderneta predial.

Antes de mais, convém salientar que a autoridade tributária faz a coleta do imposto, mas depois esse imposto reverte para a Câmara Municipal.

E chego aqui a determinada altura da minha caderneta predial e verifico que no ano de 2012 a autoridade tributária aumentou-me a avaliação da minha propriedade para 124.180,00 euros. Pus-me a refletir, porque é que a autoridade tributária tinha feito essa nova avaliação? Pus-me a pensar... A rua continuava por alcatroar, o que não seria fator de avaliação. A minha casa tinha na altura, 12 anos, estava a chegar à adolescência, também não seria um fator. Neste momento está a fazer 17 anos, está a entrar na maioridade.

Então cheguei a uma brilhante conclusão, a autoridade tributária resolveu aumentar a avaliação, porque o pó aumentou na Rua das Mimosas. E porque é que o pó aumentou na Rua das Mimosas? Porque num dos extremos da Rua das Mimosas abriu um infantário, o que aumentou a circulação de veículos automóveis na rua e o pó aumentou e a autoridade tributária teve uma ideia genial, tributar o pó. Aumentou o pó, terá que tributar o pó! Ok.

Agora pergunto, se eu quiser meter a minha casa no mercado, estando avaliada em 124.180,00 euros, será que consigo, neste momento, vender a casa por este valor? Julgo que não, porque as pessoas que, eventualmente, tivessem interessadas chegavam lá e viam que a rua não estava alcatroada o que fica completamente desvalorizada, embora a autoridade tributária “me obrigue” a pagar o imposto mais elevado. Se a autoridade tributária “me obriga” a pagar o imposto mais elevado eu também me sinto no direito de “exigir” à Câmara Municipal que alcatroe também a Rua das Mimosas de maneira a que o preço de mercado e a avaliação tributária sejam mais equilibrados. Se a rua estiver alcatroada, se calhar, já vou conseguir, vender a minha casa por 124.180 euros. Julgo que, neste momento, não estando a rua alcatroada ninguém vai comprar a minha casa por este valor.

Era de bom-tom que a Câmara Municipal tivesse essa situação em atenção e dentro do possível proceder ao alcatroamento da rua e, dentro do possível, também proceder à instalação dos esgotos, porque a rua ainda não tem esgotos em toda a sua extensão.

Maria de Jesus Rosinha – Sou a Maria de Jesus Rosinha Henriques, sou autarca eleita pela Coligação PSD/CDS, na União das Freguesias de Azeitão.

Esta questão que foi colocada pelo anterior cidadão já levámos imensas vezes à assembleia, ou seja, desde 2005 que sou eleita e imaginem quantas vezes é que já falei nas ruas que estão por alcatroar em Brejos de Azeitão. Sabemos perfeitamente que muito já foi feito, mas muito está por fazer e como tal um grupo de cidadãos da Rua das Mimosas e da Rua do Bem Estar decidiram fazer uma petição, um abaixo-assinado, e convidaram-me para ajudar nesse sentido. Essa petição já foi entregue no dia 22 na Câmara Municipal de Setúbal e pedem para providenciar a execução do alcatroamento destas duas vias, pelo menos, mas como é óbvio, com 600 assinaturas que andámos a recolher, falámos com muitas pessoas. Elas estão muito descontentes, estão muito tristes, pagam infraestruturas caríssimas, pagam IMI altíssimo e não têm nada por aquilo que estão a pagar.

Como eleita, desde a primeira hora que estive sempre do lado das pessoas, porque como há 30 anos que estou a morar em Brejos de Azeitão, quando lá cheguei apanhei com tudo isto até 2000. Só a partir do ano 2000 é que parte da minha rua foi pavimentada e porque passou lá o autocarro.

Nós temos fortes carências naquela zona e solicito, por favor, a todos os eleitos que visitem Brejos de Azeitão para que possam ver a zona da Salmoura, que possam ver a zona da Jardía, que passem por aqueles lados e verifiquem as enormes carências que existem.

Parte da zona, a partir do Café Star, quem conhece sabe do que é que estou a falar, não existe infraestruturas a nível de saneamento.

Nuno Carvalho – Serei muito breve, até porque já aqui vim antes, mas até pelo respeito aos seus deputados não queria deixar de vir aqui uma última vez antes de ser discutida a petição que está na ordem de trabalhos.

Como podem perceber a pertinência desta mesma petição, ela reúne um conjunto de preocupações e um conjunto de situações ou falta de condições que nós assistimos diariamente no nosso concelho e que, de facto, leva-nos a questionar, porque é que temos a taxa mais elevada, sem contar com o que é uma medida de apoio à natalidade crucial como é o IMI familiar. Esta petição centra-se nisso mesmo. Mas mais importante do que aquilo que é o pedido da petição, é efetivamente a vontade desta assembleia, algo que é visível, algo que é perceptível e algo que é inclusive afirmado transversalmente por todas as forças partidárias que aqui estão, é que todos têm vontade de reduzir o IMI.

Creio que temos o primeiro e talvez o mais difícil patamar ultrapassado nesse sentido. Por isso julgo que esta assembleia, se me permitem, deverá efetivamente recomendar que em sede própria, no executivo, se execute essa redução do IMI e que simultaneamente solicite a quem achar que deva solicitar ou voltar a solicitar ou reforçar o pedido a quem hipoteticamente possa ou não possa impedir a redução do IMI. A quem hipoteticamente possa ou não possa ter qualquer tipo de omissão de opinião ou pareceres pelo facto de nós podermos ou não reduzir a taxa do IMI.

Este apelo que eu faço, creio que se for executado na ordem cronológica normal, ou seja, se esta assembleia efetivamente aceitar a redução da taxa do IMI, que é um desígnio de todos os partidos políticos que estão aqui representados, se efetivamente indicar essa recomendação ao próximo executivo que puder decidir sobre essa redução há tempo suficiente para que, nas

instâncias próprias, qualquer dúvida que qualquer partido tenha se pode ou não descer o IMI, por impedimento do Governo, seja esclarecida. Há tempo suficiente para isso.

É este o apelo que faço, porque se houver unanimidade sobre esta matéria, deixa de haver efetivamente qualquer tipo de dúvida e deixa de haver qualquer tipo de clivagem partidária política e esta assembleia poderá se concentrar mais facilmente na resolução dos problemas das pessoas que injustamente, como aqui se ouviu, pagam a taxa mais elevada da zona da Grande Lisboa, mais elevada que Cascais, que Palmela, que Almada, que Lisboa, que Sesimbra, que Montijo e estamos a falar de Câmaras de todos os partidos.

O imposto é suposto ser justo e é preciso trazer um pouco de justiça a todos.

E porque se quer que nesta assembleia os políticos sejam mais eficientes, julgo que hoje é importante haver uma deliberação que reflita a vontade de todos os partidos e que permita, com o tempo que ainda existe até à elaboração da próxima proposta de taxas, que efetivamente haja uma resposta e uma clareza total.

Hoje a vossa posição sobre esta matéria é o sinal mais importante que se pode retirar. É o apelo que faço, e se não interpretei mal, não é nada mais, nada menos aquilo que é condizente com a vontade de todos vocês.

Rogério Miranda – Antes da minha intervenção gostava de lançar um apelo a esta assembleia para que fosse aprovado um voto de pesar às vítimas dos incêndios e às suas famílias. Igualmente gostaria também que fosse feito um voto de louvor aos nossos bombeiros.

Entrando propriamente na minha intervenção, quero registar um ligeiro salto qualitativo relativamente à Biblioteca de Azeitão.

Finalmente uma lacónica informação que se encontra afixada na porta principal dizendo, pura e simplesmente, isto: “Encerrada para obras. Pedimos desculpa aos utentes.”

Passando à fase seguinte, chegou-nos a notícia, publicada num órgão de comunicação social, onde se diz que Azeitão vai ganhar um museu autónomo dedicado a Sebastião da Gama, na Casa da viúva, Joana Luísa.

As instalações do atual museu, e menciono ainda a referida notícia, “Criado em 1999 pela Câmara Municipal de Setúbal, atualmente encerrada para obras, serão transformadas em biblioteca.” Finalmente, e porque esta notícia encerra alguma informação da Sra. Presidente da Freguesia de Azeitão, Celestina Neves, acrescenta ela “Azeitão já merece uma biblioteca maior. São duas obras boas para Azeitão e a criação de um museu autónomo e de uma biblioteca também autónoma.”. Aproveitando a presença, não da Sra. Presidente, mas de uma representante da mesma, gostaria, de facto, que fosse confirmada pela representante e, naturalmente também, pelo município a veracidade destas notícias saídas na imprensa.

Parece-nos uma medida muito positiva que nós saudamos, mas consideramos que a ausência de datas e prazos para o arranque das obras nos dois locais e as atas previstas de conclusão das mesmas, sobre estas nada foi dito e nem está dito.

A pergunta que fazemos é se existem projetos? E se poderão ser consultados pelos fregueses de Azeitão?

Importa lembrar que as obras efetuadas em 1999, na anterior biblioteca/museu foram concebidas por arquitetos da Câmara Municipal de Setúbal e redundaram num autêntico aborto, em termos de visibilidade, luminosidade e climatização.

Convém referir que seria de todo muito importante que o atual espaço reservado à futura biblioteca deveria conter uma sala para conferências devidamente equipada com meios audiovisuais, de modo a albergar aquilo que no futuro se deveria designar como a Casa da Cultura em Azeitão.

É esta a nossa opinião como azeitonenses e é esta a nossa perspetiva. Neste sentido, volto a repetir, estamos aqui para questionar a Câmara Municipal de Setúbal sobre a veracidade desta

notícia e aproveitar a presença da representante da Junta de Freguesia de Azeitão a fim de confirmar a mesma.

Estamos assumindo o direito cívico de cidadania ao escrutínio desta obra.

Ricardo Nilha – Em primeiro lugar quero lamentar que a Sra. Presidente, Maria das Dores Meira, nunca se encontre presente ou com agenda preenchida para ouvir os problemas dos cidadãos setubalenses.

Depois de ouvir todos estes relatos de caros cidadãos de Setúbal, quero perceber, com tanto IMI, com tanta Derrama, porque é que em vários bairros da nossa cidade, nomeadamente o Bairro da Conceição que se encontra ao abandono, por falta de asfaltamento, falta de iluminação e falta de bancos para os idosos. Pergunto-me, enquanto jovem, se são eleitos pelo povo ou não? E deixo aqui a minha pergunta nos meus breves cinco minutos de liberdade.

António Freitas – Tenho muito gosto em ver-vos, mas digo-vos sinceramente, gostaria de vir aqui com outros assuntos que fossem resultantes, porque o assunto que vos trago já se arrasta há mais de quatro anos o que é triste.

Habito na Rua da Salmoura, em Azeitão, e aí temos só mais dois problemas, além daqueles que já foram ditos. Temos água canalizada porque pagámos, não temos esgotos, não temos alcatroamento e agora, infelizmente, Sr. Presidente, segundo notícias que ainda resta vincular pela televisão, parece que até temos tuberculose.

A Salmoura só tem dois problemas, inundações no inverno e muito pó no verão. O resto, se calhar, não interessa a ninguém.

O plano de pormenor que foi aqui levantado e tem estado a ser respondido pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, parece que vai mais uma vez passar para o ano que vem. Os meus impostos desde 1999 que não passam para o ano seguinte, são sempre novos todos os anos.

Como é que me sinto? Comecei por me sentir defraudado, e agora quase que me sinto roubado, porque todas as minhas verbas são encaminhadas para outros sítios e nem um centavo escorre para ali.

Tenho um poço pequeno, nem sequer tem tamanho para ter de pagar licença da direção-geral em 2001 mandei fazer análises às águas. As águas já estavam nessa altura contaminadas com bacilos de Koch. Os presentes sabem com certeza o que é, são os que dão origem à tuberculose.

Também não interessa nada.

Azeitão tem potencial, tem muita capacidade e muita produção, mas Azeitão não tem infraestruturas como deve ser, não tem escolas de 3.º ciclo, não tem um Centro de Saúde como deve ser e não tem meios de transporte, nem de assistência como deve ser.

Deixei para último uma situação que me preocupa muito e face aos acontecimentos da semana passada, Azeitão continua a ter uma exígua representação, quer seja de veículos, quer seja de recursos humanos e de bombeiros na sua zona. É uma preocupação para a qual chamava a atenção nesta assembleia, embora apoiando o anterior cidadão sobre dar um louvor aos nossos bombeiros e com certeza um voto de pesar àqueles que perderam os seus, quero deixar aqui um voto de alerta, que passe de mandatos para mandatos, às forças vivas aqui presentes para se ter cuidado com a defesa de Azeitão. São muitos quilómetros quadrados de matéria combustível que ali temos, começando logo pela Brejoeira e Pinhal de Negreiros e vemos que se houver ali um incêndio com o vento que teve hoje é uma desgraça extraordinária.

Por amor de Deus, liguem a Azeitão, vamos renovar Azeitão.



Presidente da Mesa - Pedia um esclarecimento ao Sr. António Freitas, falou em micróbios que foram encontrados e percebi bacilos de cocos. Esclareça-me só, porque não concordei.

António Freitas – Bacilos de Koch.

Presidente da Mesa – Sim, o bacilo de Koch, como não podia deixar de concordar, é segundo tudo indica o causador da tuberculose.

Hesitei porque me pareceu que tinha dito outro tipo de micróbio.

Fernando Castro – Venho para falar sobre dois assuntos, mas vou ser muito rápido.

O primeiro assunto é relativamente à questão da Biblioteca e do Museu Sebastião da Gama.

Julgo que o assunto vai ser resolvido a partir do dia 2 de outubro, porque se os atuais eleitos forem reeleitos o assunto vai entrar no esquecimento e vai ser resolvido.

Relativamente à história da limpeza do arvoredo, se há preocupação ou não do executivo?

Este assunto já foi colocado, mais do que uma vez, por mim e por outras pessoas na Junta de Freguesia, mas como é um assunto que não dá visibilidade à Sra. Presidente, a mesma estar-se-á borrifando para isto.

Em Pinhal de Negreiros há uma situação altamente perigosa, há um posto de gás cheio de arvoredo e mato. Atenção a isso e depois não venham dizer que é uma desgraça, que tivemos azar, como aconteceu há 15 dias infelizmente.

Quero saber se a limpeza do mato é ou não é preocupação do atual executivo.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Manuel Fernandes (PS) – A minha primeira intervenção gostaria de dedicá-la, especialmente àquilo que foram as imensas intervenções do lado de Azeitão.

Uma vez mais recorro, já aqui foi referido anteriormente, que muitas intervenções têm sido feitas e julgo que não errarei se o frisar dizendo que, desde a primeira Assembleia Municipal deste mandato até hoje, em todas de forma continuada houve queixas de Azeitão.

Isto faz-nos refletir, deverá fazer refletir o executivo e deverá fazer refletir sobretudo a Junta de Freguesia, porque na política de proximidade alguma coisa não está a correr bem para que de forma continuada, em todas as sessões da Assembleia Municipal, existirem queixas de Azeitão.

Muitos, imensos, bastantes os problemas que são aqui apresentados e que carecem de resposta. Algo não está a correr bem e gostava, para deixar em alta, que alguma coisa seja feita, uma grande reflexão terá que ser feita em redor do que se passa com Azeitão.

Gostaria de focar dois ou três problemas que me trouxeram aqui, também na continuidade dos problemas que foram aqui apresentados pelos cidadãos, porque julgo não serem de difícil resolução.

A começar, por exemplo, por uma tampa levantada na Rua Álvaro Castelões, em frente à Calzedonia, frente ao número 56. Já várias pessoas tropeçaram naquela tampa que está levantada, inclusive uma pessoa já partiu um pé e a tampa continua levantada. Julgo que é apenas uma situação circunstancial, em que o executivo certamente tomará diligências para poder resolver.

Também numa rua que foi alvo de intervenção pelo município recentemente, aliás devem ser poucas aquelas que não têm sido alvo de intervenção nos últimos tempos. Na Rua de Brancanes existe um rapaz adolescente ou pré-adolescente com 13 anos, que tinha em frente ao seu andar, no n.º 17, uma rampa de acesso, uma vez que ele tem invalidez permanente. Antes da intervenção na Rua de Brancanes o acesso da ambulância era feito de uma forma mais simples, mais prática e havia alguma facilidade através daquela rampa para deslocação e mobilidade da cadeira de rodas. Muitas dificuldades têm existido, porque essa rampa desapareceu e acho que é uma situação também de fácil resolução. Entretanto a obra terminou, mas há queixas de algum mal-estar.

Certamente terão o mesmo critério, uma vez que criaram rampas de acesso para as garagens das moradias que estão na mesma rua no lado direito e não haverá dificuldade em encontrar a mesma solução para esta pessoa que, inclusivamente, já tinha tido lá uma rampa anteriormente.

Em relação à praia de Albarquel também gostaria de trazer aqui algumas pertinências sobre alguns relatos de queixas no que diz respeito à limpeza do areal. Trago estes problemas, porque como todos sabem as praias agora são da responsabilidade de gestão do município e a praia de Albarquel é a que é mais próxima da malha urbana, é aquela que é de maior facilidade de acesso.

Esta praia, assim todos nós esperamos, vai ser a principal acolhedora dos setubalenses, principalmente aqueles que vivem nas imediações e que têm alguma dificuldade em deslocar-se para praias mais distantes.

A praia de Albarquel carece de alguma limpeza, essa carência é sentida através das pessoas que lá trabalham e das pessoas que frequentam a praia diariamente. Há queixas sucessivas no que diz respeito à limpeza do areal.

Também existe alguma pertinência e alguma preocupação demonstrada pelas pessoas que lá trabalham e que se deslocam diariamente a essa praia no que respeita a um corredor de emergência, caso seja necessário existir uma fuga ou alguém que tenha que sair daquela zona de forma rápida. Começou a ser demasiado complicado haver alguma escapatória alternativa e, possivelmente, urge encontrar uma solução para a saída de emergência da praia de Albarquel em caso de necessidade.

Em relação ao estacionamento, as pessoas começaram a utilizar toda aquela rampa, já entrando propriamente dentro da mata. Obviamente que os carros já estão a ser estacionados dentro da mata e já houve muitas pessoas que recordaram o que aconteceu no ano passado num Festival de Música, onde arderam 400 carros. Já todos temem que se esse tipo de situação possa acontecer aqui, porque há esse perigo e esse risco, uma vez que já se está a estacionar dentro da mata.

Por fim, a situação dos sanitários. É certo que a Câmara Municipal tem uns serviços, tem uma gestão e a sua gestão municipal está adaptada àquilo que é o serviço do horário de expediente e a partir das 19 horas os sanitários deixam de ter uma pessoa e as esplanadas dos estabelecimentos que permanecem abertos na praia, têm um alvará de utilização até muito mais tarde. Chega a ser 23 horas ou mesmo meia-noite e a esplanada está cheia e simplesmente as pessoas não têm onde ir a uma casa de banho.

Tem acontecido nos últimos tempos em que os dias ou as noites são mais generosas em termos de tempo e as pessoas vão até atrás do Forte de Albarquel, não diria propriamente fazer uma visita guiada, mas ali usufruem daquilo que não têm possibilidade de usufruir a partir das 19 horas. Depois existe um mal-estar instalado na esplanada, isto consta, é dito e é sentido pelas pessoas que estão em Albarquel. Obviamente que existe a possibilidade de melhoria, e é essa a sugestão que o Partido Socialista aqui deixaria.



Albérico Alho (BE) – Quero começar exatamente por dizer que é com grande satisfação que vemos que cada vez há um maior número de concidadãos e concidadãs a recorrerem a esta assembleia para colocar questões, para pedir a intervenção dos deputados e também do executivo municipal para tentar resolver os seus problemas.

Nestes quatro anos, o número de presenças na Assembleia Municipal tem aumentado de uma forma muito expressiva e a presença de tão grande número de intervenções hoje é bem um exemplo daquilo que acabo de dizer e é naturalmente motivo de regozijo para todos nós, pelo menos é assim que eu o entendo.

É muito positivo que os setubalenses e os azeitonenses reconheçam esta assembleia como o espaço que pode acolher e que pode contribuir para resolver as injustiças que são identificadas.

De resto quero mesmo felicitar e agradecer a todos e a todas que têm recorrido à Assembleia Municipal como palco privilegiado ao exercício da sua cidadania.

Já agora não posso deixar de fazer uma referência especial aos nossos concidadãos e concidadãs de Azeitão, e que já foi referido anteriormente, mas é um assunto que deve merecer toda a reflexão desta assembleia.

Há certamente várias dezenas de intervenções ao longo destes quatro anos de azeitonenses que se têm referido de uma forma reiterada aos problemas das infraestruturas, aos problemas dos transportes, aos problemas da segurança e aos problemas ambientais. Lembro-me, por exemplo, mais do que uma vez que foi referido o problema da empresa Carmona, que não respeita minimamente as leis deste país e agora referências múltiplas como a ausência de biblioteca, a ausência de ruas alcatroadas, a ausência de segurança e referências muito explícitas, por exemplo, em relação ao que se passa na Serra da Arrábida.

Em relação a essa situação quero fazer uma referência que me parece muito importante. Não me sinto muito tranquilo quando o Parque Natural da Arrábida tem uma posição de grande indulgência para com situações em que há umas manchas que são reconhecidas na paisagem e se transformam, pela varinha mágica, da sua ausência ou do seu silêncio em grandes mansões e depois quando há problemas reais, concretos que muitos dos moradores levantam, faz-se um manto de silêncio. É um problema em relação ao qual esta assembleia deve estar atenta e deve intervir.

Mas quero também dizer que, na minha perspetiva, o aumento do número dos nossos concidadãos na Assembleia Municipal é também uma forma de escrutínio ao desempenho dos deputados municipais, ao nosso desempenho, ao desempenho da Câmara Municipal. Esta presença só pode ser entendida como estando a responsabilizar-nos, o que torna o nosso trabalho mais exigente no cumprimento da nossa função fiscalizadora, que em última análise é o cumprimento da função mais nobre de eleitos que é estar ao serviço da comunidade que nos elegeu.

Julgo que neste quadro o pior que poderia acontecer é que as preocupações que aqui foram referidas e que têm sido referidas de uma forma reiterada, não fossem atendidas, que as expectativas em relação à Assembleia Municipal e em relação ao executivo saíssem daqui frustradas. Isso era o pior que poderia acontecer, constituiria um descrédito inaceitável quer para esta assembleia como também para o executivo.

Dito isto quero fazer ainda umas breves considerações sobre algumas das queixas que ouvi aqui hoje.

É muito grave que existam locais em Setúbal em que a lei não é cumprida e a intervenção inicial da nossa concidadã Luísa Ramos remete-nos para esse mundo. É muito grave que as pessoas não se sintam seguras na sua própria casa, em que a vida das pessoas é transformada

num inferno, em que não se pode circular com segurança nas ruas, em que o espaço público é expropriado em benefício de interesses privados.

Evidentemente que todos ficamos contentes quando vemos que o turismo no país e na cidade tem aumentado e que esse aumento tem beneficiado e poderá significar momentos de prosperidade para a cidade e para todos. No entanto, não podemos aceitar que o desenvolvimento do turismo se faça à custa da perda de qualidade de vida dos nossos concidadãos e das nossas concidadãs, o que é perfeitamente inaceitável.

As situações que foram referidas hoje não são pequenos aspetos, são aspetos que dizem respeito ao conjunto da cidade. Refiro mais um ou dois exemplos para terminar. Todos nos sentimos muito confortáveis e julgo que é, inclusivamente, um progresso em que existe um conjunto de restaurantes junto ao rio, um conjunto de esplanadas que não existiam no passado e que foram permitidas, no entanto, esse espaço progressivamente tem sido aumentado para além dos espaços que foram implementados pela câmara de uma forma evasiva.

Lembro, por exemplo, no Largo da Ribeira Velha em que existe um restaurante que foi inaugurado há relativamente pouco tempo, já se apropriou da maior parte do largo, inclusivamente com uma estrutura que é completamente inaceitável, uma estrutura agressiva, uma estrutura que impede a fruição do espaço do coletivo.

Em relação a estes aspetos concretos, a câmara não pode fechar os olhos, porque é o conjunto da qualidade de vida dos cidadãos que está em causa, é a apropriação do espaço público que está em causa e não podemos aceitar, não podemos tolerar estas situações.

Senhor Vice-Presidente certamente que irá levar estas questões à Sra. Presidente da Câmara e julgo que tudo fará para que estas questões e estas preocupações que foram hoje aqui apresentadas não caiam em saco roto.

Julgo que as expectativas de todos aqueles que trouxeram aqui os problemas é que na próxima Assembleia Municipal, que será a última deste mandato, em finais de setembro, não tenham que aqui vir novamente referir os mesmos problemas.

É certamente um desejo e estou certo que o Sr. Vice-Presidente será um bom portador destas preocupações à Sra. Presidente da Câmara que está ausente.

Ainda referir um último aspeto que inicialmente queria partilhar convosco, um pouco de história.

Em 2001, nas eleições municipais, num debate televisivo houve um candidato à presidência da câmara que interpelou o então Presidente Mata Cáceres questionando-lhe se ele sabia de algum sítio em Setúbal em que pudesse colocar uma pilha. É claro que o Presidente Mata Cáceres ficou muito incomodado e ficou sem palavras, porque, efetivamente, nessa altura não existia em Setúbal nenhum local em que se pudesse colocar uma pilha, respeitando as questões ambientais. Felizmente que já houve momentos em que em Setúbal, nos últimos anos em que era possível depositar esses objetos e tratar do ambiente e agora, não sei dizer, mas, certamente no último ano ou nos últimos dois anos, mais uma vez, os locais, os espaços em que nós devíamos depositar esses objetos altamente poluentes não existem, continuam a não existir junto aos contentores. Julgo que é uma questão que certamente nos ajudará a esclarecer.

Teresa Andrade (PS) – Gostaria de focar duas situações, voltando um pouco àquilo que foi falado acerca da prevenção dos incêndios.

Esta situação foi levantada pela diretora de uma escola que faz todos os dias o caminho para praia, de Azeitão até à Figueirinha e que mostrou muita preocupação, porque diz que no caminho dos Picheleiros/Vale da Rasca está péssima a vegetação, entra mesmo por dentro das estradas, os autocarros tocam na vegetação. Como sabem a estrada é estreita e tem poucas saídas, portanto poderá ser muito difícil.

Existe legislação nacional a nível da distância que deve existir entre a estrada e a florestação, que se diz ser cerca de 10 metros, portanto está tudo menos respeitado neste momento.

Todas as estradas internas que dão acesso às praias, onde todas as crianças dos colégios estão neste momento a fazer praia, são estradas potencialmente perigosas e que o Instituto Nacional da Conservação da Natureza não tem estado a fazer um bom trabalho a vários níveis, como aqui temos visto, recorrentemente, quer em Azeitão, quer noutros lados, e também o Parque da Arrábida está muito desatento. As tragédias não acontecem só os outros, é claro que nos lembramos mais quando elas acontecem, mas venho pedir também a todos os deputados presentes e ao município em geral que tente intervir neste sentido, porque é muito importante. Em relação ao surto de tuberculose que está a ocorrer no Colégio de Azeitão, penso que é uma situação muito grave. Já nos esquecemos do que foi a tuberculose em Portugal, não foi há muito tempo, foi no tempo dos meus avós e foi muito grave. Neste momento já não temos a tuberculose como tínhamos no início do século XX, nem nos anos 50, quando foi mais ativa, e neste momento já nem sequer temos medicamentos adequados para combater as tuberculoses que já estão multirresistentes, sobretudo em crianças que são particularmente graves.

O Externato Rumo ao Sucesso tem 250 funcionários, dos quais 42 pessoas estão neste momento infetadas com tuberculose, de acordo com as notícias do PÚBLICO de hoje, na página 14. Continua aberto e as pessoas continuam lá a trabalhar.

Como sabem o período de contágio da tuberculose não é imediato, não se fica contagiado num dia e no dia seguinte estão a tossir, as pessoas podem estar um ano até serem contagiadas, até manifestarem sintomas, as pessoas podem estar a tossir semanas sem perceberem que já estão ativas no contágio.

Do ponto de vista da saúde pública, não faz sentido não haver mais proteção.

Não estou a dizer que é responsabilidade do município, que não é, mas é responsabilidade de todos nós, porque estas pessoas podem ser veículos de contágio, há muitas crianças que estão internadas nesta escola, mas há muitas que saem todos os dias para as suas casas e há funcionários que estão lá todos os dias. O facto de terem um aspeto saudável, a tuberculose não se vê na falta de aspeto saudável, consegue-se ver noutros aspetos mais tarde. Estas pessoas, todos os dias, contactam com outras pessoas e não queremos repetir os erros do passado, que já foram muito graves, sobretudo sem os meios para os combater.

Presidente da Mesa – Só um pormenor sobre a sua intervenção e os riscos que, de facto, existem e não há comparação possível entre esses tempos que trouxe aqui, naturalmente que eram mais de 20 mil as mortes por tuberculose anual. Hoje felizmente está controlada e hoje temos, de facto, um armamento e uma organização a nível do Serviço Nacional de Saúde que nos permite ter outro comportamento muito mais cauteloso e muito mais eficaz em termos de controlo dessa terrível doença que continua a existir. É uma companheira da humanidade desde o tempo das cavernas e vai continuar por ventura.

De qualquer maneira, a minha impressão, e tanto quanto sei, é que a situação está devidamente avaliada.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Vou começar por fazer uma interpelação e depois seguindo aquilo que tem sido as intervenções anteriores, vou fazer uma intervenção, porque até agora poucas interpelações têm sido feitas.

A interpelação é relativamente a uma festa que está a decorrer em Azeitão, Oleiros, e acredito que tenha as devidas licenças, porque caso contrário não poderia funcionar, mas a pergunta que quero colocar é sobre os termos dessa licença. Porque uma, pelo menos, pode ser a junta a emitir, mas a licença especial de ruído terá que ser a câmara. Gostava de saber qual é a duração dessa licença e até que horas é que foi autorizada essa festa.



Isto porque tenho tido várias pessoas que moram naquela zona a queixarem-se e que têm crianças pequenas e que não conseguem ter o sossego que é merecido, por isso gostava de saber quais são as condições e os termos em que a licença foi emitida.

Depois quero assinalar aqui duas situações, uma, aliás já alguém o disse hoje, é o facto de ultimamente nas assembleias municipais a Sra. Presidente da Câmara não nos dar o prazer da sua presença e não participar nelas e não vir aqui responder às questões que quer o público, quer os deputados municipais lhe pretendem colocar.

E agora parece que a Sra. Presidente da Junta da União de Freguesias de Azeitão vai pelo mesmo caminho, deve estar na festa em campanha e isso é, com certeza, um interesse superior àquele que nós defendemos aqui, mas compreende-se. Deve ter lá agora ao lado também o CDS a ajudar. Nós tínhamos uma aliança estranha no país, vamos passar a ter outra em Azeitão, mas enfim, são coisas da vida,

Agora falando de outras questões que dizem respeito às preocupações dos munícipes de Azeitão que aqui vieram.

Falo nisto, porque talvez seja das pessoas que, ao longo de muitos e muitos anos, aqui nesta Assembleia Municipal tenha falado várias vezes sobre os problemas de Azeitão, nomeadamente sobre os problemas dos arruamentos, da falta de asfalto, da falta de saneamento, da falta de passeios e da vergonha que são uma grande parte das ruas, nomeadamente nos Brejos de Azeitão. E não há nenhuma justificação para isso, porque se percebermos, muitas destas pessoas que vivem lá pagaram as infraestruturas há 20, 30 anos e continuam a não ter as infraestruturas feitas, mas pagaram-nas à Câmara Municipal. Esta situação é uma questão de justiça.

É curioso que há uns anos, e não foram assim há tantos, o Sr. Vice-Presidente, na altura julgo que ainda era vereador e não tinha as funções de Vice-Presidente, referiu ou deu uma entrevista à comunicação social, aos jornais em que disse que para resolver o problema do saneamento no concelho de Setúbal precisava de 20 milhões de euros.

Quero-lhe dizer, Sr. Vice-Presidente, a Câmara Municipal nos últimos anos, desde 2002 até 2016, recebeu 239 milhões de euros e isto resultado do imposto que se chama IMI.

Onde é que está esse dinheiro? Porque é que parte desse dinheiro não foi investido nas infraestruturas? Eram apenas 20 milhões de euros. Vinte milhões em 239 não é nada e já podiam ter resolvido este problema e bem e não só em Azeitão, porque o senhor disse 20 milhões para o concelho.

Já podiam ter resolvido este problema e já podiam ter feito justiça a estas pessoas e dado a uma qualidade de vida muito melhor que é aquela que as pessoas merecem. Se pagamos o IMI que pagamos com a taxa mais alta que existe no país, que existe no distrito, temos direito a que as pessoas tenham a devida compensação, temos direito que esse imposto altíssimo se traduza em qualidade de vida para os cidadãos, nomeadamente, para os cidadãos de Azeitão.

Não é por acaso que vêm cá tantas pessoas falar sobre Azeitão, não é mesmo por acaso, é porque Azeitão está muito mal, nós temos uma péssima limpeza em Azeitão. Estão algumas pessoas a sorrir, como ali a representante da junta que deve estar a pensar assim “Ó senhor deputado, então não anda em Azeitão nas Ruas José Augusto Coelho? Não está limpinha?”.

Claro que sim, a Rua José Augusto Coelho está limpa e mais duas ou três ruas em Azeitão que são ruas de muita passagem, mas se andarmos, de facto, por Azeitão, e não só na Rua José Augusto Coelho, assistimos a situações incríveis. Existem ruas em Azeitão que têm erva mais alta que os muros, porque ninguém vai lá cortá-las.

Sei que se um funcionário estiver a limpar uma rua qualquer em Azeitão, mas se existir um problema numa rua com muito movimento é imediatamente chamado, abandona o trabalho que estava a fazer para ir resolver esse problema. Mas têm que ter atenção, naquelas onde

apenas passam lá as pessoas que vivem, não é uma rua que as pessoas vão visitar, essas estão muito mal cuidadas, essas ruas não têm limpeza.

Não falo da minha, porque parecia mal, mas teria muito a dizer, mas isso pode ser por outras razões também, vá-se lá saber.

Para além destes problemas das ruas, do saneamento e dos arruamentos, quero dizer que é a Junta de Freguesia que faz, mas tem uma delegação de competências da câmara e a câmara tem o dever de fiscalizar o trabalho da Junta de Freguesia nesta matéria, porque a competência é da câmara, apenas está delegada na Junta de Freguesia.

Não nos esqueçamos que em Azeitão existem valas de esgotos a céu aberto e que a nossa atual Presidente, que será até dia um de outubro ou até 30 de setembro, sempre que concorre diz que vai acabar com essas valas, mas a verdade é que ainda não acabou com nenhuma.

Não foi há muito tempo que tivemos pessoas dos Foios nesta assembleia, por exemplo, a reclamar e que há anos que andam nisso. Já lá estive com eles várias vezes e o problema continua, não se resolve, é por isso, Sr. Vice-Presidente, que tem tantas pessoas de Azeitão aqui, porque os problemas são muitos e acumulam-se, acumulam-se, acumulam-se e não são resolvidos.

Só uma última nota, na última assembleia falei aqui de uma situação, que provavelmente existirão crianças com este problema, infelizmente, e que tem a ver com o autismo.

Alertei aqui para o facto de em Setúbal só existirem duas escolas primárias com capacidade para acolher crianças com esta doença. Essas duas turmas têm já alunos para além do limite, tinham que ser 12 e julgo que têm, pelo menos, 16. Gostava de saber se desde a última assembleia até agora a câmara já fez alguma diligência no sentido de evitar ou resolver este problema para quando iniciar o próximo ano letivo os pais destas crianças já possam ter melhores condições para os seus filhos poderem ir à escola.

Carminda Ferreira (PS) – Quero dar nota de que, finalmente, recebemos há dias a tão esperada carta que o Tribunal de Contas endereçou a este executivo, a propósito do processo de aquisição de 1.600 mil litros de combustível. Ao fim de ano e meio, de um requerimento e de sucessivos pedidos em todas as assembleias municipais, o executivo lá nos facultou o acesso à carta.

Não é suposto a Assembleia Municipal ter de aguardar ano e meio por uma resposta atendendo à natureza das funções que lhe estão cometidas que é exatamente fiscalizar os atos de gestão do executivo.

Esta carta, cujo número é o 3910, de 17 de setembro de 2013, com referência ao processo 1359, de 2013, Repsol Portuguesa, pede exatamente cópia das deliberações do órgão competente para a decisão de contratar, que é a Câmara Municipal, a aprovar a abertura de procedimento, a adjudicação e a minuta do contrato.

Pede que informe se o presente contrato já produziu efeitos, atento no disposto no artigo 45, número quatro da Lei 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei 61/2011, de 7 de dezembro.

Pede que atento o prazo de execução do fornecimento, remeta a cópia da deliberação da Assembleia Municipal a aprovar a repartição de encargos nos anos económicos de 2014 e 2015.

Pede que remeta nova declaração de compromisso, de acordo com os artigos 9.º e 13.º da resolução do Tribunal de Contas, número 14/2011, de 11 de julho.

Pede que envie o mapa dos fundos disponíveis, extraído do sistema informático, que suportou a inscrição do compromisso em causa.

Pede que remeta a declaração eletrónica, nos termos do disposto na alínea d), do número 5, do artigo 7.º, do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho.

E pede, para esta informação de controlo de fundos disponíveis demonstrativos, que o compromisso assumido não os ultrapassou.

Quero referir que os documentos que são aqui pedidos, não são aqueles que o executivo nos enviou em vez desta carta. Os documentos que nos enviou anteriormente foi os que referi e que constam nesta ata que aprovamos hoje.

Deixamos aqui uma pergunta, se a retirada desta proposta teve alguma coisa a ver com a falta dos fundos disponíveis que aqui refere?

Uma segunda questão que tem a ver com a situação em que se encontra a Casa das Quatro Cabeças. As obras estão paradas, os moradores estão impacientes, os tapumes estão a ser todos grafitados e ainda hoje passei por lá e vi sacos de lixo entre os tapumes e a casa, o que já começa a cheirar bastante mal na rua. Gostaríamos de saber em que pé se encontra a finalização da obra desta casa.

Referir ainda que a Igreja de São Julião está a ser pintada e que em boa hora a autarquia se disponibilizou. O Estado fez obras na Torre Sineira que ameaçava ruir, a verba não chegou para a pintura do edifício, a câmara está a fazer e tem que se reconhecer esta iniciativa, mas no entanto há um problema que se arrasta já há muito tempo, que tem a ver com a existência de uma caixa de eletricidade que se encontra colada à parede lateral da Igreja, numa ruela que fica entre a Igreja e a Farmácia. Esta caixa faz as vezes do urinol público da cidade.

Admitindo que a caixa não pode ser deslocalizada, atendendo a que já foram feitas várias diligências, entre elas abaixo-assinados, será que não haverá forma de impedir o acesso a este recanto, colocando um gradeamento. Existem profissionais nesta autarquia que certamente são capazes de estudar e propor uma solução adequada.

A par desta intervenção seria talvez necessário dotar a cidade de mais sanitários, os que existem são insuficientes ou não estão em muito boas condições de higiene e são os cafés, particularmente os da Praça do Bocage e o Pingo Doce, os mais procurados como recurso alternativo. Fica a sugestão.

João Luz (CDU) – Uma saudação particular para o público que hoje acompanha os nossos trabalhos e que aqui fez um conjunto de intervenções, levantando preocupações em matérias de interesse municipal e que a CDU tomou boa nota e iremos, no quadro do trabalho aqui na assembleia, procurar dar resposta às questões colocadas.

É verdade, como disse aqui o Deputado Manuel Fernandes, que há uma percentagem significativa de intervenções, por parte do público, na Assembleia Municipal referentes a questões concretas da Freguesia de Azeitão. Sublinhamos até a intervenção do Deputado Manuel Fernandes, um elogio, ainda que subtil, ao trabalho desenvolvido no conjunto das outras freguesias e isto não nos deixa de preocupar com a situação em concreto das questões aqui levantadas em relação a Azeitão e de procurar perceber o que é que distingue esta freguesia de outras.

Há para nós matérias que são centrais, na nossa opinião, uma primeira prende-se com a agregação de freguesias, com o fim das duas freguesias que existiam naquele território com a natural diminuição do número de eleitos locais nas freguesias de Azeitão e da representatividade que havia das populações daquela freguesia num órgão autárquico de proximidade. Este é o primeiro elemento que sublinhamos, que na nossa opinião contribui para que existam aspetos a assinalar, do ponto de vista daquela freguesia.

O segundo, é um ponto de ordem política e partidária, se quiserem, é a única freguesia no concelho de Setúbal que não é gerida pela CDU e na nossa opinião isso também tem um peso e é preciso que as populações das Freguesias de Azeitão quando tiverem que fazer a escolha, a que são chamados a fazer no dia 1 de outubro, também tenham isso em consideração e olhem para o que é o exemplo do trabalho realizado nas outras freguesias.



Houve aqui uma questão levantada em torno do IMI, não me iria referir a ela, porque temos na ordem do dia este assunto inscrito, mas relativamente às questões da Arrábida permitir-me-ia ir um pouco mais longe na apreciação. Foram aqui colocadas um conjunto de interrogações, de dúvidas e críticas sobre o trabalho do ICNF neste território, através do parque, e para além daquilo que possam ser orientações e definições de trabalho erradas por parte deste instituto. Importa também, no quadro desta assembleia, reconhecer que o ICNF, antes ICN e depois ICNB, foi sucessivamente alvo de remodelações por parte de Governos.

Todas estas remodelações tiveram um denominador comum, que foi a redução de meios e de recursos humanos para o trabalho do Instituto da Conservação da Natureza com impactos fortes no território, inclusive no território da Arrábida.

Não é de somenos importância perceber que para o anterior Governo, um do Governo PSD e do CDS, o ICNF e o trabalho que desenvolvia era tido em muitas situações como uma gordura do Estado que era preciso cortar. É fruto também dessas opções políticas que a determinado momento foram feitas neste país, que o ICNF chegou à situação de ter seis vigilantes para todo o território. Quando falo em território é o território terrestre e marítimo, ter viaturas, carros e barcos parados por falta de combustível e um Governo e uma Administração Central incapaz de dar resposta às necessidades de salvaguarda do território da Arrábida.

Este é um problema que também, do ponto de vista da CDU, temos vindo a acompanhar e apresentámos na Assembleia da República um conjunto de propostas sobre esta matéria, diga-se de passagem que todas aquelas propostas que pretendiam dotar este instituto de mais condições, de mais recursos técnicos e humanos, foram chumbadas pelo PSD, CDS e algumas delas também pelo Partido Socialista.

Há de facto responsáveis por esta matéria e quando aqui falamos de algumas, por exemplo do corte de estradas, das faixas de proteção, algumas delas da responsabilidade deste instituto, é preciso perceber porque é que não o fazem e em que é que se traduz a ausência de meios. A ausência de meios que, muitas das vezes, tem sido suprida ao longo de anos e anos no Parque Natural da Arrábida pela intervenção dos três municípios que se substituem regularmente e sistematicamente ao Instituto da Conservação da Natureza num conjunto de áreas que são da sua responsabilidade.

Ainda sobre a Arrábida, importa também referir que a Câmara Municipal agora assumiu formalmente, porque na prática já muito fazia, a responsabilidade pela gestão das praias.

Sobre esta matéria gostaria de questionar o executivo municipal relativamente às questões que têm vindo a ser noticiadas e sentidas pela população de Setúbal e por aqueles que visitam as praias da Arrábida, e que se prende com as questões do acesso, as questões do estacionamento, as questões da proteção civil e do socorro. O estudo de alternativas àquilo que é hoje a solução encontrada e o procurar de soluções que garantam a sustentabilidade ambiental, económica, mas também social que permitam, de facto, que as pessoas acedam há praia e que possam usufruir daquele património natural que ali temos.

Há, do nosso ponto de vista, uma questão que nesta equação tem estado muitas vezes fora, que é o fenómeno que determinou a certo momento que parte substancial da população de Setúbal passasse a usar aquelas praias, com os riscos ambientais e de emergência que referi, e que se prende com a concessão existente e o transporte para Troia.

Continuamos a verificar preços absurdos para Troia, uma barreira que foi criada às populações que as impede de usar aquilo que, durante anos e anos, foram as suas praias e que determinam que, hoje, quem tem menores recursos económicos, tenha apenas como solução as praias da Arrábida, criando uma série de problemas, que têm que ser resolvidos a montante.

Julgo que é tempo de os órgãos autárquicos, a Câmara, a Assembleia Municipal retomarem esta questão, designadamente em torno da concessão dos barcos para Troia. Existir um

posicionamento do Município de Setúbal sobre a necessidade de garantir que as populações deste concelho continuem a poder usufruir daquelas praias.

Para me encaminhar para o final da minha intervenção, apenas uma nota e uma reflexão ou se quiserem uma saudação. Ela já foi aqui referida por uma pessoa do público que fez uma intervenção, peço desculpa por não ter apontado o nome, e que se prende com a apresentação de um conjunto de projetos intermunicipais. Quatro projetos apresentados na área de mobilidade, da inclusão social, do património e do turismo, com um investimento global cofinanciado por fundos comunitários superiores a 9 milhões. Parece-nos um caminho muito interessante de intervenção, de aposta na intermunicipalidade, na ligação entre os territórios que nos deve unir a todos na Península de Setúbal, e em concreto dos territórios de Sesimbra, Palmela e Setúbal. Quer o projeto CICLOPE 7, para a rede clicável da península, o HUB 10, e a Plataforma Humanizada de Coesão Territorial para a Arrábida, que até tem ligação direta em muitos dos projetos que estão apresentados àquilo que há pouco falávamos e que é um projeto onde também estão incluídos o ICNF e a Associação de Municípios da Região de Setúbal e o PRIA (Percurso em Rede na Inclusão Ativa) com os percursos em rede na inclusão ativa.

Estes quatro projetos e o conjunto de ações que depois cada um deles inclui, são, na nossa opinião, a prova de que é possível com planeamento, com partilha de recursos, com a ligação entre os vários municípios deste território construir soluções economicamente racionais com acesso a fundos comunitários.

Saudação por parte desta bancada a este anúncio que foi feito.

Por último e para terminar muito brevemente, até porque a CDU irá apresentar uma moção sobre esta matéria, não deixaríamos, como já o fizemos na Comissão de Cultura, de questionar o executivo municipal no âmbito destes projetos intermunicipais sobre o balanço que faz hoje e a apreciação que tem sobre a realização do Festival Liberdade no concelho de Setúbal.

Joel Marques (PS) – Gostava de deixar uma breve nota sobre a apresentação que foi feita há relativamente há pouco tempo dos chamados Embaixadores de Setúbal, que é uma ação de marketing que consideramos interessante, mas que parece ser ou parece revestir a forma daquilo a que se costuma chamar de um marketing de guerrilhe, porque tem um impacto significativo no momento, mas depois acaba por se perder no tempo.

Efetivamente muitos cidadãos de mérito e de valor reconhecidos foram designados embaixadores, muitos outros o poderiam ter sido e digo-o não como termo de comparação, mas com a perspetiva de que todos possam também ser designados no futuro. O Partido Socialista entende que esta é uma iniciativa que poderia e deveria ter para o futuro um carácter mais formal e que lhe conferisse uma maior relevância à semelhança, por exemplo, do que já acontece com as medalhas da cidade. Tal permitiria que a iniciativa fosse muito mais do que apenas uma tarde bem passada e que efetivamente a existência de um regulamento em que os cidadãos pudessem referir os critérios concretos para atribuição do título de embaixador e que permitisse reconhecer o mérito e a relação que cada um desses embaixadores têm com o concelho e não apenas os afetos que por cada um desses embaixadores ou cada um de nós possa ter ou possa sentir. Seria uma mais-valia para aquilo que se pretende com a função.

Não quero também deixar, se me é permitido, na sequência daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado João Afonso Luz, de abordar aqui duas questões que me pareceram curiosas.

É um facto que relativamente a Azeitão sistematicamente têm sido aqui levantadas diversas questões e achei curioso que o apelo ao voto e a defesa da honra da CDU fosse feita pelo Sr. Deputado João Afonso Luz e não pelo candidato da CDU à Junta de Freguesia, que curiosamente tem assento nesta assembleia.



Notar também que o grande afluxo às praias de Setúbal, Sr. Deputado João Afonso Luz, prende-se muito mais com aquilo que é o preço excessivo do acesso a Troia do que são as condições das praias da Arrábida.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Quero focar três aspetos, um é um aspeto formal, como sabe solicitei através do Sr. Coordenador da Comissão de Finanças e do Sr. Presidente da Assembleia, uma informação sobre a execução do IMI nos primeiros cinco meses do ano de 2016 e 2017, e não recebi.

Na última reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças o Sr. Diretor do Departamento Financeiro informou que essa informação já tinha sido enviada do seu departamento para a entidade competente, que julgo que é o gabinete da presidência. Até agora não recebi e nenhum membro da Assembleia Municipal recebeu e julgo que seria importante termos essa informação, porque é sempre péssimo uma informação estar disponível nos serviços da câmara e não ser distribuída à entidade a quem compete a fiscalização da Câmara Municipal, que é esta Assembleia Municipal.

Ouvir o Sr. Deputado Municipal João Afonso Luz fico sempre com aquela sensação de que continuam a haver forças políticas que nunca assumem as responsabilidades das ocorrências e da responsabilidade de governação. Acontece com os temas relacionados com Azeitão, porque passou rapidamente sobre o assunto quando foi aqui falado as centenas de milhões de euros que a Câmara Municipal já recebeu de IMI e os problemas que as pessoas continuam a viver em Azeitão, como tem sido transmitido nesta assembleia sucessivamente.

Parece que o problema era a diminuição de funcionários no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

O terceiro ponto, além de considerar que é extremamente útil e um aspeto de uma importância cívica enorme, é a participação dos cidadãos na Assembleia Municipal. Também reconhecer a qualidade das intervenções desses nossos concidadãos aqui nesta assembleia, o que é importante.

Como já foi falado muito sobre os aspetos de Azeitão e não é propriamente a área do concelho que conheça melhor, embora seja natural desta terra, quero focar um aspeto que achei muito importante que foi a primeira intervenção ocorrida no Período Antes da Ordem do Dia. A cidadã que fez essa intervenção, além de ter sido de uma clareza exemplar, focou um aspeto que julgo que as autoridades do país, quer a nível nacional e local, devem enfrentar com muito cuidado e com um objetivo muito bem definido.

Vivemos hoje em dia e temos como suporte no nosso desenvolvimento e no nosso crescimento económico o movimento de turismo externo e até o turismo interno. Isso é extremamente importante para Portugal.

Não podemos comparar Setúbal com Lisboa, que ainda hoje estive em Lisboa e quase a maior parte das pessoas que ouvi numa determinada zona eram estrangeiros, e era uma avenida normal da cidade.

O aspeto que permite a criação de riqueza e o crescimento do país, criação de emprego, criação de riqueza, enfim, um conjunto de melhorias significativas da nossa atividade económica com impacto social significativo, é o turismo. Isso é um papel fundamental das instituições públicas, tem que ser compatibilizado com a vida dos cidadãos, dos moradores, daqueles que vivem em determinadas zonas.

Nas cidades existem bairros totalmente diferentes, há bairros só de moradores, onde o impacto do turismo é nulo ou quase nulo, há zonas que são pouco habitadas, acima de tudo é a atividade lúdica e de restauração. Depois há aqueles bairros de transição e aquela zona como a Fonte Nova, que sempre foi uma zona onde apareceu ao longo dos anos reclamações. Julgo

que tem que haver um equilíbrio e isso é o papel da Câmara Municipal e da Administração Central a todos os níveis e que é muito importante.

Para bem do nosso desenvolvimento económico, não podemos colocar os moradores da cidade, aqueles que vivem num determinado bairro, contra aqueles que nos visitam e que nos permitem o crescimento económico, que permitem criar emprego, porque esse equilíbrio é fundamental.

É fundamental uma intervenção pedagógica, é fundamental uma intervenção regulatória e, por isso, as entidades públicas têm esse papel fundamental.

Como todos nós devemos reconhecer, viver em casa e ser agredido constantemente com situações de cheiros, ruído e outros aspetos deve ser muito mau, é uma vida de muito má qualidade. O que pretendemos é que os cidadãos de Setúbal e do país tenham uma qualidade de vida com melhorias significativas.

Por outro lado também não queremos, como já acontece em algumas regiões do mundo, tornar os turistas, que são os grandes culpados disto, como os inimigos públicos dos moradores de determinados bairros.

Considero que a Câmara Municipal de Setúbal, neste caso particular, deve ter um papel regulatório e pedagógico na superação destes problemas e julgo que são atividades que para o bem público é fundamental ser preservado e os nossos cidadãos devem sentir-se bem nas zonas onde habitam, os turistas devem ser bem recebidos e devem aplicar o seu dinheiro nas nossas terras para que os nossos empresários e os seus trabalhadores devam tirar proveito dessa atividade.

É esse equilíbrio que nem sempre é fácil, acredito, mas é esse equilíbrio que a Câmara Municipal de Setúbal deve ter um empenhamento muito significativo, porque julgo que ouvir a intervenção que ouvimos com a amargura que estava naquelas palavras é algo que, naturalmente, nenhum de nós gostaria de chegar à noite para descansar e sentir aquele ambiente.

Só por isso quero reafirmar que é um dos aspetos, além de outros que foram aqui focados, mas este particular é um dos aspetos em que a Câmara Municipal de Setúbal deve intervir com a capacidade detentora do poder público.

Manuel Esteves (PS) – Quero aqui, mais uma vez, salientar toda a indignação que os azeitonenses vieram aqui demonstrar e a força que nos têm dado, porque temos debatido a situação de Azeitão sistematicamente em todas as sessões e agora é a prova provada de que os municípios, aqueles que sofrem na pele, vêm aqui dar a cara e vêm aqui ajudar-nos a tentar resolver os problemas de Azeitão.

É óbvio que tinha aqui na minha intervenção para falar sobre o Picão e a Salmoura, mas não vou perder tempo, porque foi muito bem explicado pelos que sentem na pele e por aqueles que lá moram, porque conheço todas estas situações que aqui vieram pedir encarecidamente e que já é tempo, mais que suficiente, para resolver.

No entanto, quero aqui garantir também que não vai ser esquecido no final deste mandato, nem provavelmente no começo do futuro mandato, que estas preocupações são prioritárias, como a da Salmoura, do Picão e do Choilo. Queixaram-se, ainda, que das tampas de esgoto saíam milhares de baratas e que no Choilo Sul as pessoas estão preocupadíssimas com esta situação, porque as baratas saem pelas sanitas e saem pelos canos das cozinhas. Isto é grave e ainda não se fez nada.

Sobre a situação política que nós estamos a sofrer na pele, tanto em Azeitão como em Setúbal, é muito idêntica, porque só estamos a ver melhoramentos, a ver rotundas, a ver pinturas, mas o dinheiro do IMI, que aqui tanto falamos e debatemos, que era essencial para resolver os problemas de infraestruturas, alcatroamentos e arruamentos, esse não é utilizado.

Ainda bem, pelo lado “negativo”, que os azeitonenses vêm aqui dar a cara, porque às vezes até podiam julgar que o que se fala, e já desde há algum tempo que a bancada do Partido Socialista o faz, que era mais uma demagogia. Por vezes até se riram aqui, mas os indivíduos da própria cidade de Setúbal, como há pouco o Sr. Deputado João Luz, da CDU, falou (fazendo o apelo ao voto da CDU), esqueceu-se de quem lá estava antes em Azeitão a comandar as freguesias e o que fizeram.

Posso aqui anunciar que até a água do chafariz ficou cortada, porque nem havia água no chafariz, o que nunca faltou em tempo algum.

Recordo-me eu que sou nascido e criado dentro da Aldeia de Vendas de Azeitão.

E digo-lhe mais, Sr. João Luz, você era novo e não se lembra, é que em 2001 foi bandeira negra da CDU fazerem arruaças, chamarem nomes ao Mata Cáceres, chamarem nomes ao Partido Socialista por causa das estradas que eram para ser alcatroadas na Salmoura, o que não foi até hoje.

Desde 2001 até hoje, quem está a comandar a nossa terra é a CDU, agora está lá Azeitão no Coração, mas, como se sabe as tomadas de posições da nossa Presidente aqui nesta assembleia é ao lado da CDU.

Meus caros amigos temos que estar acordados, temos que fazer o apelo ao voto, sim senhor, à mudança e se me permite para ver se realmente temos ou não temos coragem e razão de resolvermos em Azeitão, e não só, os assuntos essenciais que nos são mais úteis e que nos chamam mais a atenção para o nosso bem-estar e das nossas famílias.

Dar agora um bocadinho de descanso à minha terra, que foi aqui bastante massacrada e que irá continuar a sê-lo, mas se Deus quiser haveremos de ter respostas positivas.

Dizer que aqui em Setúbal também há grandes problemas. Vou-lhe aqui só anunciar que em outubro, estava um lote de terreno que tem ervas com quase dois metros de altura, rodeado de automóveis e de estacionamento por todos os lados. Agora nem vedações tem, mas se houver ali uma beata de um cigarro, ou outra coisa qualquer, vamos ver onde é que estão os bombeiros e quem são os responsáveis pela desgraça que ali poderá vir a acontecer.

Dando prioridade a tudo o que foi aqui falado em primeira mão e não vamos descansar com certeza durante este tempo próximo, quero aqui realçar que em Setúbal são pinturas, ruas e rotundas. Em Azeitão são pinturas, ruas principais e rotundas, mas agora é até mais engraçado, é que mesmo em plena Vila Nogueira de Azeitão as rotundas só com “picoletes”, agora já nem têm azulejos, nem têm o lancil em volta, nem nada, faz-se um traço branco em círculo e colocam-se uns “picoletes” ali pendurados, o que é uma vergonha e está ali um mamarracho de todo o tamanho. Sinceramente, há situações que mesmo que queiramos tentar dar algum jeito não se consegue de maneira nenhuma.

Dizer que em Brejos de Azeitão, no mercado que lá está e onde foi a nossa Presidente da Câmara e os Vereadores, ficou prometido um novo mercado, não se sabe é para quando. Nunca mais se vai saber quando, mas acontece que continuam a lá estar duas pessoas a vender em dois contentores junto à estrada nacional. É uma situação que os turistas e os visitantes de Azeitão devem ficar muito agradados, porque em pleno século XXI, virem cá e serem servidos dentro de uns contentores não é nada agradável.

Em Azeitão cortam as árvores e deixam os troncos com quase meio metro saliente da estrada. Já se debateu aqui, várias vezes, sobre essa situação e a Sra. Presidente, não está presente, mas disse aqui que ia arrancar os troncos para pôr árvores novas e até hoje continua tudo na mesma.

Não quero entrar em mais detalhes degradantes, mas quero ainda realçar o passeio pedestre entre Vendas e Vila Fresca de Azeitão, sobre o qual tem sido debatido aqui por esta bancada, para dar alguma segurança às pessoas que vão ao Pingo Doce, para não passarem por poças, por buracos e não serem atropelados. Espero bem que nunca venha a acontecer isso, mas já

teve muito próximo de se dar um acidente. Tivemos agora a consolação de saber, foi notícia hoje nos jornais, que as Câmaras de Palmela, Sesimbra e Setúbal estão-se a candidatar aos fundos para ciclovias e passeios, mas na Estrada Nacional 10.

Estou a falar da Estrada 379, que é paralela, e espero bem que desta vez façam um desvio e que se consiga fazer, de uma vez por todas, este tal passeio que são 700 metros.

Joaquim Marcelino (CDU) – Se me permitem um cumprimento muito especial às pessoas que estão aqui da zona da Jardía. As questões que estas pessoas aqui trouxeram são, sem dúvida, muito pertinentes por serem situações com que se debatem há alguns anos e que não é agradável para ninguém viver em ruas sem asfalto, cheio de poeira e algumas ainda com o saneamento por fazer.

Gostava aqui de lembrar algo que é importante, em 1998 a junta CDU fez um levantamento das ruas existentes nesta área, cujo número era de 117, atualmente as ruas que existem para asfaltar na zona da Jardía são 37.

É evidente que também não estamos aqui a contar as ruas da Salmoura e as ruas dos Brejos Pequenos, mas temos presentes qual é o número de ruas dessas zonas. Agora as ruas que existem atualmente na zona da Jardía são 37. Claro que todos nós também temos que lutar para que, no próximo mandato, estas 37 ruas sejam asfaltadas.

Também quero aqui dizer e lembrar ao meu amigo e parente Manuel Esteves, que no tempo do Professor Mata Cáceres, quando requeríamos uma motoniveladora para, pelo menos, não asfaltar as ruas, mas pô-las em terra batida, limpas e em condições de se transitar minimamente, levava seis meses para aparecer. A verdade é que agora nós vemos lá todos os dias vários carros e várias máquinas da câmara e também temos que ter em consideração que os lixos amontoavam-se às toneladas em Azeitão, nomeadamente nos Brejos. Quem está aqui da Jardía lembra-se, com certeza, até mesmo as pessoas que moram lá mais recentemente, dos montes de entulho que havia naquela área e isso agora não acontece. A situação mudou realmente.

Não quer dizer que não tenhamos que lutar para que as coisas fiquem melhores e essa é a nossa posição, será sempre e deverá ser sempre a nossa posição.

Patrícia Rodrigues (PS) – Há cerca de, sensivelmente, três anos deu-se a transferência das instalações do Departamento de Psiquiatria da Unidade de Doentes de Evolução prolongada no Hospital de São Bernardo para a Estrada Nacional 10. Quando ocorre necessidade de fazer programas diários mais longos de reabilitação social e integração profissional, muito utentes não têm rendimentos suficientes para fazer face aos transportes, porque o valor do passe mesmo dentro de Setúbal situa-se entre os 27 e os 60 euros. Ou seja, para se deslocar todos os dias à Área de Dia ou Ocupação os utentes gastam muito dinheiro em transporte e este género de programas pode demorar, por exemplo, três meses.

Posto isto a minha questão é a seguinte, tem a autarquia conhecimento deste constrangimento? Caso tenha e embora não seja responsável direta pela situação exposta, mas tendo em conta que se trata de munícipes de Setúbal com problemas do foro mental, se existe alguma proposta de solução para resolver esta questão.

Henrique Guerreiro (BE) – Neste período de perguntas ao executivo, a minha primeira questão não é uma pergunta, é uma saudação e votos de felicitação à Câmara Municipal, particularmente ao seu pelouro da cultura e ao Sr. Vereador Pedro Pina, pela realização de mais uma festa da ilustração de grande qualidade que põe Setúbal ao nível dos grandes eventos culturais do país.

É justo que seja mencionada a continuidade deste evento e fazemos votos para que no futuro ele se mantenha com a qualidade que tem tido. Pedimos-lhe também que transmita estas felicitações a todos os parceiros que a câmara tem na realização deste evento.

Senhor Presidente, permita-me agora que me dirija ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal para o instar a responder nesta assembleia, sobre o que pensa a câmara fazer, promover e sensibilizar no sentido de minorar ou resolver as questões que foram levantadas pela nossa concidadã Luísa Ramos, a primeira interveniente nesta assembleia.

Não estamos a falar numa questão que obriga o orçamento, não estamos a falar numa questão que obrigue a deslocar recursos humanos, estamos a falar de uma questão que se limita ao cumprimento da lei, não só ao cumprimento da lei do ruído, mas também da ocupação do espaço público.

Em relação à ocupação do espaço público, quero-lhe dizer, Sr. Vice-Presidente da Câmara, que sou um frequentador assíduo e, como ser humano do Sul da Europa, adoro as esplanadas, adoro a rua, adoro os cafés, adoro comer na rua, adoro beber um copo na rua, mas é absolutamente impossível a manutenção da ocupação de passeios, a ocupação de largos inteiros pela restauração, pelos estabelecimentos de comércio de bebidas, seja pelo que for.

O espaço público, onde podemos circular livremente, é um bem que compete à Câmara Municipal não regular, porque ele está regulado, mas exercer a fiscalização necessária e suficiente para que ele não seja usurpado aos nossos concidadãos. Não estamos a falar de recursos financeiros, repito, não estamos a falar de recursos humanos, estamos a falar exclusivamente do cumprimento das leis da República e dos Regulamentos Municipais.

Assistimos hoje, mais uma vez, a um conjunto de intervenções de concidadãos e concidadãs da zona de Azeitão. Já houve várias intervenções de diversas bancadas sobre esse tema, todas elas reconhecendo a justeza das pessoas que aqui vêm, porque lhes falta o saneamento, porque não têm água, porque o asfalto não está completado e porque existem problemas ambientais.

Senhor Vice-Presidente da Câmara, que respostas tem hoje em finais de junho de 2017 para dar a estas pessoas? Bem sei que vamos entrar num período difícil, que é o período eleitoral, em que será muito fácil prometer o céu e a terra, sei disso e não quero entrar por aí. Mas este município é gerido por uma força política em maioria absoluta, há um conjunto de anos, e não acredito que o Sr. Vice-Presidente e este executivo não possam dizer às pessoas, em termos de planeamento da vossa atividade, para quando terminam o saneamento básico em Azeitão? Para quando estarão ligadas as habitações aos esgotos? É uma resposta que o Sr. Vice-Presidente deve, não só, aos nossos concidadãos, mas deve também a esta assembleia.

Finalmente quero-me referir, e penso que foi um deputado da CDU que já se referiu à questão das praias na Arrábida, aos transportes.

Assistimos num passado muito recente a um evento das forças da ordem a multar e a rebocar carros na Serra da Arrábida. Não é uma função do município rebocar carros e multar viaturas que estão a ocupar o espaço público, mas é uma responsabilidade da câmara a organização de transportes, é uma responsabilidade da câmara sensibilizar as entidades nacionais que se ocupam das estradas, é uma responsabilidade da câmara prevenir e aumentar a capacidade de fluência de que as pessoas possam ter às praias.

Não basta quando falamos da galinha dos ovos de ouro do turismo, dizer que pintamos agora os edifícios de roxo mais claro, de rosa mais pálido, pomos umas flores nas rotundas e o turismo aparece na cidade.

Sabemos que o turismo não é isso, sabemos que o turismo por vezes funciona como o acordeão que vai e vem e sabemos que o único turismo que garante uma economia saudável é um turismo classificado, um turismo que não é de toque e fogue, um turismo que seja de qualidade e isso é uma obrigação do município também potenciar e criar condições para que seja esse o turismo que nós recebemos.

Senhor Vice-Presidente, esse turismo não pode, aos esforços que são feitos para o embelezamento das ruas do centro de Setúbal, repito das ruas do centro de Setúbal, sendo essas ruas entre a Av. 5 de Outubro e a Beira-Mar, o investimento não se pode centrar exclusivamente aí. O investimento, Sr. Vice-Presidente, na nossa opinião, tem que se centrar na Freguesia do Sado, em São Sebastião, tem que se centrar em Azeitão, temos que requalificar o nosso território e não fazer do centro da cidade um conjunto de ruas, por muito floridas, por muito bem pintadas, por muito boas estatuetas que tenham não respondem aos problemas da população de Setúbal.

Sei que vêm aí as eleições e sei que esse é um momento de todos prometeram tudo de uma assentada, mas em final de mandato também é uma responsabilidade de quem geriu a Câmara Municipal dizer aquilo que não conseguiu fazer e aquilo que pensa que deve ser feito com urgência durante o próximo período.

Vitor Ferreira (PS) – Tenho uma sugestão de trânsito, uma preocupação, mas quero começar por assinalar as preocupações ambientais, a referência subtil do Deputado João Afonso Luz que ainda assim fez uma discriminação positiva em relação à atuação do atual Governo quando comparado com o Governo anterior e é sempre bom assinalarmos que o Partido Socialista sempre vai fazendo alguma diferença.

A propósito da minha sugestão e da minha preocupação de trânsito, há tempos falámos aqui, sei que também na Assembleia de Freguesia de São Sebastião, na necessidade ou na proposta de se fazer uma rotunda que faria, e acho que se conseguiu isso, com que o trânsito fluísse melhor quando se passava da Rua Fernando Lopes Graça para a Avenida das Descobertas. Foi feita uma mini rotunda e julgo que as coisas estão a funcionar, quem sabe destas matérias poderá avaliar melhor do que eu. Quando passo por lá sinto-me melhor a circular, mas fazia aqui a sugestão de deslocarem a paragem do autocarro, que está frente à pastelaria Delícia Latina, passo a publicidade, porque os clientes nem sempre disciplinados estacionam os carros precisamente onde o autocarro devia parar. Uma vez que o autocarro não tem onde parar, fica fora do seu espaço a bloquear o trânsito e a rotunda perde eficácia. Talvez deslocando a paragem, tudo pudesse funcionar melhor, mas os técnicos dirão com mais propriedade.

Também tenho uma preocupação que tem a ver com a Avenida Álvaro Cunhal, olhando para a bomba do Jumbo de um lado e para a estação elétrica da EDP, reparei que houve obras de beneficiação da via, mas não consigo entender, e uma vez mais não sou especialista, porque é que uma faixa com uma única via no sentido nascente/poente tem um separador central tão alto? Tenho a preocupação que havendo uma situação qualquer de conflito de trânsito os automóveis, os camiões, eventualmente até um veículo de emergência poderão ficarem bloqueados, porque o separador é muito alto. Admito que ainda haja uma repavimentação e que isso possa diminuir a altura, mas não consegui perceber a vantagem de ser apenas uma única via e haver um separador central tão alto.

Vou aproveitar também a oportunidade, porque nós iremos votar favoravelmente a saudação sobre o Festival da Liberdade e para não prejudicar aquilo que é o conteúdo da saudação que acompanharemos, para deixar aqui uma preocupação. Quero dizer que tenho uma ideia sobre este festival muito positiva, em todos os aspetos, em relação àquele que era o objetivo, mas também em relação àquilo que foi a adesão dos setubalenses e dos azeitonenses que também passaram por lá e até pessoas de outras terras. Foram 60 mil pessoas, gente nova, gente de idade, famílias e tenho a melhor das ideias sobre o que aconteceu naqueles dias, mas fiquei com uma preocupação e vou falar sobre ela. Não quero, contudo, iniciar nenhuma polémica, quero apenas alertar, sugerir, recomendar que quem sabe destas matérias de proteção civil, de gestão de multidões não fique entusiasmado como estamos pelo sucesso da iniciativa sem fazer uma reflexão sobre o que é gerir tantas pessoas no mesmo espaço, entradas/saídas.

Na sexta-feira por volta das 23h00 eu saí do recinto enquanto milhares de pessoas tentavam entrar e algumas centenas tentavam sair. Não foi fácil. As pessoas estavam bem-dispostas, o ambiente era muito sereno, muito calmo, mas eu que já tenho outras experiências em outras situações de grandes multidões fiquei com a sensação que se as coisas não estivessem a correr de uma forma tão familiar, tão serena, este conflito entre a saída e a entrada poderia ter originado algo mais complicado.

Quero insistir nisto, mas não estou a falar para deixar uma má imagem, uma mácula no festival. Estou muito satisfeito com o que vi naqueles dias, com os setubalenses a dirigirem-se lá para baixo em família, com o convívio, com os jovens a mostrarem os seus projetos, aliás, o Deputado João Afonso Luz já tinha falado sobre este festival numa conversa informal e devo confessar que fui um bocadinho motivado por aquilo que tinha sido a sua discipção.

Gostava que o executivo me garantisse que essa reflexão vai ser feita. Deixo para depois a discussão da saudação, as referências positivas às entidades que tiveram ligadas.

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – As questões são todas muito pertinentes, e naturalmente que foram todas registadas e vou procurar dar uma resposta mais alargada possível, concentrando-me nas questões que considero de maior impacto no nosso concelho e também nas freguesias, sobre alguns aspetos que aqui foram salientados. Ficando a garantia de que as questões mais concretas e de pormenor, mesmo as questões de pormenor não quer dizer que sejam menos importantes, mas ficaram registadas e, como tem acontecido sempre, são transmitidas aos serviços para que tenham o encaminhamento devido.

Começo exatamente por esta última questão que o Sr. Deputado do Partido Socialista colocou sobre o festival, que foi uma iniciativa que todos registámos com muito agrado e que esperemos que continue a haver condições para que o mesmo continue a existir, promovido pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, com o apoio dos municípios, que neste caso e neste ano foi realizado em Setúbal. Outros festivais têm sido realizados em outros municípios, e acho que a Associação de Municípios está de parabéns e os que fazem parte da associação. Esperemos que estas iniciativas continuem por muitos anos com a mesma dinâmica e a mesma capacidade de atração que esta iniciativa teve.

A questão que quero garantir, porque considero que é uma questão extremamente pertinente e importante, é que a reflexão que o Sr. Deputado considerou que deveria ser feita, está a ser feita pelas entidades competentes. Posso garantir-lhe isso e certamente que assuntos destes têm, naturalmente, de ser avaliados, ponderados para que não sejamos surpreendidos, porque depois disso já pouco há a fazer. Agradeço a sua questão e fica aqui este compromisso e a certeza de que essa reflexão está a ser feita.

Referia-me agora à senhora que fez a exposição sobre a Rua Vasco da Gama. Como a senhora disse, há 18 anos que vive naquela habitação e certamente que tem acompanhado as iniciativas que a Câmara Municipal tem desenvolvido no sentido de pedir opinião às populações, aos moradores, aos residentes naquele bairro sobre a forma de intervir no mesmo, designadamente na Rua Vasco da Gama. Se não teve oportunidade de acompanhar todos as reuniões que ao longo destes últimos anos tem existido com a população, com grande participação, posso-lhe dizer que em duas vezes a Câmara Municipal tinha duas propostas, em momentos diferentes e, portanto, propostas diferentes, mas sobre as mesmas questões e os mesmos problemas que existe naquele bairro. A população decidiu contrário às propostas que a câmara apresentou e a câmara cumpriu aquilo que a população decidiu.

Dizer que, se em outros locais as coisas às vezes não correm da mesma maneira, no caso do bairro da Fonte Nova, do Troino, em particular da Rua Vasco da Gama, as coisas têm-se passado assim.

Houve aqui um problema que foi a questão da retirada dos pilaretes e isso teve a ver com uma iniciativa que houve naquele bairro, as gravações da telenovela que decorreram fundamentalmente naquela rua.

Entretanto, como a senhora também referiu, houve já uma outra reunião com a população e uma das decisões foi que é necessário voltar a colocar os pilaretes. O que quero garantir é que o processo da aquisição dos pilaretes está a terminar e que brevemente estarão lá instalados. É o que lhe posso garantir no que diz respeito diretamente às responsabilidades da Câmara Municipal.

As várias questões que a senhora aqui levantou são problemas que conhecemos, que sentimos, mas são, como a senhora certamente também sabe, problemas de polícia. São questões que têm a ver com a intervenção das autoridades e é importante que os moradores se dirijam às entidades competentes, neste caso à PSP, quando acontecem estas situações para que haja intervenção da polícia.

Houve algumas questões que a senhora referiu, que agora não vou pormenorizar, mas depois poderemos falar melhor sobre elas.

Naturalmente que estamos cá para ouvir o que as pessoas têm para colocar, a forma e o sentimento com que o fazem para nós depois podermos refletir sobre essas mesmas questões e tomarmos as medidas e as decisões que são necessárias. Quanto àquele bairro, é uma situação de participação da população que não é única no nosso município, como sabem nós temos uma atividade de muita proximidade com as populações, com os bairros, com as ruas, com os largos, com os becos, mas o caso particular daquele bairro tem tido nos últimos anos, o que é muito importante, a participação das pessoas.

Se quiser depois falar melhor sobre as questões que levantou e aquelas que não são da responsabilidade da câmara, porque são da responsabilidade da PSP e não estou a dizer que a câmara não tem nada a ver com isso, nós fazemos o nosso trabalho junto das entidades que têm competência e responsabilidade sobre as várias situações, por isso assumimos também essa responsabilidade.

Uma outra questão que me parece ser muito importante que fique aqui concluída, porque alguns dos senhores munícipes se referiram a ela, mas também vários senhores deputados quiseram associar-se à mesma questão, tem a ver com o problema do saneamento em Azeitão. A responsabilidade da intervenção na área do saneamento é da Câmara Municipal, através da empresa que tem a concessão das águas, as Águas do Sado, em que a Câmara Municipal tem e assume essa responsabilidade, mas há problemas que alguns dos senhores deputados têm acompanhado e que alguns dos senhores munícipes provavelmente não têm.

Foi constituída, no início dos anos 2000, uma empresa multimunicipal que ficou de tratar destes problemas de saneamento, o saneamento em alta, que significa que os emissários recolhem e fazem a ligação à estação de tratamento. Esse domínio ficaria na responsabilidade dessa empresa que foi criada nos anos de 2004/2005 e em que a Câmara Municipal também fez parte dessa mesma empresa.

Tudo se desenrolou no sentido de se pôr a funcionar a ETAR da Quinta do Conde, porque é uma ETAR que foi entendido que ela faria o tratamento dos esgotos de Azeitão e de Sesimbra e também alguns do Seixal, aliás, por iniciativa dessa mesma empresa o Seixal passou também a drenar alguns dos seus efluentes para essa ETAR.

A ETAR esteve concluída em Junho de 2013 e a partir daí existe uma longa correspondência de várias reuniões com os responsáveis governamentais, naturalmente também com a administração da empresa, mas com os responsáveis governamentais que tinham de decidir

sobre estes problemas. O que acontece é que só em Abril de 2017 é que conseguimos garantir que os esgotos pudessem ser ligados à ETAR da Quinta do Conde que está a funcionar desde 2013.

Esta é uma razão muito forte que levou a que uma decisão de futuro para Azeitão, no que diz respeito ao saneamento, tivesse de se arrastar no tempo de forma como aconteceu.

Naturalmente que há muitas obras que têm de ser feitas e são diretamente da responsabilidade da Câmara Municipal e julgo que muitos dos senhores moradores saibam que muitas obras desta natureza estão a decorrer em Azeitão. Não é dizer que a Câmara Municipal não tem aí nenhuma responsabilidade, mas é justificar que há razões para que alguns processos não se desenvolvam da forma como todos gostaríamos e há quem tenha responsabilidades maiores aí. Muitos dos senhores deputados fazem aqui intervenções acusando a Câmara Municipal de não fazer nada, mas esquecem-se das responsabilidades que os seus partidos têm, designadamente os membros do Governo que representam os seus partidos e que passam anos e anos em que não dão resposta a problemas tão graves como os do saneamento que tem a ver com a saúde pública.

Estamos num ano especial e, de facto, algumas intervenções são um pouco no sentido de aproveitar este tempo para falar sobre assuntos que estão encaminhados e que é importante resolver.

Relativamente à questão das praias, senhores deputados, ao longo de muitos anos as praias da Arrábida estiveram ao abandono, embora exista desde 1994 um instrumento aprovado que se chama o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Nacional e que sucessivos governos implementaram em várias zonas do país, mas na faixa da Arrábida não houve nenhuma intervenção. Os estudos foram feitos, os planos até tiveram discussão pública aqui em Setúbal e foram aprovados, mas as obras nunca se realizaram.

É uma competência da Administração Central o Plano de Ordenamento da Orla Costeira e os investimentos correspondentes também são da sua responsabilidade. Por força da situação de abandono a que foram votadas as praias da Arrábida, que a Câmara Municipal, não tendo competência e não tendo a garantia que vá receber a transferência dos meios, que são da Administração Central, para fazer os investimentos que são necessários, assumiu e andou quase dois anos junto dos ministérios para que ficasse claro, preto no branco, que a Câmara Municipal passaria a gerir as praias da Arrábida. Isso só aconteceu este ano e há dois meses atrás.

Não se espere que a Câmara Municipal agora e rapidamente transforme e cumpra os planos que estão aprovados e que são para cumprir.

Se o Governo e os sucessivos governos não fizeram esse investimento naturalmente que o que a câmara vai fazer, com esta responsabilidade que lhe foi atribuída, é exigir do Governo, dos vários membros do Governo, dos vários ministérios que façam os investimentos que têm que ser feitos.

As questões da limpeza, incluindo a lavagem das areias, das acessibilidades, de equipamentos, existe. Aliás, há uma praia na Arrábida que tem Bandeira Azul, a qual se deve ao esforço financeiro que a Câmara Municipal tem feito ao longo de anos, porque não há um investimento, um euro ou um escudo que tenha sido investido pela Administração Central naquela praia para que ela possa ter a Bandeira Azul.

Isto dá bem a ideia da forma como, volto a dizer, alguns governos de senhores deputados que representam esses partidos que estão aqui e que fazem estas críticas todas. Como não têm responsabilidade na administração é por isso que fazer críticas é uma coisa fácil.

Dizer isto, senhores deputados, é chamar a atenção para as responsabilidades que todos temos, uns têm mais e outros têm menos, mas também fazer com que não tenhamos responsabilidades nenhuma, porque estamos aqui e quem está lá na Assembleia ou no

Governo é outra coisa. Não é bem assim. Vivemos todos neste país e elegemos também os nossos representantes a nível governamental e os nossos representantes na Assembleia da República e tudo isto tem de funcionar em sintonia.

Não são os senhores deputados que representam aqui o partido A ou B e que não têm nada a ver com o que se passa noutros sítios, é a mesma coisa que se diz relativamente ao IMI. Não vou mais avançar sobre o assunto, mas já agora não posso deixar que a questão de mantermos a nossa posição e mantermos a nossa posição enquanto não houver um membro do Governo, seja ele qual for, porque já não é só um, são vários e os senhores têm provas disso, que diga preto no branco que a Câmara Municipal de Setúbal pode decidir sobre o IMI.

Quando isso acontecer, senhores deputados, a CDU tomará a posição que todos sabem qual será.

Isto para voltar a dizer que quando se vota na Assembleia da República, estes senhores deputados que representam aqui os mesmos partidos, não têm nada a ver que lá votem contra a diminuição da taxa do IMI, mas vêm aqui dizer que a câmara tem de baixar.

É uma questão fundamental de honestidade política, senhores deputados, trata-se de honestidade política. Trata-se de, junto dos representantes dos vossos partidos, junto dos membros do Governo que têm responsabilidade nesta matéria, obrigá-los, se for assim que entendam, a que digam que a Câmara Municipal não tem de cumprir o que está no Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Quando isso for, senhores deputados, a CDU decidirá.

Como bem sabem, os partidos que representam a CDU na Assembleia da República apresentam todos os anos e ainda no orçamento passado apresentaram uma proposta no sentido de diminuir mais a taxa do IMI. Qual foi a votação dos outros partidos? Todos sabem qual foi. Hipocrisia política, senhores deputados, hipocrisia política é algo que ouvimos por aí muito, mas é preciso saber com honestidade, com rigor e assumir as responsabilidades.

Nesta matéria alguns dos senhores deputados aqui na assembleia ou aí fora fazem aquilo que bem entendem e que têm o direito de fazer, naturalmente, mas nós também temos a nossa opinião sobre essa forma de fazer política e que é profundamente criticada.

Ainda sobre as praias e sobre a questão das acessibilidades, alguns dos senhores deputados não gostam, mas têm de ouvir, nós também ouvimos. A questão das acessibilidades é uma outra matéria que tem sido várias vezes afirmado e creio que é do conhecimento de todos que a Câmara Municipal não tem qualquer competência de intervenção na questão do acesso às praias. Trata-se de uma estrada nacional que está sobre a gestão das Infraestruturas de Portugal, a qual diz que existe um regulamento a que eles estão obrigados e que não podem aceitar determinado tipo de intervenções nestas estradas que contrarie esse regulamento. Não pomos isso em causa, mas o que temos chamado a atenção, ao longo destes anos, é pedir para se encontrar uma solução no sentido de que a situação que se vive, sobretudo na época balnear, naquela estrada é de alto risco.

As entidades que ali têm responsabilidades, são as Infraestruturas de Portugal e a GNR, fazem aquilo que nós vemos, mas o que fazem não é suficiente para resolver os problemas e por isso mesmo a Câmara Municipal, há cerca de cinco ou seis anos, que insiste junto das Infraestruturas de Portugal para haver uma transferência de gestão daquela estrada para a Câmara Municipal.

Naturalmente que as Infraestruturas de Portugal estão disponíveis para aceitar essa transferência, mas é uma transferência na totalidade e definitiva e aí há um problema, é que a Câmara Municipal aceita, mais uma vez, e mais uma vez não tinha de o fazer, mas aceita o troço da estrada que dá acesso às praias, mas não aceita a responsabilidade das encostas e das arribas e do que lá está, isso não pode aceitar.

Em 2005, se a memória não me falha, a estrada foi interrompida por ter havido derrocadas. Nessa altura o Governo entendeu fazer uma intervenção de emergência para que a estrada fosse rapidamente desimpedida e pudesse ser utilizada.

Como estes procedimentos, por vezes, não correm tão depressa como se deseja o Governo entendeu que, em vez de pôr outras entidades a fazer os procedimentos para tomar conta das arribas e de pôr toda a questão da segurança, entendeu que as Infraestruturas de Portugal faziam a obra toda e depois logo se veria como é que viria a acontecer.

O que acontece hoje é que as Infraestruturas de Portugal só passam a responsabilidade da estrada com a responsabilidade das arribas e a Câmara Municipal não pode assumir isso. Esta é a razão.

Já falámos com vários membros do Governo e ficaram de tratar deste assunto, mas até hoje ainda não foi tratado.

Conseguimos com todo este esforço que no ano passado o gabinete jurídico das Infraestruturas de Portugal encontrasse uma solução através de um protocolo, passando a gestão temporária da estrada para a Câmara Municipal. Fez-se esse acordo e depois os juristas tiveram que trabalhar no documento, o qual chegou-nos exatamente este ano, no dia 23 de Março. Ora nessa altura a câmara não tinha condições para implementar um plano, um projeto, porque teríamos de intervir naquela estrada para criar melhores condições de acesso das pessoas à praia.

No dia 23 de março não havia condições para isso e tivemos de dizer que não tínhamos condições para o fazer. Esperemos que no próximo ano haja condições atempadas para que esse protocolo seja realizado e para que a câmara possa assumir aí as suas responsabilidades.

Continuaremos a insistir para que a estrada deva passar para a gestão da Câmara Municipal, sendo que a questão das arribas e a sua segurança seja realizada por alguma entidade, para que não seja a Câmara Municipal a assumir aquela responsabilidade.

Este é o ponto da situação relativamente a este problema, que é gravíssimo, mas que, infelizmente, não há decisões de quem pudesse decidir melhor do que tem sido possível até agora.

Referir-me também a uma questão que foi muito salientada, que é sobre o Museu Sebastião da Gama e da Biblioteca. Desde alguns anos que a Câmara Municipal procurava encontrar uma melhor solução para estes equipamentos em Azeitão. Como sabem junto ao museu funcionava até os serviços de urbanismo, serviços administrativos da câmara, etc.. Encontrámos uma solução em que fizemos deslocalizar esses serviços para Vendas de Azeitão e ganhou-se mais espaço para se poder fazer uma obra que dignificasse esses equipamentos.

Esta solução de encontrar uma localização para o Museu Sebastião da Gama fica num espaço com muito mais e melhores condições para funcionar a Biblioteca em Azeitão. É isso que irá ser feito e naturalmente que os procedimentos têm de correr para que depois se saiba quanto tempo vai decorrer a obra, portanto são questões que, provavelmente, dentro de alguns dias poderão já estar decididas, neste momento não estão, mas esta decisão e tudo isto tem uma história que muito sinteticamente aqui resumi e que muitos cidadãos de Azeitão têm conhecimento dela.

Julgo que, no fundamental, me referi a um conjunto de questões que se justificavam, pela sua dimensão, aqui tratar.

Gostava também de falar de uma outra questão, sobre o Plano de Pormenor da Salmoura. O Plano de Pormenor não é um instrumento que fazemos em meia dúzia de dias ou em três ou quatro meses. Um Plano de Pormenor é um instrumento que leva cerca de três anos, com todos os procedimentos que têm de ser feitos, dentro da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, dos órgãos da Administração Central, das equipas técnicas que têm de elaborar o plano, etc., são procedimentos que levam cerca de três anos. Podem ser encurtados um pouco

mais, mas o compromisso que nós assumimos com a população da Salmoura, é um compromisso que está de pé, o plano está a decorrer, a equipa técnica que foi contratada está a fazer o seu trabalho e ele há de ter o seu fim e finalmente haverá condições para resolver a situação das pessoas que ali vivem.

Não me vou reportar à situação, mas como é que aconteceu? Como é que aconteceu na Brejoeira? Como é que aconteceu na Salmoura? Como é que aconteceu tanta coisa? Não me vou referir a isso, os senhores sabem muito melhor do que eu como é que todas estas situações aconteceram.

Julgo que o senhor deputado da CDU, Joaquim Marcelino, sintetizou muito bem o esforço do trabalho que esta Câmara Municipal tem feito ao longo destes anos em Brejos de Azeitão. Naturalmente que compreendemos as pessoas que vivem nas situações em que alguns vivem, em que construíram a sua casa e investiram ali todas as suas economias, nós fazemos ideia, pelo menos, do que isso significa, mas não podemos, não temos condições para fazer tudo e o que tem sido feito é, no nosso ponto de vista, passos muito importantes na resolução dos problemas de Azeitão.

Esses passos continuarão a ser dados, algumas das ruas que aqui foram identificadas e os senhores que colocaram aqui essas questões sabem exatamente porque é que não se faz o pavimento, porque primeiro é preciso fazer o saneamento. São questões que os senhores muito bem sabem, porque a relação do executivo com os moradores é muito estreita e temos conversas de olhos nos olhos sobre estas matérias e nós compreendemos que ninguém gosta de viver nas condições em que alguns dos senhores vivem. É preciso lembrarem-se, já agora, que muitas outras pessoas estão em situações idênticas e que todos os anos, os senhores sabem isso, são realizados investimentos.

Não sei, posso talvez enganar-me, mas cerca de sete ou oito ruas por ano são pavimentadas. Naturalmente depende da dimensão das ruas, e nós sabemos o orçamento que é dedicado a esse passivo. Também alguns dos senhores deputados que fizeram aqui intervenções esquecem-se um pouco do passado, não têm memória.

É bom que todos tenhamos a memória avivada. Mas é bom que sejamos também sérios na forma como fazemos as afirmações, não podemos dizê-lo de qualquer maneira.

Os senhores têm toda a razão em vir dizer que a vossa rua só tem pó.

Houve um senhor que fez aqui uma intervenção muito interessante, é a forma como as pessoas até vão encarando sem deixar de considerar que é um problema sério, mas vão tratando com alguns contornos para isto não ser uma coisa tão difícil de enfrentar.

Este é um trabalho que está a ser feito, é um trabalho continuado e nós estamos convencidos que iremos continuar neste caminho.

Pedia agora Sr. Presidente para que o Sr. Vereador Pedro Pina pudesse responder a algumas questões em concreto que foram aqui colocadas e que são bastante importantes.

Presidente da Mesa - Com certeza. Senhor Vereador Pedro Pina tem a palavra para complementar as informações.

Vereador Pedro Pina – Tentarei ser breve nas questões que nos foram dirigidas e tentarei também encontrar uma resposta a essas mesmas interrogações. São quatro se não perdi conta às mesmas.

Primeiro gostava só de dar uma nota, permita-me Sra. Deputada Teresa Andrade, até porque nos tem habituado de uma forma sempre muito responsável e numa atitude sempre muito propositiva nas suas intervenções. Dar só esta nota, porque creio que é importante até no exercício das funções que cabe àqueles que são eleitos pelo povo, que não nos deixemos, sem prejuízo da informação e dos órgãos de comunicação social serem importantes, constituírem a

informação fundamental quando se trata de um problema como aquele que a senhora deputada trouxe aqui. A propósito do que são as notícias da comunicação social, que não deixa naturalmente de ser preocupante e de preocupar a todos, esta sensibilidade e esta atenção de até me socorrer da intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que como sabemos para além do exercício destas funções também é médico, e que estamos a falar de questões diferentes quando falamos de tuberculose latente ou tuberculose pulmonar.

Quando se fala em 41 casos, temos que ter algum cuidado para não alarmar a população, porque não são 41 casos que estão identificados, o que neste momento podemos dizer, até porque o episódio está circunscrito ao colégio Rumo ao Sucesso, é que o que está identificado objetivamente como tuberculose pulmonar são seis casos. É esta a informação e que não há alarme ou razão para alarme da população em geral e que a saúde pública, nomeadamente os Centros de Saúde Arrábida, Setúbal e Palmela, estão a acompanhar a situação e que está encaminhado, nomeadamente no Centro Hospitalar de Setúbal. De qualquer forma, agradeço a sua questão.

Quero ainda a agradecer a questão que foi dirigida, creio que já não é a primeira vez, pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro. De facto, não foi prática do Governo também do seu partido, mas quero saudar a sua preocupação sobre a questão das unidades para crianças com síndrome de autismo, porque nos parece pertinente de um homem com consciência, responsabilidade social e com responsabilidade sobre as preocupações.

Quero transmitir ao senhor deputado, bem como a todos os deputados e às senhoras deputadas, como disse e referiu muito bem, neste momento em Setúbal existem duas unidades que respondem a crianças com síndrome de autismo, nomeadamente na Escola das Amoreiras e na Escola Luísa Todí, respetivamente seis e quatro alunos. Mas já está negociada, em reunião realizada com a DGESTE, a abertura de uma nova unidade para o próximo ano letivo que está estabelecida para a EB1 das Areias. Será o espaço que nós consideramos ter as condições reunidas para acolher esta unidade, dando assim resposta àquilo que são as necessidades de crianças com síndrome de autismo,

Quero, naturalmente, sem prejuízo daquilo que é a informação que os senhores deputados e que as senhoras deputadas também possuem, mas como sabe estas unidades não respondem na totalidade ao acompanhamento destas crianças, são unidades que complementam, e é perspectiva desta mesma condição que as crianças sejam integradas na sua turma e que a unidade sirva como trabalho complementar ao desenvolvimento da própria criança.

Agradecer à Sra. Deputada Patrícia Rodrigues, a pertinência da pergunta que dirigiu a este executivo municipal. A pergunta tem, de facto, um imperativo de grande relevância e não posso deixar de concordar se a questão em si se pode considerar como uma afirmação.

Quero dar conta que são vários e muitos os profissionais que desde a primeira hora, quando a alteração da própria unidade para aquele território, se demonstraram contra essa situação, relativamente às consultas de Pedopsiquiatria, que são naturalmente questões exigentes em termos de transporte. Aliás, temos entre nós uma deputada que tem também a condição de ser médica, a deputada Anita Vilar, e que foi uma das pessoas que na altura também se mostrou veemente contra esta situação.

O que posso dizer é que este executivo municipal, eu próprio fazendo parte do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar de São Bernardo, já por diversas vezes, temos colocado a questão não só da Unidade e do Departamento da UDEP como uma questão central, mas para além destas matérias, outras matérias. Já disponibilizámos várias vezes para encetar negociações com os TST no sentido de poder encontrar soluções. Mais, temos, nomeadamente dialogado com algumas das instituições do nosso concelho, a título de exemplo, com a Associação Fernando Ilharco que trabalha com pessoas com problemas de saúde mental, e

temos demonstrado, tanto quanto possível, aquilo que são as competências da Câmara Municipal e da disponibilidade para encontrar soluções pontuais.

Não podem ser regulares, porque não temos capacidade para isso, mas situações pontuais em que não seja possível, por alguma razão encontrar outra alternativa, a Câmara Municipal encontrará soluções para transportar esses mesmos doentes ao UDEP.

Não quero deixar de frisar que a questão é muito pertinente e esperemos todos que de uma forma empenhada, consigamos encontrar soluções para que esta unidade possa responder, de uma forma mais eficiente, àquilo que é um défice profundo do nosso município e também de toda a Península de Setúbal, na área da saúde mental.

É este o ponto de situação que quero deixar à Sra. Deputada.

Por fim ia à questão que ainda foi dirigida ao executivo municipal, creio que pelo Sr. Deputado João Afonso Luz, sobre o Festival da Liberdade que mereceu ainda uma consideração com toda a subtilidade da parte do Sr. Deputado da Bancada do Partido Socialista, Vítor Ferreira.

O Festival da Liberdade, da parte do executivo municipal, merece-nos três ou quatro considerações. Primeiro a afirmação de um evento que tem como princípios fundamentais a liberdade, a afirmação dos valores de Abril num território que conserva a democracia como fator fundamental para o desenvolvimento das populações.

Como sabemos, estiveram presentes nesse mesmo festival, todas ou quase todas as juventudes partidárias que também têm referência e assento nesta mesma assembleia, onde foi possível partilhar, trocar experiências, participar, divulgar, divergir nesse mesmo espaço. Tive até oportunidade de encontrar alguns dos eleitos desta mesma assembleia nesse mesmo espaço e tivemos oportunidade de trocar impressões, trocar documentos e até trocar alguns galhardetes nesse mesmo festival.

Uma grande afirmação da cidade de Setúbal e também uma grande afirmação da região de Setúbal, da sua Associação de Municípios, naquilo que diz respeito a este evento.

Quero partilhar a preocupação do Sr. Deputado Vítor Ferreira que não foi de menos importância as questões que aqui referiu. Eu próprio, já não tendo idade para isso, se me permite agora aqui o narcisismo, embora possa parecer, mas já não tenho idade para me aguentar até às 3h00 da manhã a assistir a concertos, já vai sendo difícil. Sou pai de crianças pequenas e por vezes as noites são mais complicadas e nessas duas noites estive até ao final dos concertos sempre a monitorizar, quer com as forças de Proteção Civil da Câmara Municipal de Setúbal, quer com as Forças de Segurança.

Tanto na primeira noite como na segunda noite, as Forças de Segurança, nomeadamente a Polícia de Segurança Pública, não teve registo de nenhuma ocorrência, quer no espaço do recinto do próprio Festival da Liberdade, quer nas zonas envolventes, isto sem prejuízo de alguns constrangimentos de trânsito, de alguns apertos que são comuns a um festival com a dimensão deste, de 60 mil pessoas no Parque Urbano de Albarquel.

A preocupação, nomeadamente no primeiro dia do festival, relativamente a acautelar algumas situações que na primeira noite foram consideradas, tentávamos verificar com os serviços de Proteção Civil e viu-se essa mesma situação.

A Câmara Municipal, com certeza, que fez reuniões de balanço e tem reuniões de balanço com os serviços de Proteção Civil e com as Forças de Segurança enquanto apenas um parceiro daquele que foi o promotor, a Associação de Municípios da Região de Setúbal, mas o que enaltece fundamentalmente é salvaguardando essas questões até para aquilo que decorre de outros eventos.

Este fim-de-semana outro evento teve lugar, outro de grande dimensão, não com o mesmo número de participantes no Parque Urbano de Albarquel, mas, com certeza que o que relevamos foi a grande adesão de mais 60 mil pessoas ao Parque Urbano de Albarquel e à

afirmação de um festival com aquelas características, com aqueles princípios que, naturalmente, nós nos congratulamos por ter tido a possibilidade de ser concretizado em Setúbal.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Em primeiro lugar quero-me congratular pela situação destas crianças ir ficar, pelo menos, minimizada e se poder iniciar um ano escolar com novas e melhores condições, o que vai proporcionar melhor qualidade de vida.

Depois quero alertar o Sr. Vice-Presidente que não me respondeu à questão do licenciamento da festa em Oleiros.

Posto isto quero só tecer aqui uma ou duas considerações, porque não podemos permitir que as pessoas que se deslocaram a esta assembleia e que estão aqui heroicamente, pois já vamos nas 00h33, que saiam daqui com uma resposta da câmara, que a mim me parece desonesta intelectualmente, com uma boa dose de hipocrisia política e altamente desresponsabilizante para a Câmara Municipal de Setúbal.

Como até gosto de jogar futebol, diria mesmo Sr. Vice-Presidente que a sua resposta foi um “chuta para canto”. Não tem responsabilidade de nada, a câmara não responde por nada e a responsabilidade é sempre de terceiros, é sempre dos outros e sempre dos governos.

Gostava de saber que responsabilidade é que os governos, sejam eles quais forem, têm na questão do saneamento? Depois vir-nos dizer que a culpa por andarmos nisto há 30 anos é pelo facto de terem uma ETAR que demorou dez anos a ser construída, então porque não a construíram mais cedo? Como é que é possível que uma ETAR demore dez anos a ser construída? Que responsabilidade é que têm?

Primeiro Secretário da Mesa – Sr. Deputado, a intervenção que o senhor está a fazer é desajustada neste momento. Teve todas as ocasiões para por essas situações.

Deixe-me falar, se faz favor, deixe-me falar se faz favor, estou a dirigir os trabalhos. Os senhores vereadores responderam às questões, o senhor pode fazer uma interpelação, não pode é continuar a desenvolver os temas, porque já são 00h30 e ainda temos pessoas inscritas. Faça favor de acabar a sua intervenção.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Muito bem. Então vou fazer uma interpelação.

Senhor Vice-Presidente, não posso deixar de dizer que a questão do IMI não é bem assim e que o dinheiro que recebem, não é bem assim. Que não podem reduzir o IMI, porque não podem e porque não podem. A questão que lhe coloco é se não podem e porque razão...

Há burburinho de fundo.

Primeiro Secretário da Mesa – Deixem o Sr. Deputado acabar.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Vou colocar a questão. Podem estar incomodados, nervosos, mas vou colocar a questão.

Jerónimo Lopes (CDU) – Não estou incomodado, mas o senhor está a desrespeitar a Mesa e a toda a Assembleia.

Primeiro Secretário da Mesa – Senhores deputados assim é que não conseguimos avançar nos trabalhos. Senhor deputado Fernando Monteiro faça favor de acabar a sua intervenção.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Eu gostava, se me deixassem.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Porque razão é que a Sra. Presidente de Câmara disse em 2015 o seguinte, passo a citar a notícia “*A concluir, a autarca sabe e ainda desafia os vereadores da oposição a aprovarem a proposta que a CDU vai levar à reunião de câmara para redução do IMI.*” Porque razão disse isto? E porque razão nunca levou essa proposta à reunião de câmara para o IMI ser reduzido? Tenho a certeza que toda a oposição aprovaria essa proposta.
Muito obrigado.

Primeiro Secretário da Mesa – Senhores deputados temos três inscrições, os deputados Albérico Afonso, Paulo Valdez e Carminda Ferreira. Os senhores deputados vão fazer as suas interrogações, agradeçia que fossem o mais sintéticos possível, a seguir o executivo responde e encerramos imediatamente este ponto.

Albérico Alho (BE) - Fiquei muito frustrado e estava à espera, face ao conjunto de problemas concretos que foram aqui levantados, esperava que o Sr. Vice-Presidente desse respostas concretas.

Vou-lhe só dar um exemplo que foi referido na primeira intervenção feita do público. Foi claramente explicitado e é público que há uma rua perpendicular à Rua Vasco da Gama, com sinalização, que é ocupada na sua totalidade por uma esplanada que julgo ser uma esplanada selvagem. Dir-me-ão se é ou não é. Mas o que qualquer pessoa vê quando quer virar para essa rua é que há um conjunto de mesas que o impedem. É selvagem ou não é? Tem autorização ou não tem? Isto é da responsabilidade de quem? Do Governo? De outra identidade? Do diabo?

Parece que aqui sobre esta matéria tem que haver uma clareza muito grande nas respostas como num conjunto de outros aspetos que foram referidos.

Perguntei, também, no fim da minha intervenção, onde é que os setubalenses podem colocar as pilhas, quando é que podem tratar do ambiente de uma forma minimamente exigente e minimamente responsável? O mínimo que aqui pedimos é que exista essa clareza em relação às situações concretas que aqui foram levantadas.

Na intervenção inicial que fiz, mostrei-me convicto que estes problemas iam ser resolvidos, que as expectativas das pessoas que aqui vieram não iam ser goradas, mas fiquei muito insatisfeito com as respostas que foram dadas.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Senhor Presidente, fiz um pedido de informação há algumas semanas, que já referi, sobre a execução do IMI em 2016 e 2017 nos primeiros cinco meses de cada ano e soube, através de comunicação formal do Sr. Diretor do Departamento Financeiro, na reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças, onde esteve presente um vereador da Câmara Municipal de Setúbal, que essa informação foi transmitida a quem de direito. Continuo a não ter recebido essa informação, o que é inadmissível, porque um membro da Assembleia Municipal, através do Presidente da Assembleia, solicita uma informação sobre algo que está disponível nos serviços e que não provoca nenhum trabalho acrescido, mas não a recebe. Essa comunicação foi transmitida pelo Diretor do Departamento Financeiro, que disse formalmente na reunião da Comissão de Finanças, na presença de um Vereador da Câmara Municipal de Setúbal. A última informação que tivemos foi na segunda-feira passada, dia 26, e hoje é dia 1 de julho e continuo sem receber essa informação. Acho estranhíssimo que isto continue a ocorrer e é por isso que volto a solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que requeira à Câmara Municipal a transmissão rápida dessa informação, porque só não dão, porque não querem, porque ela existe e já foi transmitida pelos serviços.

Carminda Ferreira (PS) – Senhor Presidente, dizer que não responderam relativamente à questão que coloquei sobre a proposta da aquisição de combustível, se efetivamente a retirada da proposta teve alguma coisa a ver com a falta de fundos disponíveis? Porque é que a proposta foi retirada?

A segunda tinha a ver com o processo de obras da Casa das Quatro Cabeças, parece que está parado.

A terceira dizia respeito ao problema da Travessa da Igreja de São Julião, que está transformada num urinol, e é pena que agora com as pinturas que estão a ser feitas que não haja possibilidade de contornar essa questão.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor Presidente, ao iniciar a minha intervenção disse que tomei nota de todas as questões que foram colocadas e que ia responder a algumas das questões que me pareciam de maior importância, na minha avaliação, mas que as outras questões estavam registadas e que serão transmitidas aos serviços, aos outros senhores vereadores e à Sra. Presidente.

Em relação às intervenções que alguns dos senhores deputados fizeram, parece que sou obrigado ou a Câmara Municipal é obrigada a responder a todas. Tenho muita pena.

Algum burburinho novamente.

Presidente da Mesa – Atenção, atenção! Peço um pouco de silêncio, aliás, peço todo o silêncio.

Dizer que naturalmente há questões que porventura não possam ser respondidas no momento, mas elas serão respondidas em tempo. Julgo que é esse o sentido que encontro nas palavras do Sr. Vice-Presidente, e assim sendo e fazendo disto o meu ponto de vista que me parece racional e lógico, dou-lhe novamente a palavra para continuar.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor Presidente da Assembleia, as minhas palavras não podiam querer dizer algo diferente daquelas que o senhor afirmou.

Naturalmente que, por exemplo, o Sr. Deputado Paulo Valdez disse que fez um requerimento e não teve resposta e agora o que é que quer que lhe responda? Disse que tomei nota, não posso fazer mais do que isso, não quer que invente uma resposta, não é isso certamente.

Agora como o senhor entendeu, na última intervenção que fez, voltar a requerer ao Sr. Presidente que solicite à Câmara Municipal o envio rápido dessa informação, fez bem, porque os procedimentos são assim.

O Sr. Deputado Albérico quer que lhe diga se a esplanada que está na rua perpendicular à Rua Vasco da Gama está ou não legal, se deve ou não lá estar? Senhor Deputado, não posso fazer esse tipo de coisas, não faço. Não faço! São questões demasiado sérias para ter aqui intervenções dessas.

Transmiti à senhora munícipe que colocou as questões aquilo que considero que era importante transmitir, naturalmente que, como tive oportunidade de dizer, a relação que temos com as pessoas, com os munícipes é de muita proximidade e as questões que a munícipe levantou serão tratadas como têm sido tratadas muitas outras questões. Não vou na Assembleia Municipal inventar respostas para os senhores deputados, poderiam gostar que lhes desse uma resposta, mas sobre determinadas questões não dou resposta, não tenho resposta. E sobre essa também não tenho e por isso não dou, mas registei.

O que disse quando iniciei a minha intervenção foi muito claro. Percebo que os senhores gostariam que eu fizesse de outra maneira, mas é assim que eu faço.

Só há uma questão, que peço desculpa por não ter dado resposta à Sra. Deputada Carminda, porque tenho a informação para uma das questões, em relação às outras registei o que disse. Em relação à Casa das Quatro Cabeças, houve um problema complicado, é uma candidatura e tivemos de esperar. A obra iniciou-se com parte do dinheiro da autarquia que era a sua comparticipação e depois houve um problema com a parte do financiamento e naturalmente que a empresa não pôde continuar com a obra. Foi assim que entendeu e entretanto a empresa abandonou a obra, depois teve de vir retomar e, neste momento, a informação que tenho é que estão a ser feitos os acabamentos e que os tapumes serão retirados na próxima semana. É a informação que tenho, não acompanho as obras diretamente, mas sei que a empresa já retomou, já conseguimos dialogar no sentido de a empresa voltar a reiniciar a obra. Esta é a resposta que tenho em relação ao conhecimento que me foi dado, relativamente às outras questões não lhe posso dar respostas, nem se quer dizer o que é que vamos fazer para evitar essa situação que está a acontecer no Palácio Feu Guião. Naturalmente que vamos analisar, vamos ver como é que a situação pode ser ultrapassada. Não posso é estar aqui a responder-lhe de forma que não faz muito sentido, pelo menos para mim.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Entrámos na terceira parte deste Período de Antes da Ordem de Trabalhos, que se destina a apresentação de saudações, moções, votos de pesar ou regozijo.

Entraram na mesa quatro documentos, sendo duas saudações e duas moções.

Vamos passar à saudação relativamente ao já falado, já tratado e já referido encomiasticamente Festival da Liberdade. É uma saudação da autoria da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

“Festival Liberdade

Cerca de 60 mil pessoas passaram, nos dias 16 e 17 de junho, pelo Festival Liberdade. Um projeto regional, assumido pela Associação de Municípios da Região de Setúbal e os municípios seus associados, que pretende criar espaços de discussão e participação das estruturas juvenis da Região, numa visão de esperança e confiança na capacidade transformadora de que a juventude é natural portadora.

Este espaço de festa, cultura e de encontro do movimento associativo juvenil contou com o envolvimento de mais de 30 estruturas associativas juvenis, que deram a conhecer à comunidade a sua atividade, os seus projetos e sua visão de futuro.

A música, a dança, o teatro, o cinema, o desporto e as artes visuais rechearam estes dois dias de festival, que se realizou, este ano, no Parque Urbano de Albarquel, em Setúbal.

Os concertos do palco principal, Palco Liberdade, fizeram vibrar este lugar à beira-mar, com as atuações de Amor Electro, Xutos & Pontapés, Diogo Piçarra, Capicua, Bezegol e Supernova.

No Palco Paz, destinado à promoção dos novos valores da música no plano dos concelhos da Região, os primeiros a subir ao palco foram os Melquiades, banda natural do concelho que acolheu esta edição do Festival Liberdade. Seguiram-se, no mesmo dia, Persona 77, do concelho de Alcochete, Unclear, do concelho de Sesimbra e a encerrar o palco regional, no 1º dia de festival, Alexandre Silva & Os Impróprios, do concelho de Palmela. No dia 17, o espetáculo começou com os Kibeline, do concelho de Santiago do Cacém, seguiram-se Warriors Against The System, do concelho do Barreiro, Moon Preachers, do concelho do

Seixal, Like The Man Said, do concelho da Moita e a fechar este palco Gato Sapato, do concelho de Almada.

A música também teve lugar no Palco Igualdade com diferentes sonoridades, entre elas, o rap, o hip-hop, o drum'n'bass, o dance hall e a eletrónica, assim como, com ritmos Latinos e africanos.

Na Tenda Juventude o público ficou a conhecer projetos mais intimistas, em particular, nas áreas da música e da dança.

Pela primeira vez foi possível assistir a curtas-metragens no Festival Liberdade, no espaço Sala Teatro Cinema, onde decorreram também peças de teatro e o Encontro do Movimento Associativo Juvenil, com conversa /debate dedicado aos 70 anos do Dia Nacional de Juventude, assinalado a 28 de março, e aos 55 anos do Dia Internacional do Estudante, assinalado a 24 de março, com os oradores convidados Ana Inácio, Dirigente Associativa da Associação do Projeto Ruído, Pedro Pina, Vereador da Juventude da Câmara Municipal de Setúbal, Rogério Silva, Dirigente da CGTP e Dirigente Associativo na década de 90 e Jorge Patrício, Músico e Dirigente Associativo na década de 80.

Mais de meia centena de trabalhos desenvolvidos por jovens artistas da Região integraram a "Arte em Liberdade", uma mostra dedicada às artes visuais, presente na Sala Teatro e Cinema (interior) e zona envolvente da Sala Teatro e Cinema e na Tenda da Juventude (exterior).

O Desporto, também, recolheu olhares e o envolvimento dos visitantes nas várias atividades desportivas espalhadas pelo Parque Urbano de Albarquel.

A Animação de Rua foi constante nestes dois dias de festa com a participação dos Sant'iago Olodum, Karma Drums, Os Bardoada, Associação Juvenil Os Indiferentes, Jovens Impulsionadores, Tripalium, Bombo 'Sapiens, a Tuna Académica de Setúbal Cidade Amada, Clube Drujba, a Associação Gil Teatro, o Grupo de Cantares Alentejanos "Os Baldoregas" e FUN PARRA.

Pelo segundo ano consecutivo, Rui Unas, com o seu programa Maluco Beleza, apresentou, em direto, os concertos do palco principal e realizou várias entrevistas que podem ser revistas na sua página do Facebook e no seu canal no Youtube.

A Associação de Municípios da Região de Setúbal fez um balanço muito positivo do Festival Liberdade 2017, que tem vindo a aumentar de ano para ano o seu número de visitantes e a participação das estruturas de juventude da Região.

A próxima edição do Festival Liberdade já tem lugar marcado na Praia dos Moinhos, no concelho de Alcochete.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 30 de junho de 2017, delibera:

- 1. Saudar a AMRS e os seus municípios associados pela decisão de realizar a edição de 2017 do Festival Liberdade em Setúbal;*
- 2. Saudar o movimento associativo juvenil da região pela sua crescente participação na organização e realização do Festival Liberdade, contribuído decisivamente para o carácter único deste evento;*
- 3. Saudar, igualmente, as mais de 60 mil pessoas que estiveram presentes no Parque Urbano de Albarquel ao longo dos dois dias do Festival, participando nas inúmeras atividades;*
- 4. Apelar ao movimento associativo juvenil do concelho de Setúbal para que continue a reforçar a sua participação, começando desde já, em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal e a AMRS a prepara a próxima edição que se realizará em Alcochete."*

João Afonso Luz (CDU) – Já foram ditas algumas coisas sobre este festival e a sua realização aqui no concelho e não me irei alongar muito. Os senhores deputados têm esta saudação e só de uma forma muito rápida sublinhar o que me parecem ser os elementos centrais.

Uma aposta num trabalho de juventude feito com o conjunto das associações e das estruturas associativas juvenis da região que, de edição para edição, têm vindo a aumentar o seu índice de participação e, para além da questão da quantidade, atrevia-me a referir a questão da própria qualidade do que é apresentado pelo conjunto de associações juvenis que tem participado nas várias edições do festival.

Esta realização em Setúbal teve também um papel importante da intervenção do município na sua preparação em conjunto com os promotores, com a Associação de Municípios e com estas estruturas associativas. Para além das questões da cultura, da música, teve um debate e um encontro entre associações juvenis, a realização de várias atividades desportivas e um conjunto de iniciativas que estão descritas ao longo do documento e que me escusava de estar aqui a referir em concreto.

No fundamental o que se propunha, para além de congratular o município e os promotores, é saudar o Movimento Associativo Juvenil da Região de Setúbal por esta participação e pela intervenção num espaço, onde uma das coisas que é mais sublinhada por estas estruturas juvenis é o facto de terem ali um ponto de encontro e de conhecimento das suas realidades, que muitas das vezes, mesmo estando em concelhos vizinhos, vivendo ao lado uns dos outros, não tinham um espaço que permitisse este conhecimento, interligação e a criação de projetos em comum, muitos deles nascidos a partir das edições do festival.

A outra saudação particular é à quantidade de público que esteve presente, à forma como decorreu e à forma como Setúbal aderiu a esta iniciativa. Apelar a que o próprio Movimento Associativo e os municípios continuem com a realização deste evento e apelar à participação na edição que foi anunciada já para o próximo ano em Alcochete, esperando que as estruturas associativas do nosso concelho possam continuar a participar na organização e na realização desta iniciativa.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Uma segunda saudação, também da autoria da CDU, esta pela reabilitação parcial do Convento de São Paulo de Alferrara, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

“Saudação

Pela reabilitação parcial do Convento de S. Paulo de Alferrara

Na fronteira entre Setúbal e Palmela, na Quinta de S. Paulo, existem dois conventos que pela sua história e proximidade à cidade de Setúbal fazem parte da memória coletiva dos setubalenses, o Convento de Nossa Senhora da Consolação de Frades da Ordem de São Paulo, de Alferrara (vulgo Convento de São Paulo; 1383) e o Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Frades Franciscanos Capuchos de Alferrara (vulgo Convento dos Capuchos de Alferrara; 1578).

Durante longos anos, este património esteve votado ao abandono e quando a referida quinta foi adquirida pela AMRS (à data denominada de AMDS – Associação de Municípios do Distrito de Setúbal) ambos os conventos encontravam-se em avançado estado de degradação e sujeitos a diversos atos de vandalismo.

Face a constrangimentos financeiros que impediram qualquer solução imediata, a AMRS decidiu numa primeira fase, por motivos de segurança associados ao risco de derrocada

iminente, condicionar os acessos e a visitação daqueles espaços, iniciando de seguida um processo de sustentação estrutural do existente, promovendo a limpeza e a desmatação dos conventos e áreas adjacentes.

Numa fase seguinte, num processo que se estende desde 2008 e sempre acompanhado por académicos e investigadores com trabalho e reflexão realizada sobre os conventos de S. Paulo, a AMRS decidiu iniciar a reabilitação faseada deste conjunto patrimonial, entendendo-o como um todo, onde se inserem as edificações, mas também a paisagem, os caminhos e o sistema hidráulico.

No passado dia 22 de junho, a AMRS inaugurou a Reabilitação Parcial do Convento de São Paulo de Alferrara, dotando-o das condições essenciais para utilização, fruição e visita por parte das comunidades desta região.

É esperada a sua utilização pelos Municípios associados nas mais diversas vertentes e, também, pela AMRS que terá no Convento uma parte importante da sua atividade. Visitas guiadas pré-agendadas, encontros em torno do património material, arquitetónico e imaterial, momentos culturais, entre outros, serão o leque de possibilidades que o Convento de São Paulo proporcionará aos munícipes da Região de Setúbal.

Foi assim dado um passo significativo para a devolução à comunidade do património ali existente, estando hoje em condições de ser usufruído e passado às gerações vindouras como um significativo testemunho da história da nossa região.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 30 de junho de 2017, delibera:

- 1- Saudar a AMRS e o conjunto dos municípios seus associados pela decisão de impedir a degradação total e irreversível dos Conventos de S. Paulo e de investir num processo faseado de reabilitação dos mesmos, devolvendo-os às populações da região, revelando uma verdadeira opção pela defesa e salvaguarda do património;*
- 2- Apelar ao conjunto dos municípios da região e, em particular aos órgãos da AMRS, para que continuem a aprofundar este processo de reabilitação dos conventos de S. Paulo, apostando na preservação da memória histórica da nossa região como elemento determinante para o desenvolvimento da mesma.*
- 3- Enviar à AMRS e a cada um dos municípios seus associados, para seu conhecimento, o teor desta saudação.”*

Anita Vilar (CDU) – Todos nós sabemos a longa história em torno do Convento de São Paulo e do Convento dos Capuchos, estiveram ambos abandonados, foram vandalizados e as próprias circunstâncias da natureza os foram fazendo ruir. A certa altura, a Associação de Municípios da Região de Setúbal adquiriu a Quinta de São Paulo e com ela este património. Havendo na altura dificuldades, em termos financeiros, a AMRS limitou-se apenas a tentar proteger aqueles dois monumentos de mais ataques e de mais destruição. Depois a seguir, em 2008, decidiu reiniciar a reabilitação de uma forma faseada, porque, de facto, estas coisas custam muito dinheiro e a AMRS não disponha de tanto dinheiro assim que pudesse fazer tudo de uma só vez.

Mas, felizmente, no dia 22 de junho foi inaugurada a reabilitação parcial do Convento de São Paulo de Alferrara, estando objetivadas e permitidas a utilização, fruição e visita por parte das comunidades desta região.

Por estes motivos, pela importância deste património para a nossa região, que constitui uma riqueza muito grande, nós saudamos a AMRS e o conjunto dos seus associados pela decisão tomada, apelamos ao conjunto dos Municípios da Região para que continuem e aprofundem este processo de reabilitação e que seja enviado à própria AMRS e a cada um dos municípios, seus associados, para conhecimento do teor desta saudação.

É esta saudação que nós propomos e pomos à vossa consideração.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Muito rapidamente dizer que se fôssemos escrever saudações e votássemos saudações aqui sobre tudo o que os órgãos autárquicos, sejam eles de que espécie for, lhes compete fazer e acabam por fazer, então não saíamos daqui noites inteiras.

O que nos espanta é que a saudação anterior pode fazer algum sentido pela novidade do evento, agora relativamente a esta, não temos nenhum problema em votar favoravelmente, mas a questão é que este Convento está na posse da Associação de Municípios da Região de Setúbal há bastantes anos. Curiosamente não vem aqui a data, na qual esta associação tomou posse ou ficou com a propriedade deste Convento e da sua área adjacente. Vem aqui saudado uma coisa óbvia e que a associação deveria fazer, que é recuperar o património que tem. É só o que temos a dizer, mais nada.

Albérico Alho (BE) – Quero-me associar a esta saudação da CDU em relação à reabilitação parcial do Convento de São Paulo de Alferrara. Este conjunto monumental religioso foi, durante anos, um espaço privilegiado para todos os setubalenses e foi uma referência em que gerações e gerações de setubalenses viam esse espaço como local de fruição coletiva.

Infelizmente, há mais de 50 anos que esse espaço começou a ser abandonado, começou a ser destruído, vandalizado com a inteira passividade das autoridades e dos responsáveis deste espaço.

Só posso estar satisfeito, pelo facto de passados estes 43 anos a situação de destruição progressiva, que aumentou depois de 1974, e ver um espaço que é de novo entregue e pode ser usufruído pelos setubalenses e pelos outros companheiros de Palmela e dos concelhos limítrofes.

No entanto, fazia um apelo para que não demorem outros 43 anos a restaurar o resto do espaço conventual, que é muito maior do que aquele que foi neste momento restaurado. Isso seria desastroso, seria uma autêntica calamidade e seria um julgamento péssimo dos responsáveis perante este património tão valioso junto à nossa cidade.

Vítor Ferreira (PS) – Dizer que iremos votar a saudação e acompanhando as palavras do deputado Albérico Afonso, dizer que entendo que é também bom votar a saudação, porque estamos também a apelar que não demorem na continuação do bom trabalho. É também por isso que estamos aqui cem por cento a favor do voto de saudação.

Presidente da Mesa - Muito obrigado, Sr. Deputado Vítor Ferreira.

Não totalmente, mas um pouco diferente do Sr. Deputado Paulo Calado, na verdade o Festival da Liberdade é uma novidade, nunca tinha havido em Setúbal, mas aqui no caso do Convento de São Paulo, também há algo de novo, há a ressurreição do moribundo, daquilo que estava completamente em derrocada e à mercê de uma iniciativa incontestavelmente positiva e ela foi recuperada. Nesse aspeto também vale a pena saudar este gesto. É a minha opinião e penso que partilham dela.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Seguidamente tenho para vos apresentar duas moções, a primeira moção é da autoria da CDU e tem como título “Declaração da Assembleia de Moradores no Programa ‘Nosso Bairro, Nossa Cidade’”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

“MOÇÃO

Declaração da Assembleia de Moradores do Programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade"

A Assembleia Municipal de Setúbal recebeu e tomou conhecimento, pela divulgação aos seus eleitos, da Moção aprovada em reunião de Câmara realizada a 21 de Junho, bem como da resolução da Assembleia de Moradores da Bela Vista e Zona Envolvente, que se anexam.

O documento orientador do Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente, designado "Nosso Bairro, Nossa Cidade", aprovado em 2012, definiu a estratégia municipal promovida junto dos moradores deste território.

A Assembleia Municipal de Setúbal tem acompanhado na sua actividade regular o desenvolvimento do programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade", ao longo destes primeiros 5 anos.

Considerando a resolução aprovada pelos moradores da Bela Vista e Zona Envolvente reunidos em Assembleia, em que afirmam o seu empenho e compromisso com a continuidade do Programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade";

Considerando que os moradores avaliaram colectivamente o trabalho realizado, com impactos positivos assinaláveis, a partir da sua participação em decisões relativas a problemas e soluções por si identificados, bem como da sua capacidade de acção concreta, apoiados pela Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Sebastião;

Considerando que os compromissos, metas, projectos e acções aprovados se inserem no desenvolvimento futuro do programa, por mais cinco anos, enquadrado nas resoluções do Município;

Considerando a riqueza do processo de participação democrática demonstrado, incluindo todas as gerações e grupos, bem como as suas potencialidades de desenvolvimento futuro;

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 30 de Junho de 2017, delibera:

- 1. Manifestar o apoio à referida Declaração da Assembleia dos Moradores do Programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade";*
- 2. Associar-se ao Executivo Municipal, no apoio aos moradores pela concretização dos princípios, compromissos, metas, bem como nos projectos e acções a continuar e na análise das preocupações a ter em conta, referidos na Declaração da Assembleia dos Moradores do Programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade";*
- 3. Enviar o presente documento, para conhecimento, aos moradores, pelos seus representantes eleitos, à Junta e Assembleia de Freguesia de S. Sebastião."*

Jerónimo Lopes (CDU) – Também vou pedir dispensa da leitura da moção, ela foi distribuída no início dos nossos trabalhos e tem por origem dois outros documentos que foram distribuídos por e-mail a todos os deputados há uns dias atrás e que resulta na declaração que a Assembleia de Moradores do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” aprovou em maio.

É a sequência de um programa que se iniciou há cinco anos, que esteve presente de alguma forma aqui nos nossos trabalhos por intervenções diversas, pelo acompanhamento dos orçamentos e das prestações de contas e muito no concreto por algumas intervenções que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião também fez, respondendo a algumas questões que aqui foram colocadas, mas creio que é do conhecimento geral.

Entroncando, e aqui já estou, de alguma forma, também a procurar justificar a apresentação da moção, muito naquilo que é um trabalho gigantesco que quer a câmara, quer as juntas de freguesia têm levado a cabo, nomeadamente na relação com as populações e que é, no concreto, um outro programa “Ouvir a população, construir o futuro”.

Este é um programa específico que se tem desenvolvido ao longo de cinco anos, que tem uma participação extraordinária por parte dos moradores e das suas populações que se mobilizaram

e dos quais tem dependido os resultados que se têm obtido e que, por suas próprias mãos, se propõem também continuar a desenvolver no futuro.

Julgamos que a Assembleia Municipal também deveria e, com certeza, se irá associar com os moradores e com entidades, umas autárquicas e municipais e outras não. Deveríamos também associar, porque é um exemplo muito significativo do que é possível fazer e de como é possível melhorar, se calhar, também outros bairros que têm tido as suas evoluções, as suas melhorias, mas que o envolvimento da população é exemplar e que deveríamos seguir.

Só um pequeno esclarecimento, o primeiro parágrafo refere-se aos anexos, os quais não seguem, porque já seguiram para cada um de nós e eu dispensei, por questões de papel e de toner, de pedir aos serviços que reproduzissem mais uma vez. Naturalmente que é no sentido de que entrem na ata juntamente com a moção, sendo ela aprovada.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Uma última moção que nasceu da feliz ideia do senhor deputado do Bloco de Esquerda, Henrique Guerreiro, na reunião da Comissão Permanente e que se intitula “Incêndios Florestais”, que flagelaram o centro do país tão recentemente e com as funestas consequências que todos conhecemos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

O primeiro subscritor é o Sr. Deputado Alberto Sousa Pereira, que poderá proceder à sua apresentação.

“Incêndios Florestais

A partir dos finais dos anos 60 Portugal anualmente é assolado pelos chamados incêndios florestais ou, mais exatamente, incêndios rurais. Essa constância originou que alguém já dissesse que, além da época futebolística e da época balnear Portugal, também tem, anual e pontualmente, a época florestal.

Este magno e calamitoso problema tem sido objeto de inúmeros estudos, pareceres, debates, conferências, comentários, palpites e até de possíveis soluções. Mas, apesar de todos esses esforços, anualmente o problema continua a afligir violentamente o Portugal rural e interior. Também é habitual, em plena crise dos incêndios, a distribuição, ou tentativa de distribuição, das diversas culpas entre os vários intervenientes que as tentam lançar sobre as outras partes às vezes até com acusações mútuas de falhas e inoperâncias.

Este ano o início desta infeliz época foi particularmente gravoso principalmente no município de Pedrógão Grande. Um incêndio devastador, em meados deste mês, causou mais de 60 vítimas mortais, muitas delas em situações anormais e inéditas, como as atingidas pelo incêndio quando se deslocavam de automóvel numa estrada nacional.

A Assembleia Municipal de Setúbal entende que, de momento, não se deve entrar na contabilidade das culpas mas sim na apresentação das nossas preocupações pelo acontecimento assim como transmitirmos a solidariedade a quem sofreu e ainda sofre as terríveis ocorrências.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida na sua sessão ordinária de Junho, aprova as seguintes deliberações:

- 1- Apresentar as suas condolências e solidariedade a todas as vítimas e suas famílias deste calamitoso incêndio;*
- 2- Saudar, com um gesto de gratidão, todas as corporações de bombeiros em especial, assim como todas as entidades oficiais, particulares e associativas que se empenharam, com redobrados esforços e sacrifícios, na luta contra estes incêndios devastadores;*

3- *Finalmente, enviar o nosso abraço institucional aos executivos camarários e às assembleias municipais dos municípios, atingidos pelos incêndios e, em especial, ao município de Pedrógão Grande.*”

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Esta moção, e acima de tudo, revejo-me nas deliberações, e foi ideia do Sr. Deputado Henrique Guerreiro na reunião da Comissão Permanente, e em que foi encarregado o Sr. Primeiro Secretário, que aceitou, de elaborar a moção, com a garantia normal da sua qualidade.

Assumi na altura o meu compromisso de subscrever esta moção, mas há aqui algo, e a culpa é só minha, em que não me revejo que é esta parte no último parágrafo anterior às deliberações “*não se deve entrar na contabilidade das culpas*”. Era uma parte que não deveria estar escrita aqui.

Não é admissível que numa situação tão gravosa, em que morreram 64 pessoas, tiveram ferimentos mais ou menos graves mais de 200 pessoas, houve perdas significativas de património, houve famílias que ficaram completamente destroçadas, ocorreram situações de mortes numa estrada nacional que estava autorizada a ser atravessada, tudo isto não tenha que ser devidamente explicado.

Quando em outros anos aconteceram incêndios onde não houve mortes e foi afirmado que a temperatura e o vento não era justificação para os incêndios, para este aqui qual será a justificação?

Felizmente que a Assembleia da República já tomou a devida decisão da formação de uma comissão independente, que foi até por iniciativa do líder do PSD e que foi a primeira pessoa que defendeu essa ideia, e o Primeiro-Ministro concordou e depois foi objeto de legislação que foi aprovada esta semana.

Julgo que é importante nós sabermos, já não estamos a falar do ordenamento florestal e do problema de desertificação, são problemas que têm que ser analisados, mas que não têm resolução imediata, mas porque é que aconteceu um acidente desta gravidade, algo que nunca aconteceu em Portugal.

Foi uma desgraça tão grande que a última vez que aconteceu em Portugal foram as inundações em 1967 em Lisboa. Esta situação tem que ser devidamente esclarecida. Não faço acusações a ninguém, não me compete fazer acusações, mas tem que ser devidamente esclarecida por todos.

Por isso sinto-me culpado em ter subscrito a moção, aceitando esta parte da frase. Acima de tudo onde me revejo é no voto de profundo pesar por todos aqueles que morreram e por todos aqueles que ficaram feridos neste incêndio, acima de tudo das consequências nas famílias daqueles que sobreviveram, daquilo que as pessoas sentiram e depois o papel importante dos bombeiros e de toda a solidariedade à volta deste processo.

Não é admissível que levem horas a descobrir se o avião *canadair* tinha caído ou não caiu. Foi um romance que assisti em direto na televisão, algo que nunca pensei assistir. Não sabia se era português, se era espanhol, se era italiano, enfim. Por isso, este conjunto de situações devem ser esclarecidas.

O que acho que é mais importante são as deliberações e por isso irei votar favoravelmente.

João Afonso Luz (CDU) – Nós associamo-nos evidentemente a esta moção, tal como está a apresentada, e ela decorreu de um consenso na Comissão Permanente. A propósito das palavras do deputado Paulo Valdez, e concordando até com aquilo que ele coloca, recordo que foi exatamente este o consenso obtido na Comissão Permanente, até porque à data os acontecimentos estavam muito presentes e era uma situação muito presente.



Quando reunimos a Comissão Permanente, a sugestão do deputado Henrique Guerreiro foi que fizéssemos uma moção que não entrasse nesta contabilidade, que não fosse o momento de apuramento de responsabilidades, não servisse para uma discussão, se quiserem, mais partidarizada deste tema, centrando-se apenas naquilo que é a saudação às equipas que tiveram no combate e o pesar pela perda de vidas humanas.

No dia de hoje, se calhar, a nossa reflexão teria ido noutro sentido e daí perceber as suas palavras, porque há um conjunto de intervenções já feitas de reflexões sobre esta matéria que com algum distanciamento, ainda que relativamente curto dos acontecimentos, já nos permitiriam aqui nesta assembleia trocar algumas impressões.

O deputado Paulo Valdez já referiu algumas, mas ainda acrescentaria algumas. Acrescentaria a liberalização da monocultura e a questão da defesa acérrima do eucalipto.

Ainda hoje tivemos intervenções de um ex-Primeiro-Ministro, o Pedro Passos Coelho, a defender acerrimamente o eucalipto. Aliás defende tanto que diz que só pode estar em causa a plantação do eucalipto para manter o Governo, porque isto depende de um acordo entre os partidos.

Não me parece, de facto, que seja essa a discussão que queremos fazer, não foi isso que esteve na origem desta moção. Mesmo percebendo o que o deputado Paulo Valdez colocou, julgo que, neste momento, poderíamos adiar essa discussão para outra assembleia, ainda é tempo de manifestar o nosso pesar pela gravidade e pela perda de vidas humanas decorrentes deste incêndio.

No quadro da nossa bancada iremos votar favoravelmente a moção apresentada.

Vítor Ferreira (PS) – Para dizer que no parágrafo que nos faz agora aqui estar um pouco conversando sobre estas questões de fundo, está lá “*de momento*” e é isso que me deixa sossegado em relação ao que interessa, naturalmente no futuro perceber e saber bem o que aconteceu, apurar as responsabilidades e melhorar para que não volte a acontecer.

Estava confortável no texto apresentado, não só pelo que já foi dito, mas precisamente porque está aqui “*de momento*”, não está aqui a dizer que em momento algum vamos deixar de fazer a reflexão que tem que ser feita e vamos deixar de construir um Portugal melhor.

De qualquer forma o que quero dizer é que a bancada do PS irá votar favoravelmente esta moção, conforme foi, mais ou menos, o combinado.

Henrique Guerreiro (BE) – A bancada do Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este documento. Como o Sr. Presidente teve a oportunidade de dizer, foi elaborado pelo Sr. Primeiro Secretário da Assembleia Municipal com base numa proposta que fizemos na reunião da Comissão Permanente. Essa proposta foi feita num momento diferente, como o deputado Paulo Valdez aqui já referiu, no momento em que ainda se lutava contra o fogo.

Dizer-lhes que mantenho a mesma opinião que tinha na Comissão Permanente, que seria útil e seria o mínimo que esta Assembleia Municipal deveria fazer, era manifestar a sua profunda solidariedade para com as vítimas e o seu reconhecimento a todas as entidades que combateram este incêndio, procurando que esta Assembleia Municipal não tivesse seis moções, todas em sentido idêntico com considerandos, eventualmente, diferentes como aqui já nos apercebemos.

Não há ninguém nesta assembleia e atrevo-me a dizer que não há ninguém neste país que não queira que o que aconteceu seja explicado, estudado até ao mais pequeno pormenor.

Agora senhores deputados, temos assistido nos últimos dias a coisas terríveis que me escuso a comentar, em nome até da higiene mental.

Seguramente que vamos ter estudos aprofundados de vários quadrantes, várias opiniões, opiniões políticas e o país vai continuar durante muito tempo a falar e a opinar sobre isto.

Mas o esforço de contenção, neste momento, parece-me que é a atitude mais sensata e mais respeitosa para com aqueles que morreram, para com as famílias que sofrem e para com aqueles que lutaram contra o incêndio.

Sugeria-lhe, também, Sr. Presidente que depois da votação deste documento, independentemente do resultado da votação, que a assembleia fizesse um minuto de silêncio em memória das vítimas desta tragédia.

Presidente da Mesa – Muito obrigado. A sua sugestão tem todo o sentido e será seguida, mas entretanto darei ainda a palavra ao Sr. Deputado Nuno Magalhães.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Peço desculpa pelo atraso com que cheguei a esta assembleia, mas estava no âmbito das minhas funções, enquanto membro da Direção do CDS, na apresentação de um candidato do PSD, numa coligação juntamente com o CDS, aqui no nosso distrito, em Alcochete, conforme tive a ocasião de avisar o Sr. Presidente.

Mas quero obviamente que conste em ata e que fique claro que esse atraso deveu-se a essa obrigação que, devido à coincidência horária, era manifestamente impossível estar em dois lados ao mesmo tempo.

Não tenho nada a acrescentar, gostava de sublinhar que esta frase que, neste momento, vem de encontro àquilo que todos nós pensamos e que é o essencial, que é manifestar o pesar e a solidariedade a quem esteve no teatro de operações. É nesse “momento”, até diria mais, não é nem o momento, nem o local para se estar a apurar responsabilidades.

Só estou a intervir para que fique em ata essa posição, que com certeza votaremos favoravelmente esta matéria.

Albérico Alho (BE) – Uma referência rápida para felicitar este esforço de sensibilizar perante uma situação única que vivemos neste país.

Quero ainda dizer, e é o motivo da minha intervenção, que estou de acordo com as preocupações do deputado Paulo Valdez em relação ao esclarecimento total de todas as situações. Estou de acordo também da forma, quer como o meu camarada Henrique Guerreiro, quer como o deputado João Luz colocaram estas questões e, por isso, nós iremos votar favoravelmente.

No entanto, e esta é a razão da minha intervenção, não posso acompanhar o deputado Paulo Valdez, quando faz a comparação da tragédia de Pedrógão com o que ocorreu nas cheias nos finais da década de 60, em que morreram mais de 600 pessoas.

Não posso acompanhar por duas razões, primeiro, não é comparável, não só pelo número de vítimas que foram centenas e ainda hoje não se sabe quantas pessoas morreram, e os que morreram foram os mais pobres, foram centenas de pessoas que viviam em bairros de lata.

Para além disso, não possa acompanhar também, porque a conjuntura que se vivia era completamente diferente. Vivíamos perante uma ditadura brutal que perseguiu inclusivamente aqueles que queriam noticiar o que tinha ocorrido, proibindo a imprensa em relação a estas matérias.

Não estou a dizer que o deputado Paulo Valdez queira fazer comparações, mas ao fazer esta referência, e já tenho visto esta referência nalguma imprensa de direita radical, que é completamente inaceitável.

Este é o sentido da minha intervenção nesta assembleia e, na minha perspetiva, não podemos aceitar qualquer tipo de comparação a este nível, não significando, naturalmente, qualquer posição da nossa parte sobre dar o aval ou branqueamento seja do que for.

Vitor Ferreira (PS) – Pontos de ordem à Mesa, Sr. Presidente.

O objetivo está nas deliberações, vejam lá, façam lá um esforço. Nós marcamos uma reunião, se o Sr. Presidente não se importar, e dizemos tudo o que nos vier à cabeça na altura. Ok? Agora se vamos continuar esta discussão, não valeu a pena o esforço e não estamos a servir aqueles que representamos.

Peço desculpa Sr. Presidente por estar a intervir.

Presidente da Mesa – Senhor deputado Vítor Ferreira agradeço a sua chamada de atenção, o seu ponto de ordem à Mesa, mas ainda vou dar a palavra, finalmente, ao Sr. Deputado Paulo Calado e é a última inscrição que aceito.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Só quero dizer que em relação àquilo que foi dito pelo deputado Albérico, “Que chova”, como disse uma senhora do estrelato nacional, “Que chova”.

Presidente da Mesa – Obrigado e partilho dos seus desejos.

Estão terminadas as inscrições e as discussões sobre esta moção e vou pô-la a votação.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Seguindo a sugestão do Sr. Deputado Henrique Guerreiro, peço à Assembleia Municipal que façamos um minuto de silêncio em honra das vítimas do trágico acidente.

Fez-se um minuto de silêncio.

João Afonso Luz (CDU) – Tendo em conta a hora a que estamos a reunir e tendo ainda um conjunto vasto de pontos na ordem de trabalhos, a bancada da CDU propõe a suspensão dos trabalhos desta assembleia.

Presidente da Mesa – Ponho à consideração da Assembleia Municipal esta hipótese. É costume quando chegamos à uma hora da madrugada, pôr-se à consideração a hipótese de continuar os trabalhos ou suspendê-los, sobretudo quando ainda não se iniciou a Ordem dos Trabalhos. Habitualmente põe-se a eventualidade de os suspender até uma data que se acerte aqui e com que todos estejam de acordo.

Havendo acordo na hipótese da suspensão dos trabalhos, peço uma sugestão para a data da próxima reunião, para a continuação desta sessão.

Joel Marques (PS) – Senhor Presidente, o Partido Socialista gostaria de propor que a sessão fosse retomada na próxima sexta-feira, dia 7 de julho.

João Afonso Luz (CDU) – Na próxima sexta-feira estão previstos um conjunto de atividades do próprio município e colocava à consideração dos senhores deputados a possibilidade de ser feito antes, por exemplo, quarta-feira ou quinta-feira, se não houver inconveniente maior.

Presidente da Mesa – Quinta-feira, dia 6, é a contraproposta que é aceite?

Nuno Magalhães (PSD/CDS) - Como é evidente e obvio sujeitar-me-ei às regras da democracia, mas, de facto, sexta-feira, dia 7, poderia, mas quinta-feira, dia 6, por motivos também de compromissos assumidos a nível nacional com atividades que tem a ver com o meu partido, não poderei estar presente, sujeitando-me à maioria.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Na lógica daquilo que foi a marcação também para esta assembleia, sexta-feira é um dia mais razoável para fazer a continuação da próxima assembleia.

Presidente da Mesa – Quarta-feira não é alternativa para ninguém?

Albérico Alho (BE) – Dizer que também preferíamos um dia durante a semana que não fosse a sexta-feira, porque será mais um fim-de-semana que ficará cortado.

Presidente da Mesa – Alguém ficará insatisfeito, provavelmente, seja a opção por sexta ou por quinta. Se calhar, sexta-feira menos, porque mais gente fica insatisfeita. Proponho a quinta-feira, e julgo que a maioria prefere a quinta-feira. Fica então marcada a continuação destes trabalhos para quinta-feira, dia 6, do próximo mês. Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos quando era uma hora e trinta e cinco minutos do dia um de julho, para serem reabertos no dia seis de julho do ano de dois mil e dezassete.

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel de Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Nuno Filipe Cação Marques, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel



Batista Lopes, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha e Alberto Manuel de Sousa Pereira.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, José Luís do Rosário Barão, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Paulo Rui Santos Reinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Bloco de Esquerda – Henrique João Costa Guerreiro e Albérico Afonso Costa Alho.

Presidentes de Junta – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e os Srs. Vereadores: Pedro Sérgio Fernandes Pina, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e António Miguel da Costa Ferreira, em substituição do Sr. Vereador Luis Filipe Alexandre Rodrigues, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 30 e 31.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Gordo Martins e Joaquim Manuel Carvalho Marcelino, conforme documentos registados sob os n.ºs 32 e 33, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição Carlos Manuel Conceição Batista, Ilídio Fernandes Ferreira, Sandra Cristina Reis Paulino Lopes e Arménio Silva Duque, conforme documentos registados sob os n.ºs 34 a 37, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentou pedido de substituição, Maria Júlia Rodrigues Fernandes de Oliveira Alves da Silva, conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentou pedido de substituição, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral, conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, Rui Manuel Rosário Canas, tendo sido substituído pela vogal Maria Luís Alves da Silva Nunes, conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, João Pedro Oliveira Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Faltou o deputado da coligação PSD/CDS, Nuno Miguel Miranda de Magalhães.

IV – PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades abril-maio 2017

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 41, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Teresa Andrade (PS) - Senhor Presidente, Senhora Presidente, senhores vereadores, senhores deputados municipais, excelentíssimo público presente excelentíssimos funcionários, que aqui não se cansam de nos dar apoio. Provavelmente, será a última vez que vou falar do relatório de atividades e com muito prazer, mas antes de mais gostaria de saudar esta assembleia pelo trabalho que desenvolveu ao longo deste mandato e de dizer-vos que foi uma honra e um prazer trabalhar convosco, aprendi muito, apesar do cansaço que todos nós sofremos por estar aqui, é uma experiência que não trocaria por nada. No fundo, nós somos todos invólucros transitórios dos valores da democracia e foi uma grande honra ter podido continuá-los convosco, nestes quatro anos.

O Relatório de Atividades melhorou bastante, neste momento é verdadeiramente legível e tem um bom índice onde conseguimos encontrar tudo, tem um formato que é igual para todo o lado. Sei que é um trabalho muito vasto, muito difícil, mas está muito bom, é um orgulho ver o trabalho que foi feito. Sei que todas as pessoas que estão envolvidas, sobretudo os funcionários, têm muito trabalho para fazer bem este relatório.

Salientar dois ou três pontos, que ainda podem melhorar. De todas as Divisões a que melhor se desenvolveu foi no Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, no investimento, na oferta dos espetáculos na vertente cultural, que não só aumentou em número como também aumentou muito na adesão das pessoas, porque neste momento o público é muito mais vasto e as receitas também aumentaram, o que é muito importante. Gosto do investimento que está a ser feito na educação das crianças, na parte da alimentação saudável, desde os menus vegetarianos a aprender a comer. Todos nós vivemos um tempo de grandes desafios a nível da saúde das nossas crianças, porque estão cada vez mais inativas, por isso precisamos de ensiná-las para que elas possam levar para casa esses valores. A única parte do relatório que está a precisar de ser melhorada é referente às atividades da Inclusão Social, que se encontram na página 99 em diante, que basicamente referem as atividades, mas não conseguimos ter a noção do público que a segue. Desde as atividades de divulgação do PEDU, a de todas as atividades que podem ajudar as pessoas a participar mais, porque estamos numa fase em que precisamos de evitar a discriminação, de incluir todas as comunidades para se sentirem parte de um todo, que é Setúbal. Tem que se investir um pouco mais na informação que passa para nós deputados municipais e não só.

Na parte final do Departamento de Obras, embora já haja um trabalho muito vasto a identificar o tempo em que elas são feitas, a partir da página 114 em diante, em que aparecem as ruas e as zonas, seria importante para o executivo identificar a data em que elas são executadas, à semelhança do que fazem nos gráficos 28, 29 e anteriores, nas outras Divisões. Deste modo podemos ter a noção do desgaste que as várias freguesias vão sofrendo e onde é necessário investir mais, em termos de delegação de competências.

Para terminar a minha intervenção quero agradecer-vos a “viagem”, agradecer a melhoria do relatório do qual estão de parabéns.

Presidente da Mesa – Interpretaria o sentimento da assembleia, se lhe manifestasse o apreço pela sua presença e pela sua participação ao longo deste mandato.

Henrique Guerreiro (BE) – Morreu na passada semana o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Arquiteto Augusto Pólvora, com quem convivi durante dois mandatos na Assembleia Municipal de Sesimbra e com quem mantive um permanente debate democrático, com opiniões muitas vezes diferentes, mas sempre com base no respeito e na lealdade, que debate democrático exige. Morreu vítima de uma doença terrível que tem levado muitos dos nossos amigos e familiares e só uma doença tão covarde quanto essa é que poderia derrubar um homem corajoso como Augusto Pólvora. Gostaria nesta Assembleia Municipal de recordar a sua memória e partilhar convosco estas breves palavras.

João Luz (CDU) – A intervenção em nome da bancada da CDU vem na sequência das palavras do Deputado Henrique Guerreiro. Perdeu-se na região e no país, um homem profundamente ligado ao poder local e ao desenvolvimento da sua terra “Sesimbra” e região. Desempenhou papéis de grande relevância no planeamento do desenvolvimento regional. Para os membros do Partido Comunista Português, que com ele trabalhámos e para as outras forças da CDU que partilham este espaço, consideramos uma perda insubstituível. Agradecendo as palavras do Deputado Henrique Guerreiro, queríamos associar-nos a elas e nesta Assembleia deixar estas palavras.

2. Análise e deliberação da petição pública sobre a redução do IMI

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças informou que o relatório e análise foram votados por unanimidade. Face à impossibilidade de consenso por leitura divergente dos termos da petição, por parte dos membros da CEAF, a análise limitou-se a reconhecer a legitimidade de acesso à discussão e votação no plenário da Assembleia Municipal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade decidiu, dado o facto de a petição pública já ter sido debatida na comissão e elaborado e aprovado por unanimidade o relatório, nada ter a acrescentar e manter o relatório da reunião anterior, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

Presidente da Mesa – Deu entrada na Mesa uma proposta de deliberação a qual vou proceder à sua distribuição pelos Senhores Deputados, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

Paulo Calado (PSD/CDS) – A bancada do PSD/CDS têm também uma recomendação a apresentar à Assembleia, que será entregue pelo Deputado Municipal Fernando Monteiro a qual gostaríamos que fosse distribuída pelas bancadas e desde já aproveito para fazer uma intervenção sobre este ponto. Foi elucidativo a intervenção do cidadão Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, quando, no início desta assembleia, na sessão que decorreu na passada sexta-feira, fez uma intervenção que quanto a mim, obviamente somos suspeitos, porque temos uma afinidade política com essa mesma pessoa, mas não é isso que está aqui em causa hoje, como temos vindo a sublinhar é uma questão cívica e também uma questão que diz respeito a todos nós setubalenses e azeitonenses, o facto de todos pretendermos que a taxa do IMI não seja a taxa que é aplicada neste momento em Setúbal, que a par com outros concelhos é a mais elevada no restante território nacional. Foi bastante elucidativa essa intervenção, aquando no sentido de tentar esclarecer alguma distorção na opinião pública, daquilo que foi o sentido desta petição, explica que independentemente das cores partidárias que lideram os vários municípios do país, há um conjunto de municípios que têm a taxa no máximo. Temos vindo a discutir este tema durante este mandato e também em mandatos anteriores, mas especialmente neste, devido à situação que o país ainda atravessa, nas dificuldades que todos atravessamos. Hoje em dia, vive-se numa certa aparência de que está tudo outra vez bem, quando sabemos muito bem que não é assim. Apanhamos neste mandato o pior período da crise do nosso país e tendo em conta isso, tudo o que são taxas e impostos refletem obviamente no poder de compra dos nossos concidadãos, por isso faz todo o sentido que os poderes públicos e naquilo que é possível, nomeadamente esta Câmara Municipal, como também já o fizemos nesta assembleia com propostas que apresentámos para redução do IMI e para a implementação do IMI familiar, atenuar aquilo que é o custo de vida das famílias setubalenses. Como dizia Nuno de Carvalho na sua intervenção, *“Esta é uma questão que não deve dividir, deve antes unir os setubalenses para que seja possível baixar essa taxa”*. Tem sido respondido pela Câmara Municipal e pela maioria CDU, que há uma impossibilidade para-legal de reduzir esta mesma taxa. Consideramos que essa redução é possível, por razões que temos vindo aqui a aduzir ao longo do tempo e que não vou agora repetir, mas acima de tudo por uma razão que é um facto e que é claro. Quando colocada a questão ao Governo que estava em funções nesse momento, através dos serviços da administração pública foi esclarecido que a Câmara Municipal tinha essa possibilidade e como se diz em direito administrativo, está na discricionariedade da



Câmara propondo e de nós na Assembleia votarmos, a taxa que entendermos ser a adequada neste momento em Setúbal.

Em conclusão, entendemos que a petição apresentada por estes 5.500 cidadãos faz todo o sentido, coloca bem as questões e apela também esta Assembleia e à Câmara Municipal para que a questão deixe de ser partidarizada, no sentido menos bonito do termo. Vamos lá entender-nos e aqueles que não querem baixar a taxa afirmem-no e não se escondam atrás de pareceres de advogados, que obviamente têm a sua força jurídica, mas não se sobrepõe aos poderes públicos nem se sobrepõe àquilo que é o parecer dos serviços públicos e à homologação de dois Secretários de Estado.

Não vimos aqui uma estratégia de confrontação com a CDU, vimos acima de tudo enquanto bancada, representar esses 5.500 cidadãos, que se pré disponibilizaram a assinar um documento, que sabiam ter uma determinada conotação política e que apesar de estarmos em Setúbal com as conotações políticas que sabemos que isso tem, não tiveram problema em subscrever essa mesma petição. Espero que a CDU entenda o que isso significa, o alcance que isso significa e um número de pessoas que a subscreveram.

Ainda não li a proposta de deliberação, porque estou a intervir irei ler a seguir, no entanto penso que talvez nos consigamos atender.

Há na realidade um facto novo, que resulta dos documentos que foram entregues à Comissão de Urbanismo, Ambiente e Mobilidade, uma dirigida ao Presidente da Assembleia, no sentido de esclarecer uma pergunta que foi por nós colocada e que de forma clara, assinada pelo Vice-presidente da Câmara Municipal diz: *“Apesar de a Câmara Municipal não ter dirigido nenhuma pergunta ao Governo, solicitou sim, uma reunião ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças Dr. Ricardo Mourinho Félix, tendo o Senhor Secretário de Estado despachado para os gabinetes do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e Secretário de Estado do Orçamento. Neste âmbito realizou-se reunião com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, ficando de estudar e avaliar o assunto. Aguardamos até à data a informação.”* Está aqui algo em que a CDU e o Executivo desta Câmara se podem escudar, não houve resposta por parte do atual Governo relativamente a um assunto, que da nossa parte, consideramos estar esclarecido. Diz o Senhor Vice-presidente que não dirigiu nenhuma pergunta, mas está subentendido no restante texto, que a pergunta foi colocada. O PSD também colocou uma pergunta através dos seus deputados, sei que esse argumento os senhores iriam dizê-lo, mas eu posso antecipá-lo. Nós não temos dúvida nenhuma quanto à resposta, de que podemos baixar a taxa do IMI, mas para que não houvesse dúvidas, os deputados do PSD colocaram a mesma questão a este Governo, sem que tivessem obtido resposta. Tendo esta súmula aquilo que são para nós os factos mais relevantes, num conjunto de documentos que sustentam a nossa posição, (que não vou falar agora, a não ser que seja forçado pelo decorrer do debate). O que para nós é mais importante é que consigamos, de acordo com aquilo que é a nossa recomendação, que as outras forças políticas nesta assembleia se juntem a nós, no sentido de recomendar à Câmara Municipal que apresente no próximo orçamento (que já não será neste mandato, será resultado das próximas eleições autárquicas), tendo em conta esta petição e que (da nossa parte não há nenhuma dúvida quanto a esta questão) se dê conhecimento ao Governo desta nossa recomendação.

Presidente da Mesa – Coincidente com estas últimas palavras do Senhor Deputado Paulo Calado, entrou na mesa um documento com o título “Recomendação” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45). Mais por razões meramente formais do que propriamente por razões de conteúdo, sugeria aos proponentes que transformassem este título de “Recomendação” que regimentalmente não existe, para proposta ou moção. Se estiverem de acordo!

Paulo Calado (PSD/CDS) – Não temos nenhum problema em propor como deliberação, mas entendemos que a “Recomendação” é possível. Em vez de “Recomendação” poderá ser “Proposta de Deliberação”.

Presidente da Mesa – É uma proposta relativa ao ponto dois da Ordem de Trabalhos que neste momento está em discussão.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Exatamente!

Joel Marques (PS) – Na Comissão de Economia, Administração e Finanças tivemos oportunidade de solicitar ao município que se pronunciasse sobre a petição. É conhecida e é pública a posição do município relativamente ao IMI e às discussões políticas que temos tido ao longo dos diversos mandatos, no entanto, entendemos que, apesar da posição de política que é conhecida de cada um, o município deveria pronunciar-se no seguimento daquilo que é uma petição, que é assinada por um de muitos cidadãos deste concelho, tenham ou não tenham ligações políticas aos partidos, mas a partir do momento em que existe uma tomada de posição por parte de uma franja, que parece relativamente abrangente, da sociedade setubalense e azeitonense no sentido de fazer uma petição, de fazer uma proposta à Câmara Municipal, seria no mínimo de bom-tom que o município se tivesse pronunciado, fosse através da presença na reunião da comissão, fosse a responder por escrito. Na verdade, o município optou por não se pronunciar sobre o tema.

É importante ressaltar que para o Partido Socialista esta é uma questão que está sobejamente esclarecida. Compreendo que por parte do PSD possa haver algumas dúvidas relativamente àquilo que terá sido respondido pelos Senhores Secretários de Estado, eu próprio não tinha particular confiança no Governo anterior, agora esta é uma questão que me parece que é clara e que está esclarecido de forma cabal. A resposta do Partido Socialista dificilmente poderia ser mais eloquente do que tem sido ao longo dos anos. Já há diversos anos, que mais do que promessas ou compromissos, apresentamos nesta câmara, propostas para a efetiva redução da taxa de IMI, no sentido de reduzir da taxa máxima à taxa mínima, no período de um mandato. Esta é uma posição clara e consequente, temos apresentado as propostas e a CDU, por opção política, tem votado contra. Entendemos que o município é quem tem a obrigação de definir a taxa, não aceitamos que o executivo se desresponsabilize nesta questão e que a CDU se desresponsabilize também, que no fundo, é aquilo que acontece na proposta de deliberação que nos é apresentada. Passando a uma eventual decisão que compete exclusivamente ao executivo e compete a esta assembleia, passando essa decisão para um futuro que não sabemos se será próximo ou se será distante, fazendo-a depender de uma resposta que é conhecida já há largos anos. Tendo isso em consideração entendemos que é chegado o momento, de uma vez por todas, quem não quer reduzir o IMI o assuma com toda a clareza e com toda a transparência, da mesma forma que quem o quer reduzir e quem quer aliviar a carga fiscal dos setubalenses e azeitonenses o tem assumido de forma consequente, com toda a tranquilidade e com toda a transparência.

Filipe Narciso da CDU passou a fazer parte da Assembleia.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Um esclarecimento, para não parecer que somos completamente leigos. O artigo 12.º, do Regimento da nossa Assembleia prevê na alínea a), como um dos direitos dos membros desta assembleia, apresentar Projetos de Resolução e de Recomendação,

exatamente como estávamos a apresentar. Não temos problema nenhum que seja deliberação, de qualquer forma para dizer esse instrumento existe, contrariamente ao que foi dito.

Presidente da Mesa – É um Projeto de Recomendação no seu documento?

Paulo Calado (PSD/CDS) – Não temos problema nenhum, desde que seja votado, chame-lhe o que quiser.

João Luz (CDU) – Gostaríamos de intervier sobre esta matéria, mas aguardamos por conhecer a proposta apresentada pelo PSD/CDS para depois nos podermos pronunciar.

Henrique Guerreiro (BE) – Da mesma forma que o Deputado Afonso Luz manifestou, gostaríamos de produzir a nossa intervenção depois de conhecermos a “Proposta de Recomendação” e sugeríamos que suspendêssemos a sessão por breves minutos.

Presidente da Mesa – Aguardamos o conhecimento geral do conteúdo da outra proposta. Vamos por momentos suspender os trabalhos para os reiniciar logo que esteja distribuída a segunda proposta da banca do PSD/CDS.

A sessão foi interrompida durante 10 minutos.

Presidente da Mesa – Retomados os trabalhos pedia aos Senhores Deputados que estiveram trabalhando nesse sentido, que se pronunciem.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Em conversação com os subscritores da outra proposta de deliberação e tendo em conta que o objetivo é o mesmo, entendemos que o mais importante é que seja possível aos órgãos municipais baixar o IMI e ter também o IMI familiar em Setúbal, propomos que seja votado um único documento, que aproveite os quatro parágrafos iniciais da proposta de deliberação da CDU, com uma pequena alteração no último parágrafo: “*Possibilidade de reduzir a taxa máxima de IMI, possa avaliar o proposto na referida petição*”, é suprimido a parte da frase que diz: “*(...)da eventual bondade do (...)*”. E finaliza com o segundo parágrafo daquela que foi a proposta do PSD: “*Mais propomos que deve ser dado conhecimento desta recomendação ao Governo, no sentido do mesmo se pronunciar se tem algo a opor quanto a esta deliberação*”.

Esta é a nossa proposta de redação que também terá sido aceite pela outra bancada proponente.

Presidente da Mesa – Deverá ser feito um novo texto para ser submetido a apreciação da Assembleia, devendo ser disponibilizado todo o tempo que for necessário.

Vitor Ferreira (PS) – Há uma conversação que faz sentido, mas não percebi bem o que ficou combinado e o que foi aprovado.

Presidente da Mesa – Penso que outros partilham da sua dúvida e exatamente por isso é que se solicitou que seja fundido num texto, que possa ser lido por todos, para que sobre esse texto, a que se chegou por consenso, se possam pronunciar os Senhores Deputados.

Vitor Ferreira (PS) – Muito obrigado Presidente, agora acabei de perceber o que ficou combinado.

Presidente da Mesa – Vamos aguardar então um pouco até ser elaborado esse texto final.

A sessão foi interrompida.

Presidente da Mesa – Está completada a distribuição desta proposta, que resultou da fusão das duas propostas anteriores e em consequência ponho à discussão esta proposta que acabou de ser distribuída.

Joel Marques (PS) – O Partido Socialista está disponível para votar uma deliberação que defina claramente, que existem condições para que a taxa de IMI seja reduzida.

A proposta que nos é apresentada é profundamente redutora da capacidade deliberativa desta Assembleia Municipal, passando sistematicamente a decisão para pareceres de terceiros. É uma proposta que desrespeita aos mais de cinco mil cidadãos que assinaram uma petição no sentido de reduzir o IMI em Setúbal, considerando que é uma questão que já está sobejamente esclarecida e que esta decisão compete à Assembleia e à Câmara Municipal, não compete a terceiros. Mantemos a nossa posição de propor uma redução progressiva e sistemática da taxa de IMI. Percebemos que para a CDU seja importante arranjar um bode expiatório para a sua opção política de manter “*Status Quo*”, da mesma forma que entendemos para o PSD é importante manter a chama do IMI viva, pelo menos até ao dia 1 de outubro. Não entendemos, por que é que em Setúbal temos uma coligação duvidosa, que tem sistematicamente dúvidas sobre a questão de eventuais esclarecimentos, que já foram mais do que prestados. Para o IMI, o executivo propõe, esta Assembleia aprova, reprovava ou apresenta uma proposta de alteração que seria votada, depois a autoridade tributária explica aquilo que aqui foi decidido. É um processo que é simples, rápido e indolor, haja vontade política para reduzir o IMI. Quanto ao PS existe essa vontade política, não dependemos de terceiros, essa é uma responsabilidade compete esta Assembleia, essa é a nossa posição.

A proposta da forma como nos é apresentada não terá o nosso voto favorável.

Henrique Guerreiro (BE) – São conhecidas desta assembleia, todas as opiniões dos partidos aqui representados. Por um lado, a CDU e os partidos que a compõem têm persistido na manutenção da taxa máxima, todos os partidos da oposição têm defendido que essa taxa seja alterada. É conhecido ao longo deste mandato, sempre que o IMI foi discutido e aprovado à sua taxa, as posições manifestadas nesta assembleia. O que há de novo é a existência de mais uma petição. Houve uma petição no mandato anterior no mesmo sentido e os peticionários dizem basicamente aquilo que toda a oposição disse nesta Assembleia, que é necessário e urgente reduzir a taxa de IMI. A questão do IMI tem dividido não só aqui, mas também na Assembleia da República, os partidos políticos e tem acontecido este fenómeno de geometria variável, em que o PSD na Assembleia da República está contra a baixa do IMI, sendo o PCP a favor da baixa do IMI na Assembleia da República, mas esta geometria variável dá uma cambalhota quando passa o rio Tejo, em Setúbal é o PSD que quer reduzir o IMI e o PCP quer manter na mesma taxa. Esta é a história daquilo que estamos a discutir. Há um fenómeno novo, a proposta que agora nos foi distribuída vai ser posta a votos. Estava tentado a dizer que esta proposta é mais ou menos como os comprimidos “*Melhoral - não fazem bem nem fazem mal*”, mas não, esta proposta tem em si um recurso absoluto das posições, quer do PCP quer do PSD. Subscrevemos aquilo que dizia o Partido Socialista, que se trata de dizer aos peticionários, aquilo que vocês fizeram não faz grande sentido, porque a decisão não é desta Assembleia Municipal, façam uma petição ao Governo da República e com isso não estamos de acordo. Existem nesta casa deliberações do Estado, deliberações do Governo da República

inequívocas. Não faz sentido, é um pouco esquizoide voltar a dizer a cada Governo: “*Digam lá se aquilo que o anterior Governo disse ainda é válido*”. É uma forma de sacudir para debaixo do tapete uma responsabilidade que é a nossa, é desta casa, é de cada um de nós que estão sentados nesta Assembleia. Baixar ou manter o IMI, a responsabilidade não é do “Papa Francisco”, não é de Governo da República, não é do Presidente da República, é exclusivamente dos homens e das mulheres que compõem esta Assembleia Municipal e nesse sentido não acompanhamos este recuo e este “*geringalho*” criado à última hora entre PSD e a CDU.

Paulo Calado (PSD/CDS) – É bom ter uma Assembleia viva como esta, porque habitualmente ouvimos muito ruído à nossa frente, hoje é atrás, o que não deixa de ser curioso. Sobre aquilo que é a nossa posição, não temos dúvidas nenhuma. Há um argumento que é aduzido aqui, é curioso ser o Bloco de Esquerda hoje a evocá-lo, mas não deixa de ser curioso, porque não tem mais nada que dizer a não ser isso. Todos nós sabemos que quando fixamos uma baia, uma rede ou uma cerca, os animais que andam lá dentro não podem passar a cerca.

O que se passou foi que na Assembleia da República baixou-se a cerca um bocadinho, o PSD terá tido a sua posição a nível nacional, porque entendeu que não se deveria baixar essa baia, no entanto, onde o animal circula dentro da cerca é já uma decisão municipal e é essa que está a ser discutida hoje, fixar a taxa municipal sobre o IMI. Há muita gente que não se apercebe que Imposto Municipal sobre os Imóveis é uma taxa municipal, mas há quem não acredite pelo país fora e discuta: “*É impossível que aquele Presidente de Câmara tão simpático fixe aquilo no máximo*”. Já ouvi esta conversa e não foi em Setúbal, foi no Barreiro. Era impossível que o Presidente da Câmara do Barreiro tivesse a taxa que aplicavam no Barreiro, não faço ideia se é a máxima ou não, mas era impossível que fosse ele a castigar os barreirenses. Isto é uma conversa que há um bocadinho pelo país todo, mas essa é a conversa generalista do Bloco de Esquerda. Acho que está respondido. Se votam contra ou a favor é um problema do próprio Bloco de Esquerda e está em contradição com aquilo que têm vindo aqui a dizer. Não levamos lições do Bloco de Esquerda, que sistematicamente em Setúbal vota ao lado da CDU. É uma oposição inexistente em Setúbal, não faz trabalho nenhum em Setúbal, a não ser vir aqui perorar sobre o Século XIX e as lutas de anarcossindicalistas.

Relativamente ao Partido Socialista não deixa de ser curioso, que na sua duplicidade habitual (problema genético deste partido) diz que hoje vai votar contra uma proposta que visa que o IMI possa baixar em Setúbal. Nós sabemos que estamos em período eleitoral e o que mais incomoda o Deputado Joel na frase (compreendo a sua argumentação), é o facto de entender que o PSD só está preocupado até dia 1 de outubro, o que não deixa de ser curioso, porque a única bancada que apresentou nesta Assembleia, não no momento da discussão do orçamento, mas em momento diferente, da afixação de uma taxa diferente de IMI e da aplicação do IMI familiar foi exatamente a bancada do PSD/CDS e foi apresentada pelo Deputado Nuno Magalhães, que infelizmente hoje não está. Não é uma preocupação de hoje até outubro, estão muito enganados Senhores Deputados, porque trata-se de uma preocupação de sempre. Sempre que há aqui propostas generalistas, programáticas de moções, o Partido Socialista alegremente desce a Av. da Liberdade, quando estamos a falar de coisas a sério, em que é preciso tomar decisões o Partido Socialista não tem opinião e neste caso até é contra, não deixa de ser curioso.

Presidente da Mesa – Chamo a atenção dos Senhores Deputados, que as intervenções estão a ir no sentido da história, no sentido retrogrado, lembrando coisas que hoje já não vem muito a propósito ou não tem aplicabilidade total. Vamos centrar na discussão desta proposta a que se



chegou, por síntese de duas propostas previamente apresentadas. Nesse sentido peço a atenção para o meu reparo.

João Luz (CDU) – Tentando responder ao repto que foi lançado pelo Presidente da Assembleia, entendemos que aquilo que está em causa neste ponto é a apreciação e discussão da petição que foi entregue nesta Assembleia. Relativamente a essa petição já o dissemos noutra momento, mas hoje importa voltar a dizer, discordando até de alguns dos considerandos que nela estão incluídos, não deixamos de saudar o conjunto de pessoas que entenderam manifestar-se, dar a sua opinião e transmiti-la aos órgãos do município. Entendemos isso como um ato de cidadania, independentemente de termos e apreciações relacionadas com o momento e com um enquadramento que foi dado à própria petição, mas isso é outra história.

Relativamente ao conteúdo e áquilo que estamos a debater, importa salientar dois ou três aspetos muito breves.

A tentativa, em torno de uma petição, de um conjunto de pessoas que decidiram dizer qualquer coisa a estes órgãos, leva a uma tomada de posição que seja o mais unânime possível e que contribua para ir ao encontro daquilo que tem sido dito por todas as forças presentes na Assembleia Municipal, que é baixar o IMI e a carga fiscal sobre os setubalenses. É do conhecimento, ao contrário de um conjunto de senhores que teimam a pés juntos que têm certezas absolutas, que temos profundas dúvidas sobre os pareceres, mesmo aqueles que pareciam dizer que não era possível, “mas...”, aqueles que aparentavam dizer que era possível, diziam que era possível, “mas...” e sempre que citam um terminado documento, nunca o citam até ao fim. Percebo que as forças da oposição tenham essa vontade e dá-lhes jeito no debate político, porque aparentemente dizem que sim, “mas...”, “mas se subirem outras taxas...”, no entanto, os senhores ainda não disseram quais seriam as outras taxas que aumentavam e continuamos à espera de saber quais seriam. Aquilo que temos dito é que há toda a disponibilidade desta bancada para baixar a taxa de IMI, na realidade partiu destas forças políticas, na Assembleia da República, a proposta para o fazer.

O Senhor Deputado está-se a rir, mas a verdade é que foi o seu partido que não quis descer de 0,50% para 0,40%. O Senhor Deputado aqui em Setúbal faz esse discurso e ri-se e está-se a rir da vida das pessoas, aqui hipocritamente vem fazer este fugasse, mas onde têm poder efetivo para decidir, os senhores do Partido Socialista fogem de decidir. Não havia dúvidas nenhuma que Setúbal poderia descer, aí as dúvidas estavam todas dissipadas. O PS nesta Assembleia jura a pés juntos que é possível baixar, o PS tem toda a convicção que é possível baixar, então porque é que este Governo liderado pelo Partido Socialista, sobre esta matéria, não diz uma única palavra?

Qual é a explicação, perante as dúvidas apresentadas por um município, perante um Secretário de Estado que não sabia bem o que era o IMI, um Secretário dos Assuntos Fiscais que achava que a receita era dele?

Os senhores até convidaram Secretários de Estado para um conjunto de debates no nosso concelho!

Não houve nenhum Secretário de Estado que lhes desse uma indicação! A não ser o que vocês já saibam, mais alguma coisa que nós não sabemos e daí as vossas certezas.

Se o Partido Socialista nesta assembleia, acha que esta deliberação deveria ser outra coisa, onde é que está a proposta de deliberação do Partido Socialista?

Qual é posicionamento do Partido Socialista sobre esta matéria?

Onde é que está a proposta de deliberação?

Os senhores chegam aqui, falam dizem o que têm a dizer, estão na maior, mas o trabalho?

Onde é que está o contributo do Partido Socialista em Setúbal por esta discussão?

Aquilo que temos aqui por parte do Partido Socialista é zero!

A seguir vão jurar a pés juntos que têm uma proposta sobre esta petição, mas nós não a conhecemos. É exatamente a mesma coisa que se passa com a certeza relativamente ao Governo e à possibilidade de Setúbal baixar esta taxa máxima de IMI.

O Deputado do Bloco de Esquerda fez uma intervenção sobre esta matéria, que tem que ver com a responsabilidade de cada um. É importante dizer que a CDU em todos os momentos, perante os setubalenses em campanhas eleitorais e fora delas afirmou sempre clara e inequivocamente qual a sua posição sobre esta matéria. Não há dúvida nenhuma para cada um dos setubalenses, qual é o posicionamento da CDU sobre esta matéria. Os setubalenses há quatro anos, perante esta discussão, tomaram as decisões que tomaram e optaram da forma que optaram. Sobre responsabilidades em relação ao IMI estamos esclarecidos.

Continuaremos a fazer o trabalho que nos compete no quadro desta Assembleia e no quadro da Câmara Municipal, é com este objetivo de esclarecer e contribuir para que chegue a um determinado momento que se possa baixar a taxa de IMI.

Esta proposta foi consensualizada e por isso iremos votar favoravelmente.

Joel Marques (PS) – Gostaria de solicitar à Mesa, para aclarar a memória um pouco difusa do Senhor Deputado Paulo Calado e do Senhor Deputado João Afonso Luz, que fossem distribuídas à bancada da CDU e à bancada da coligação PSD/CDS, as propostas de redução de IMI e de redução da taxa variável de participação em sede de IRS, que o Partido Socialista apresentou em 2014, 2015 e 2016.

Recordar ao Senhor Deputado João Afonso Luz que na Assembleia Municipal de Setúbal tem sido a CDU e Azeitão no Coração a recusar sistematicamente e a votar contra as propostas de alteração do Partido Socialista, para a redução da taxa máxima de IMI. A última proposta que terá oportunidade de receber na sua bancada daqui a minutos, visava uma redução de 0,45% para 0,4%. Acho curioso, a forma como o Senhor Deputado vem a acusar deputados municipais, que não têm voto na Assembleia da República, pela não redução do limite máximo para 0,4%, quando o Senhor Deputado Municipal tem responsabilidades nesta Assembleia, tal como nós temos e vota contra uma proposta de redução de 0,45% para 0,4%. Relativamente àquilo que é a coerência dessa bancada estamos conversados.

Recordar também ao Senhor Deputado Paulo Calado e se me permite utilizar a mesma analogia, quase de guardador de rebanhos, que para nós é claro e evidente que o rebanho não é obrigado a estar junto ao cercado e que se pode mover livremente dentro daquilo que é o seu pasto.

Como entendemos que existe liberdade por parte das assembleias municipais e das câmaras municipais, entendemos aquilo que é a sua independência e a sua capacidade decisória, para tomarem decisões dentro daquilo que são balizas máximas e mínimas, temos uma proposta que é clara, transparente e é reconhecida pelos setubalenses e azeitonenses, “*Reduzir progressivamente a taxa de IMI da taxa máxima para a taxa mínima, durante o período de um mandato*” é nesse sentido que temos apresentado propostas, sistematicamente nesta Assembleia e que os senhores têm votado contra.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Fico estupefacto com algumas discussões. Todas as bancadas dizem o mesmo, “*É necessário reduzir o IMP*”. O PSD defende há muito tempo e o PS também defende há muito tempo. Se o PS defende há muito tempo que se deve reduzir o IMI em Setúbal, não consigo entender a posição de votar contra uma proposta que tem esse objetivo. Exigia alguma coerência, que nem sempre é muito, por parte do PS, que votasse favoravelmente esta proposta. Considerando que a CDU continua a ter algumas dúvidas sobre a possibilidade ou não, embora nós não temos dúvidas sobre essa possibilidade, mas existindo



ainda estas dúvidas e dependendo da redução do IMI por parte da CDU de um esclarecimento, que pertence a um Governo que é do PS e que pertence a um Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que é membro do secretariado nacional do PS, ficar-vos-ia bem que dissessem o seguinte: *“Nós vamos tudo fazer junto do o Secretário de Estado, junto do nosso Governo para que rapidamente seja dada uma resposta sobre esta matéria”*.

O Senhor Deputado Joel disse que isto era uma questão extremamente simples, era só decidir e estava resolvido. Se é assim tão simples, qual é a dificuldade do Secretário de Estado dar um parecer ou emitir uma opinião?

Porque é que “chutam para canto” e não decidem, uma vez que há tantos meses tem lá esta questão para decidir e continuam por não decidir?

Onde é que está a simplicidade? Não consigo entender ou é simples ou não é simples. Se é simples para nós também será simples para o Senhor Secretário de Estado para que ele responda. Façam as diligências que já deviam ter feito há muito tempo sobre isto, para que o vosso camarada dê uma resposta rápida. Se já tivesse havido essa resposta, provavelmente já tínhamos garantia de que o IMI iria reduzir para o próximo ano. Está nas vossas mãos, façam o vosso trabalho e cumpram com aquilo que estão sempre a dizer, que são favoráveis à descida do IMI.

João Luz (CDU) – Da intervenção do Deputado Joel Marques ficaram duas ou três dúvidas, provavelmente não me devo ter expressado bem. O problema não está, no facto de o Partido Socialista ter apresentado propostas para redução de IMI, o problema está sobre a petição que estamos aqui a apreciar, que os senhores contestam e das duas posições que se conseguiram juntar. Os senhores dizem que se devia tomar uma decisão sobre esta petição, mas os senhores não apresentaram nenhuma proposta sobre esta petição. Aquilo que disse nesta Assembleia foi rigorosamente isto, mas se não me soube expressar, apresento as minhas desculpas.

Os senhores não são os únicos neste caso, fazem uma distinção entre o trabalho político e partidário no plano local *“Na Assembleia da República são eles e cá somos nós, mas nós não somos a mesma coisa”*.

Acha que o PCP em Setúbal e os Verdes em Setúbal não tiveram nada que ver com as propostas apresentadas pela bancada do PCP na Assembleia da República, sobre esta matéria de IMI?

Acha que os membros deste executivo camarário, os membros desta Assembleia Municipal não trabalharam junto dos seus deputados, para que essa proposta fosse apresentado e pudesse resolver problemas concretos?

Se calhar temos visões e compromentimentos com a vida política muito diferenciados, porque os senhores para uma coisa são o Partido Socialista, para outra coisa são o PS de Setúbal. Já percebemos que se tratam de coisas distintas.

O Deputado Fernando Monteiro conseguiu de forma mais eloquente, daquilo que eu conseguiria, colocar a questão de fundo. Se isto é tão simples e tão razoável, porque é que não há uma resposta?

É um pedido que faço a essa bancada, que nos ajudem a compreender, porque pode ser problema de entendimento da nossa parte, perante uma questão tão simples e sem problema nenhum, o porquê de tanto problema em se obter uma resposta por parte do atual Governo. Sendo as coisas tão simples, a resposta só poderia ser inequivocamente *“Setúbal pode baixar o IMP”*.

Imaginem o trunfo que teriam do ponto de vista eleitoral, *“Fomos nós, o Partido Socialista, que respondemos a esta questão. Aqueles malandros da CDU são obrigados a baixar, porque nós esclarecemos a dívida”*. Era uma mais-valia, era um conselho que era dado de graça e ajudava-nos a todos.



Aquilo que é dito nesta proposta é remeter a petição sobre o IMI à Câmara Municipal de Setúbal, para que no momento da elaboração da proposta taxa de IMI a aplicar em 2018, havendo cabal e inequívoco esclarecimento do Governo sobre a possibilidade de reduzir a taxa máxima.

Em que é que o Partido Socialista está contra esta proposta? Não conseguimos perceber, ultrapassa-nos! É por se pedir um total esclarecimento ao Governo?

É uma coisa que incomoda aos Senhores Deputados aqui em Setúbal, que o Governo esclareça?

Têm algum problema que a Câmara e a Assembleia questionem o Governo sobre a resposta que possa vir sobre esta matéria?

Estão com medo que o Governo venha dizer que não é possível baixar, é isso?

Estou honestamente sem conseguir perceber o vosso posicionamento, por isso estou a tentar ser esclarecido, se me puderem ajudar agradecia.

Albérico Alho (BE) – Não estava a pensar entevir neste debate, mas depois de ouvir a intervenção do Deputado Paulo Calado não posso deixar de fazê-lo. Acho muito curioso, que o Deputado Paulo Calado assuma uma espécie de posição de animador ou “bobo da corte”, porque só posso entender nesse espírito a intervenção dele. Vemos como uma fábula, no tempo em que os animais falavam, para explicar de uma forma sincrética a questão de que em Lisboa estavam no redil ou em Setúbal estavam fora desse redil, em que uns saltavam mais do que outros. Ninguém percebeu ou pelo menos eu não percebi. Do ponto de vista político a intervenção do Deputado Paulo Calado entendo-a muito bem e só pode ter um significado que é tentar esconder a traição que fez aos cinco mil peticionários setubalenses, que andaram durante meses a pedir aos setubalenses para os acompanhar na redução do IMI e agora fazem um casamento contranatura ou talvez não. Só percebo o casamento do PSD neste momento para o PCP, não só por uma questão local, mas uma questão nacional, porque neste momento do que se trata é de fazer alianças até com o diabo, para mostrar que o diabo está vivo.

Respondendo às questões que nos foram colocadas, esta posição é uma desresponsabilização, é um recuo claro em relação às posições que tenham sido tomadas nesta Assembleia. Nos últimos oito anos, o Bloco de Esquerda sempre tem apresentado nesta Assembleia, posições claras sobre redução do IMI. É legítimo e percebemos os argumentos por parte do PCP e de outras bancadas, nomeadamente o PSD, mas não podem dizer que nós não tenhamos tido sempre posições muito claras em relação a esta matéria, porque só pode ser brincadeira por parte do Deputado Paulo Calado quando refere que as posições do Bloco de Esquerda nesta Assembleia têm sido uma espécie de muleta do PCP. Nesta Assembleia temos pautado sempre pelo rigor, pela clareza, pela fundamentação e pelo estudo das nossas propostas. Infelizmente, muitas vezes, para bem dos setubalenses, temos estado de acordo com as posições que o PCP tem defendido, num conjunto de iniciativas apresentadas nesta Assembleia. Quando estamos de acordo dizemo-lo, do mesmo modo que temos dito com toda a clareza, nas alturas em que estamos em desacordo.

O Deputado Paulo Calado deve pertencer a este novo segmento que capturou o PSD, um setor da direita radical que capturou os valores sociais-democratas. O Deputado Paulo Calado possivelmente esqueceu-se quando disse que aqui só se falava no século XIX, por isso lembrava-o, não em relação ao Século XIX, mas há sete ou oito anos atrás, em que mais do que uma vez nesta Assembleia, nós defendemos os militantes do PSD, porque considerámos que estavam a ser tratados de uma forma absolutamente incorreta. Há que lembrar e há que ter memória em relação a tudo!

É evidente que a nossa abstenção neste momento, tal como foi dito pelo meu camarada Henrique Guerreiro “...não faz bem nem mal”, é um recuo em relação ao passado.

Consideramos que felizmente a Câmara Municipal tem condições para tomar as posições que entender em relação ao IMI e este é que é o ponto.

Presidente da Mesa – Pretendo fazer um pequeno reparo. De facto, está em discussão e em análise o conteúdo de uma proposta que resultou da síntese de outras duas propostas iniciais e há aqui argumentos tecidos contra o conteúdo dessa proposta, como se efetivamente houvesse por parte desta Assembleia a possibilidade de fazer coisa diferente. É o que pode transparecer a quem está menos informado sobre o Regimento, que pode transparecer que fosse possível nesta Assembleia, aprovar uma determinada taxa para o IMI. Devo chamar a atenção de que isso não é regimentalmente possível e conseqüentemente parece a que nos devemos limitar à viabilidade da proposta que está em discussão. É neste sentido que eu queria que continuassem a apontar os vossos discursos.

Nuno Marques (CDU) – Obrigado Senhor Presidente pela palavra e o esclarecimento que acabou de prestar, que julgo que ajuda e situa a discussão que estamos a ter nesta Assembleia e para quem está a assistir, esclarece sobre aquilo que são as competências deste órgão.

Ainda temos uma sessão desta Assembleia em setembro que será a Assembleia das despedidas e dos mimos, mas desde já agradeço e retribuo os votos da Senhora Deputada Teresa Andrade do PS, que é uma das pessoas que tive muito apreço em conhecer nesta Assembleia, mas cá nos voltaremos a encontrar em setembro já depois das férias, todos já mais tranquilos e cheios de força para as eleições.

Aquilo que estamos a discutir é uma petição pública que deu entrada neste órgão municipal e sobre a qual resulta uma proposta de deliberação, que é apresentada a partir de um esforço conjunto de dois dos grupos políticos nesta Assembleia. As restantes forças políticas colocaram-se à margem de contribuir para qualquer deliberação a tomar hoje. É uma opção legítima, que não pode ser transformada noutra coisa.

Há alguns aspetos que foram referidos sobre esta proposta de deliberação, nomeadamente pelo Partido Socialista, que não compreendo. Esta proposta de deliberação é a essência da questão que estamos a discutir. A proposta neste momento, com os históricos que temos em cima da mesa e das discussões que já fizemos, coloca duas questões muito objetivas e sintéticas. Diz à Câmara Municipal, entidade que quem tem a responsabilidade de elaborar a proposta de taxa de IMI a aplicar em 2018, para ter em conta a vontade e o interesse manifestado por um conjunto de cidadãos através de uma petição e por outro lado solicita ao Governo que esclareça cabalmente esta questão, coisa que ainda não o fez.

O Senhor Deputado há pouco disse, que não confiava no anterior Governo, mas que este Governo já esclareceu. Acontece que nós não sabemos quando é que isso foi feito! A alguns meses perguntei nesta Assembleia, se tinham aproveitado o debate com o Senhor Secretário de Estado, que decorreu em Setúbal, para que ele pudesse esclarecer sobre essa questão. Esse é que era um bom contributo para Setúbal!

Há uma vontade manifestada, não só para estes cidadãos, mas também pela força política maioritária na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, de baixar a taxa de IMI, mas é preciso haver conforto legal para essa decisão.

Como já aqui foi dito pelo Deputado João Luz, a nossa postura e a nossa posição foi sempre igual e sempre a mesma perante a população, nunca em momento algum a CDU se comprometeu em baixar a taxa de IMI, sem saber que o poderia fazer, mas já o Partido Socialista não é bem assim.

Não é preciso ir ao Século XIX, tal como referiram há pouco, para verificar que nestes seus quarenta e poucos anos de vida, o PS tem tido uma história ziguezagueante e esta não é diferente. No tempo em que o IMI ainda se chamava Contribuição Autárquica a gestão do PS

aplicava a taxa máxima, depois quando passou a IMI o Partido Socialista aqui na oposição, passou a defender uma coisa diferente, mas depois defende uma coisa aqui e outra na Assembleia da República. Naturalmente que podem colocar a questão como foi colocada há pouco, “*Uma coisa somos nós do PS na Assembleia Municipal, outra coisa somos nós do PS na Assembleia da República*”. É difícil explicar à população deste concelho exatamente essa questão, é que no boletim de voto das eleições autárquicas não aparece o nome nem a fotografia do Senhor Deputado, o que aparece é o Partido Socialista e o seu logotipo, que é exatamente o mesmo que aparece no boletim de voto das eleições legislativas. Como é que se explica que na Assembleia Municipal de Setúbal é de uma maneira e em outro sítio é de outra maneira? Mas isso é responsabilidade política e a atitude que cada força política tem, porque não são as pessoas que se elegem são os partidos, justamente para que os cidadãos possam pedir responsabilidades políticas aos partidos.

Não consigo perceber qual é a posição do Partido Socialista, mas se calhar até às eleições de outubro ainda há de evoluir para o referendo ou uma coisa parecida, porque as suas posições vão mudando conforme os tempos.

Há uma proposta de deliberação que reúne a maioria dos membros desta Assembleia, foi um esforço de várias forças políticas para chegarem a estas duas questões, “*A Câmara Municipal, em momento próprio para decidir, tenha em conta a petição pública destes cidadãos e é necessário que o Governo esclareça.*”

Apelamos uma vez mais a que o Partido Socialista se empenhe e que ajude a esclarecer, o que não aconteceu até hoje. O Partido Socialista de Setúbal que peça ao Partido Socialista do Governo, porque parece que é outro, para que esclareça isto. Se esclarecer certamente que temos outras condições em 2018 e disso beneficiará a população do concelho de Setúbal.

Presidente da Mesa – Agradecia que os próximos intervenientes fossem sintéticos nas suas intervenções, visto que muitos dos argumentos foram já múltiplas vezes despendidas e conseqüentemente vamos a coisas novas, se possível.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Esta questão é legal e não está clarificada, pasmo quando ouço dizer que é uma questão tão simples, mas se é tão simples por que é que o Governo não a clarifica? Leva-me a concluir que não será tão simples assim, porque todas as conclusões que eu possa tirar não são agradáveis.

Pergunto aos Senhores Deputados Municipais do PS, quando cá vêm os deputados eleitos do distrito de Setúbal ou quando cá estão os Senhores Secretários de Estado, se já lhes apresentaram esta questão tão simples e qual foi a resposta? Se a questão simples é importante para os eleitos do PS?

Se a questão é importante para os eleitos do PS e acredito que o seja, já a deviam ter colocado aos Senhores Secretários de Estado.

Relativamente a esta petição, fico com o último parágrafo: “*Mais propomos que deve ser dado conhecimento desta deliberação ao Governo, no sentido mesmo se pronunciar se tem algo a opor quanto a esta deliberação*”. Esta proposta tem toda a razão de ser, até, porque ao fazer-se o orçamento para 2018, o Senhor Secretário de Estado, ou seja quem for do Governo, terá que se pronunciar. Se não se pronunciar é tido como favorável e que nada tem a opor e a deliberação é para seguir.

Lamento que esta petição tenha surgido nesta altura, devia ter surgido mais cedo, porque nesta altura não teve a discussão séria que deveria ter tido.

Joel Marques (PS) – Agradecemos ao Senhor Deputado Fernando Monteiro por ter escrito aquilo que pretendia que fosse a nossa intervenção e declaração de voto e ao Senhor Deputado

João Afonso Luz pelo conselho político que nos deu. Permitam-nos quer a um quer a outro, que recusemos os vossos conselhos e as vossas intervenções e que tínhamos a nossa própria e fundada opinião. Não foram três nem quatro vezes, que ouvimos nesta Assembleia pessoas como o Senhor Deputado Paulo Valdez, fazer intervenções claras, concisas, no sentido de não subsistirem dúvidas quanto àquilo que era o despacho conjunto dos Senhores Secretários de Estado, mas agora parece que existem dúvidas outra vez.

O que está em causa nesta proposta de deliberação, para que fique claro, se bem que sei que para vós está claro, apesar de não o quererem dizer, é um pedido de autorização ao Governo para reduzir o IMI, quando tal compete à Assembleia Municipal. Com isso nós não compactuamos!

Aquilo que pretendemos e estamos inteiramente disponíveis para votar favoravelmente, é uma deliberação que indique à Câmara Municipal ou que recomende à Câmara Municipal, que deverá levar em linha de conta a bondade daquilo que é o conteúdo da petição, que tem por base o despacho conjunto dos Senhores Secretários de Estado do PSD. Esta petição não tem por base um pedido de autorização ao Governo, para que possa responder a qualquer dúvida que ainda subsista na cabeça do executivo, resposta essa que duvido que não pudesse ser contraditada com algum parecer jurídico. A petição foi apresentada à Assembleia Municipal e é a esta que cabe assumir a responsabilidade da resposta e não, passá-la a terceiros. Nesse sentido entendemos que a Assembleia Municipal deve assumir essa responsabilidade e estamos inteiramente disponíveis para votar favoravelmente uma deliberação que recomende à Câmara Municipal que tenha em linha de conta o que é proposto pelos peticionários, uma deliberação que considere que a Câmara pode eventualmente levar isso em linha de conta, por estar sujeita a uma resposta de terceiros (aos malandros de Lisboa que nunca vos respondem), não está de acordo com um aquilo que os peticionários nos solicitaram, quer com aquilo que é a posição do Partido Socialista.

Como disse há pouco e repito, relativamente ao IMI, o executivo propõe e esta Assembleia aprova, reprovava ou apresenta propostas de alteração e a Autoridade Tributária aplica. Volto a repetir para que não restem dúvidas, o executivo propõe e esta Assembleia aprova, reprovava ou apresenta alternativa e Autoridade Tributária aplica.

Se os senhores acham que o Governo, por algum motivo, poderá responder negativamente a esta solicitação, então lanço-vos um desafio, votemos favoravelmente uma deliberação que recomenda à Câmara exclusivamente a redução de IMI, reduzamos o IMI na altura devida e vamos ver qual é que será a resposta do Governo e vamos ver se a Autoridade Tributária aplica ou não aplica aquilo que é deliberado no local devido, que é esta Assembleia Municipal.

Recordar ao Senhor Deputado Nuno Marques, em 2016 a receita de IMI foi três vezes e meia superior àquilo que foi a receita de 2004. Fazer este tipo de comparações é o mesmo que comparar água com vinho. As receitas não são comparáveis, porque evoluíram de uma forma exponencial, porque os senhores se recusam determinadamente a assumir a vossa responsabilidade e recusam determinadamente a reduzir o IMI em Setúbal.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Queria cingir-me ao tema que está em debate, mas não queria deixar de responder ao Deputado Albérico Afonso, pedindo-lhe desculpa pelo exemplo bucólico que dei, que pelos vistos perturbou-o. Fico à vontade para lhe chamar “bobo da corte” quando entender, apesar de não ter entendido isso como um insulto, porque senão obviamente teria tomado outras medidas, por considerar que não é o linguajar habitual desta Assembleia. Percebo que o Senhor Deputado anda algum tempo já a acicatado comigo, não sei exatamente o porquê e um dia hei de fazer a contabilização das palavras. É uma sucessão de palavras que existem neste discurso deste Deputado em particular, às quais não me revejo



em nenhum desses epítetos, nem da “direita radical”, nem do “bobo da corte”. Estou muito tranquilo quanto a isso e como tal respondo a isso com um sorriso e espero que o Senhor Deputado passe muito bem. Percebo que ficou incomodado desde a última vez que falámos aqui, depois do Deputado Paulo Valdez ter feito uma analogia entre o desastre de Pedrogão Grande e o desastre das cheias de Lisboa. Veio com esse linguajar habitual da “direita radical” e referiu-se a um jornal da direita radical “O Dia”, jornal esse que já não existe. O Senhor Deputado fica sempre perturbado com este tipo de menções históricas, mas não sei bem porquê! Certamente terá a ver com o rigor e com outro tipo de coisas, mas isso é para outro fórum, não é para aqui.

Propusemos uma proposta de recomendação, que por sugestão da mesa transformamos em deliberação, o mesmo fez a outra bancada desta Assembleia e tentámos dentro do possível, conjugar os textos para atingirmos o mesmo fim, que é baixar o IMI. Não temos lições nenhuma, nem há recuo nenhum, porque como sabemos muito bem e já foi aqui mencionado inúmeras vezes por várias bancadas, os deputados eleitos pelo PSD deste distrito colocaram uma pergunta a este Governo sobre esta questão, não por termos dúvidas, mas porque esse impeditivo é sistematicamente utilizado nesta Assembleia, sem ter havido resposta, o que é estranho. Veremos o que o futuro nos dirá, veremos caso o IMI venha a baixar o que reclamarão algumas bancadas que hoje vão votar contra este texto. A duplicidade é um problema genético de alguns partidos desta Assembleia, não é com certeza do nosso. “*Nós sabemos muito bem onde estamos e para onde queremos ir*” Sr. Albérico Afonso, esta é uma frase que ele se deve lembrar, que foi dita por alguém, a qual estou a usar de forma irónica. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, devemos votar em consciência se queremos ou não baixar o IMI.

Presidente da Mesa – Vai longa a discussão, e praticamente esgotado o tema e volto a sublinhar que o que está em discussão não é a petição, mas sim a moção que dela derivou.

Manuel Fernandes (PS) – Prescindo do uso da palavra, uma vez que me revejo completamente e até, porque, já foram esgrimidos todos argumentos na intervenção do meu camarada de bancada, Joel Marques.

Henrique Guerreiro (BE) – Reportando-me à proposta de deliberação que vai ser votada dentro de momentos, mantenho a dúvida de quando é que o PSD mudou de opinião. Até há pouco tempo o PSD achava que havia um esclarecimento cabal e inequívoco por parte do Governo, quanto à possibilidade de reduzimos o IMI no concelho. Até há muito pouco tempo o PSD achava que o Governo nada tinha a opor quanto a esta possibilidade de deliberação da Assembleia Municipal.

O que é que aconteceu Deputado Paulo Calado?

Que factos novos o Senhor tem conhecimento, que queira partilhar com esta assembleia, que o tenham feito a si e à sua bancada mudar de opinião?

Já não há um esclarecimento cabal e inequívoco por parte do Governo?

Quando é que deixou de haver Senhor Deputado?

Ainda é necessário saber se o Governo se opõe a esta deliberação?

Desde quando Senhor Deputado? Foi nesta semana?

Parece que a semana passada o PSD ainda pensava outra coisa!

Gostava que me esclarecesse se o quiser fazer, obviamente!

João Luz (CDU) – Uma intervenção muito breve, porque o fundamental já foi aqui dito. Gostaria de perceber melhor a sugestão feita na última intervenção pelo Deputado Joel

Marques. Aquilo que está a sugerir a esta Assembleia e ao município de Setúbal é que cometa um determinado ato, que existem sérias dúvidas sobre a sua legalidade.

Os senhores primeiro propõem que se pratique o ato e depois logo se vê as consequências. É uma forma interessante de estar na política, sobretudo quando depois não se tem a responsabilidade sobre a decisão que é tomada. Assim é fácil!

A decisão depois recai sobre aqueles que a tomam. Os senhores dizem: “Façam lá assim e depois logo se vê, depois o Governo logo dirá”.

Porque é que não é ao contrário? Porque é que não há um esclarecimento prévio?

A fim de esclarecer o Senhor Deputado, aquilo que se trata, não é pedir autorização a ninguém para a aplicação de uma qualquer taxa de IMI, é pedir um esclarecimento sobre o enquadramento legal desta matéria. Não estamos a pedir autorização a ninguém, nunca o fariamos, uma vez que conhecemos bem, quais são as competências de cada um dos órgãos em causa. Os senhores, aparentemente têm dificuldade em perceber ou em estar de acordo que o Governo possa abrir um esclarecimento sobre esta matéria.

Aprovando-se esta proposta de deliberação que será remetida ao Governo e havendo um esclarecimento sobre a possibilidade de baixar o IMI, há duas bancadas nesta Assembleia Municipal que se colocam à margem deste processo e isso é o que ficará para a história deste processo. A bancada do Partido Socialista e a bancada do Bloco de Esquerda estão-se a colocar à margem de uma possibilidade efetiva de baixar o IMI. É isto que os senhores estão a dizer aqui e estão a dizer aos setubalenses.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Foi dito nesta Assembleia que a receita de IMI estava a aumentar, porque a CDU teimosamente mantinha taxa de IMI no máximo. A receita de IMI aumentou para este município e para os outros municípios, porque o Partido Socialista (pode não ser este, pode ser o do outro lado do Tejo) decidiu colocar no memorando de entendimento com a Troika, que é um verdadeiro pacto de agressão que este país sofreu, a reavaliação das casas e foi por isso é que a receita do IMI subiu.

Albérico Alho (BE) – Dizer ao Senhor Deputado Paulo Calado, para que não veja a minha referência do “bobo da corte” como qualquer insulto ou qualquer acrimónia. Deve percebê-la como uma referência histórica, para alguém que tinha uma grande dignidade nas atividades que desenvolvia, no entanto, não posso deixar de dizer que a sua intervenção continua com referências insultuosas às posições que tenho defendido nesta Assembleia. Pensando que está a inovar grande coisa, o que o Senhor Deputado Paulo Calado tem muita dificuldade em conviver com a memória histórica. Pensa que é uma espécie de presente contínuo e tenta reeditar a ideia do fim da história que é necessário e unicamente olhar para o presente. Esta sua aliança concretizada neste documento, tenta apagar a memória desta Assembleia sobre as discussões e sobre as grandes reflexões que têm feito, nomeadamente sobre o IMI, que é o que está em discussão.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Não esquecemos o que temos dito em relação ao IMI em Setúbal em todos estes anos. A iniciativa foi tomada por um grupo de cidadãos que promoveu a petição, fez-nos concluir algo que é inelutável, concluímos que a diminuição do IMI se tornou inelutável no concelho de Setúbal, é uma questão de tempo, por isso é-nos mais importante procurar encontrar esse objetivo comum de diminuirmos o IMI para todos os cidadãos de Setúbal e Azeitão, do que continuar nas “guerras do Alecrim e da Manjerona”. Quem vai ganhar com isto não é cada um dos partidos que têm participado nesta discussão, na defesa das suas ideias, daquilo que consideram o mais adequado para o coletivo, mas acima de tudo são

os contribuintes do concelho de Setúbal, que acreditamos que em 2018 (por isso é que subscrevemos esta proposta de deliberação comum) esta proposta de deliberação possa permitir, de uma forma suave, o IMI diminuir para os 0,40%, no concelho de Setúbal. Isso é que é importante, sem pôr em causa as receitas da Câmara Municipal de Setúbal, aliviar a carga fiscal do património dos nossos concidadãos, particularmente, porque a maioria desse imposto incide sobre a sua residência familiar. Sem me esquecer do que tenho dito ao longo dos anos sobre este assunto, é mais importante encontrarmos aquilo que nos une, que é diminuir a carga fiscal dos cidadãos, do que continuarmos com estas guerras e questões, em que também participei ativamente e com muito prazer, (porque a política tem um “q.b.” de lúdico e de demagógico). É uma altura própria de conscientemente participarmos nesta construção, por isso, decidimos isto quando concluímos que a diminuição do IMI no conselho de Setúbal se tornou inelutável.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 19 da CDU, 4 do PSD/CDS e 1 de AC, 10 votos contra do PS e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

3. Deliberação n.º 217/17 - Proposta n.º 53/2017 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Revisão ao Orçamento

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 1 abstenção do PS e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 2 votos a favor da CDU e 4 abstenções, 2 do PS, 1 do PSD/CDS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade, emitiu parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 3 abstenções, 2 do PS e 1 do BE, e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, 4 votos contra do PSD/CDS e 13 abstenções, 10 do PS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

4. Deliberação n.º 216/17 – Proposta n.º 52/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP - Abertura de concurso público para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 36 meses

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.



Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 51.

5. Deliberação n.º 142/17 – Proposta n.º 35/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Azeda, Freguesia de São Sebastião

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade, emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

6. Deliberação n.º 196/17 – Proposta n.º 14/2017 – GAP – Protocolo com a Coral Europa para a realização de segunda temporada da série televisiva intitulada “Inspetor Max”

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 53.

7. Deliberação n.º 206/17 – Proposta n.º 15/2017 – DOM/SMHAB – Regulamento de Acesso e Atribuição de Habitação Municipal de Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 2 abstenções do PS e PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor, 2 da CDU e 1 do BE, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.



Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade, emitiu parecer favorável, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 do BE e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Domingos Semedo (PS) – A bancada do Partido Socialista quer saudar o executivo por ter abraçado esta proposta que, por sua vez, também havia sido proposta pelo Partido Socialista em Dezembro de 2015. Após análise da mesma, temos algumas questões e sugestões para deixar em Assembleia.

No artigo 12.º, quanto à questão da exclusão da candidatura *“Recusa de habitação por esta não ter condições”*, se as casas não tiverem condições para serem habitadas, falta de janelas, loiças sanitárias, aduelas, cozinhas, os candidatos são excluídos por recusarem habitar nessas casas que não têm condições. Sugeríamos a criação de um aplicativo informático, para registo numa base de dados, de toda a informação resultante da apreciação dos pedidos de atribuição de direito à habitação municipal, que constasse no presente regulamento.

Quanto ao critério de seleção e atribuição, nos critérios de prioridade, não estão constatados famílias cujos agregados tenham doenças crónicas, rendimentos per-capita inferiores. Só é contemplado famílias monoparentais, com menores a cargo e as nucleares, com menores a cargo.

No artigo 5.º, ponto 3, deveria estar regulamentado, a que o regime de exceção diz respeito. Porque no regulamento refere: *“São admitidas outras candidaturas devidamente fundamentadas e autorizados pelo Presidente da Câmara com a possibilidade de delegação de competências”*. Isto é mais um critério de definição de prioridades?

Gostaríamos que nos esclarecesse quanto a este artigo que é pouco claro.

Vereador Carlos Rabaçal – Este regulamento já está algum tempo a rolar no debate, foi aprovado em reunião de Câmara, esteve em debate público 30 dias e regressou a reunião de Câmara sem qualquer alteração e sem qualquer sugestão, neste momento na Assembleia não pode ser alterado, a não ser que não seja aprovada e volte à Câmara. Essas sugestões que considero interessantes deveriam ter sido feitas no debate público ou atempadamente para ser considerado na proposta. É uma pena, porque fiz um apelo nesse sentido, falei com várias pessoas que estão aqui, para olharem com calma e para apresentarem sugestões. Dada a matéria em questão, apelei para que esta proposta tivesse um amplo consenso por esta Assembleia, lamentavelmente agora é tarde para se fazerem as alterações.

Foram colocadas algumas questões que interessa esclarecer. Ninguém deixa de ter a atribuição de casa, porque a casa está com problemas, mas não consegue arranjar-la, há sempre uma solução para isso e nós temos de encontrar soluções. Este regulamento decorre da Lei nº 32, que altera a Lei nº 81, a qual exige que haja um regulamento de acesso e atribuição, que torna pública a lista que vai existir. Há três opções para o concurso de acesso, as duas primeiras opções que rejeitamos tem que ver com coisas pontuais, há uma situação que é de atribuição de casas que se aplica sobretudo às casas novas, trata-se de um concurso que abre e fica concluído depois da atribuição.

Há uma outra linha de concurso anual, que é uma lista ordenada e durante esse ano não entra mais ninguém, significa que as pessoas que se inscrevem ficam registadas para o ano seguinte, não há hipótese de fazer um apuramento da situação dessas pessoas. No ano seguinte começa de novo e faz-se outro concurso, mas isso não é uma boa solução e por isso fomos para a solução da lista por inscrição, o que obriga-nos a receber as pessoas e discutir com as pessoas. Criamos uma lista ordenada que é publicado, mas que pode sofrer alterações em função dos

novos pedidos que aparecem, levando a um esforço tremendo dos serviços, de permanente avaliação e de colocação, sofrendo a lista em função das situações específicas de cada família. Esta é a solução mais trabalhosa, mas parece-nos ser a mais consistente, a mais justa, a mais séria, visto que nos pode aparecer uma família com maior necessidade para ter acesso a uma habitação.

Há uma matriz de classificação que sempre usámos e à qual aperfeiçoámos. Para além desta matriz a atribuição de habitação é sempre feita com uma reunião da equipa técnica que discute, analisa para cada tipologia, caso a caso, significa que não há uma aplicação direta e automática, porque há matizes na composição das famílias e da sua situação que não são traduzíveis em números ou em itens. A nossa equipa técnica, que está no terreno todos os dias, que visita as famílias e como acompanham tudo, também tem uma palavra a dizer perante estes parâmetros.

Este regulamento de acesso não cria casas, não cria mais habitações, este regulamento de acesso permite à Câmara fazer aquilo que tem que fazer, sempre que fica livre uma habitação, garantir que alguém a ocupe de uma forma adequada. Não posso dizer que é justa, porque não há nenhuma justiça nisto. Quando temos dois a três mil pedidos e temos entre 500 a 600 pessoas que precisam de casa para hoje, quando se liberta uma casa e a atribuímos de imediato a outra família, ainda ficam 499 famílias de fora. Para a nossa equipa técnica é uma coisa difícil de fazer e isso e até doe.

Precisávamos de encontrar mais casas para aplicar neste regulamento e só assim se resolveria o problema, fosse através de casas devolutas, através da reabilitação urbana ou de outras medidas que tenham que ser tomadas, por isso o Governo está a pensar desenvolver um conjunto de ações centradas no reforço da oferta de habitação.

Este regulamento visa gerir a atribuição de casas que estão sob a gestão da Câmara. Para 500 casos comunitários, temos neste momento disponíveis por ano, no máximo, 40 fogos. Significa que houve pessoas que saíram, morreram, emigraram, etc., e só quando há fogos devolutos é quando se podem atribuir.

Esta explicação serviu para terem uma ideia da limitação deste regulamento, que vem introduzir uma visibilidade pública de um mecanismo que já utilizávamos, mas não acrescenta capacidade de alojamento. O esforço é de diminuir a injustiça, não é de criar justiça, porque não há justiça quando há pessoas a precisar de casa.

Temos defendido muito que a habitação pública municipal não é um apoio social é um direito constitucional. O que é social é o apoio que é dado, para as pessoas que tenham acesso à habitação e isso é uma matéria que ultrapassa claramente este município ou qualquer outro município e exige uma política nacional consistente, que responda às necessidades de 250/300 mil pessoas que estão à procura de habitação.

Para além das centenas de milhares de famílias produtivas, que trabalham, que ganham o seu dinheiro, mas não têm meios financeiros para ter uma habitação digna, mas para esses nem sequer se pensa em alguma coisa. Em Setúbal têm acesso à habitação social, pessoas que tenham rendimentos de 350€ a 400€. Uma pessoa que ganhe 600€ é considerado “rico” para um cenário de habitação pública em Setúbal. As dificuldades de algumas pessoas por serem famílias numerosas e as dificuldades de resposta que existe para essas pessoas que ganham entre 600€ a 700€, não têm acesso a este tipo de habitação, porque a sua capitação não permitem esse acesso.

Este regulamento foi um esforço dos serviços de encontrar uma solução adequada à lei, procurando traduzir a nossa experiência de trabalho na atribuição de casas, que de à longa data tem vindo a ser desenvolvido.

Em relação à questão colocada sobre as decisões. Há sempre margens de características familiares que não cabem nesta escala, porque temos que ter uma forma de tomar a decisão. A

par das regras que aqui estão, temos que também ter uma leitura da família concreta, para o espaço concreto, caso contrário podemos tornar ingovernável um prédio, criar conflitos e complicações sérias.

É um trabalho duro e difícil que a nossa equipa técnica leva com uma grande seriedade e com grande empenho, mas que não é fácil de resolver, como devem calcular.

Presidente da Mesa – Senhor Deputado, por mais justa, legítima e racional que sejam as propostas orais ou sugestões que fez, elas não podem ter neste momento aceitação pelo modo como são feitas.

Manuel Fernandes (PS) – As propostas podem ser feitas na Assembleia Municipal, assim o executivo esteja disponível para as acomodar, no sentido de retirar a proposta e trazê-la mais tarde, com essas novas propostas. Foi nesse sentido que fizemos as propostas e penso que era isso que o meu camarada ia dizer.

Domingos Semedo (PS) – Agradeço ao Senhor Vereador pelo esclarecimento.

O Partido Socialista não tem qualquer dificuldade em votar a favor.

Esta é a realidade, há pessoas a quem lhes são atribuídas as habitações sociais que não têm condições e têm que recorrer à pouca economia que têm, para restaurar a habitação. Há alguma assistência por parte da Câmara Municipal neste sentido?

Vereador Carlos Rabaçal – É evidente que se o executivo aceitar propostas, tem que retirar a proposta e voltar. Não temos nenhuma vantagem nisso, vamos ter assembleia em setembro e isto tem que avançar. A lei define que se avance com o regulamento de acesso e nós precisamos trabalhar com regulamento de acesso o mais depressa possível. Não vejo vantagem, até porque as propostas em questão não alteram nada de fundo.

Temos cada vez menos casas degradadas, já tivemos praticamente todas as casas que recebíamos para entregar todas degradadas e a situação tem vindo a melhorar, porque há um trabalho de acompanhamento mais próximo. Quando aparece um pedido de habitação e existe casa que é devoluta e degradada, perguntamos à família se aceita a casa e a família diz que sim ou não, caso não aceite contactamos outra família que possa aceitar aquela casa. A pessoa faz uma intervenção de melhoria na casa e não paga renda até a casa estar em condições e o contrato só é feito após a casa estar nas devidas condições. Às vezes é a Câmara que dá uma ajuda, outras vezes são outras instituições que dão uma ajuda ou os amigos para reporem as condições de habitabilidade. Por que razão optamos por esta solução? Uma casa degradada que vale oito mil euros, a sua recuperação custa vinte ou trinta mil euros, caso seja uma empreitada da Câmara, para a sua recuperação, enquanto eles recuperam por muito menos custos. Caso contrário a alternativa é fechar a casa, porque não temos hipótese de a recuperar por esse valor. São os próprios candidatos que pedem que lhes dê a casa para a poderem recuperar. Perante esta situação coloca-se a seguinte questão: Isto é moral, isto é correto? Temos desenvolvido uma tese do direito constitucional de habitação, que faz com que o nosso pensamento e o nosso olhar sobre a casa entregue é uma casa para o resto da sua vida, não é uma casa de apoio social temporário, como o PSD tentou fazer numa certa altura da discussão desta lei que está em vigor, em que de três em três anos roda tudo.

A lei hoje obriga a que o arrendamento seja transmitido aos membros do agregado, desde que necessitem, mas antes dessa lei a Câmara já fazia isso mas fazia, porque queria, não era obrigada a transmitir o arrendamento a ninguém e isso significa que uma casa pode durar 100 anos numa mesma família. Por isso dizemos às famílias que nos ajudem a cuidar dessa casa, porque irá ser dessa família durante muitos anos e nós iremos ajudar a cuidar dela também.

Durante muito tempo e dentro da ideia de que “*é uma coisa temporária, é da Câmara e logo se vê*”, as pessoas partiam as casas. Desde que introduzimos este pensamento e esta reflexão em dezenas de plenários de moradores, as pessoas passaram a olhar para as casas de forma diferente e hoje temos pessoas a cuidar das casas de outra forma, a ter outro carinho pelas casas e a garantir a manutenção das casas de uma forma como nunca pensaram fazer. A questão das casas degradadas, que foi aqui colocada a partir do momento em que introduzimos este pensamento tomou outro figurino e as casas degradadas estão a desaparecer. Temos algumas casas degradadas de casos sociais complexos, com problemas psiquiátricos, mas onde não há esse tipo de problemas a situação está a evoluir de forma positiva, dentro das casas como dentro dos prédios a população estão-nos a ajudar. Estamos a tentar que cada casa seja ocupada por alguém e por isso procuramos todas as soluções possíveis para que isso aconteça. Não temos condições de fazer o que fazem alguns dos poucos municípios, em que a casa fica devoluta durante dois anos e meio para ser recuperada e ao fim de cinco anos, juntam meia dúzia de casas já recuperadas e fazem um concurso. Em Setúbal esta situação não se aplica, uma casa que aqui fica devoluta tem que ser entregue no dia seguinte, porque há muita gente a necessitar e se não entregamos a casa é ocupada de imediato. Quando a casa é entregue, mesmo que esteja degradada e a pessoa não esteja lá a viver, mas desde que esteja a fazer a recuperação ninguém a ocupa, ninguém cria problemas. Trata-se de um processo que desenvolvemos e que é muito próprio da Câmara de Setúbal, temos tido muito êxito, por que se cria um sentimento de pertença, por aquilo que é feito com os moradores, com o apoio de terceiros, incluindo a Câmara. Sendo defendido pelos próprios, ninguém deixa estragar, o que é muito importante neste processo de atribuição de casas, sobretudo numa lógica inquilino senhorio, que em tempos levou à degradação profunda das casas e que estamos a tentar recuperar, com este processo de debate e reflexão conjunta.

Vitor Ferreira (PS) – Consideramos as propostas interessantes, mas percebendo-se a urgência do regulamento ficamos na expectativa, que numa alteração futura, se leve em linha de conta para que possamos altura voltar à discussão.
Já foi dito que vamos votar favoravelmente o regulamento.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 do AC, e 4 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 54.

8. Deliberação n.º 221/17 - Proposta n.º 57/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso público para o direito de ocupação de espaço para instalação, manutenção e exploração de máquinas de venda de bebidas e produtos alimentares em edifícios municipais

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 55.



9. Deliberação n.º 227/17 - Proposta n.º 18/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Reconhecimento de relevante interesse público municipal do “Projeto PRANA” – Parque de campismo, Quinta de St.º António do Galvão

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 2 votos a favor da CDU, 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PSD/CDS, e o BE remeteu para o plenário a sua decisão, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade, emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Albérico Alho (BE) – Na reunião da Comissão de Educação Cultura e Questões Sociais tive algumas dúvidas em relação a votar favoravelmente esta proposta, sobre o conhecimento de relevante interesse público municipal do projeto “PRANA”. Depois de ter lido com mais atenção a proposta em apreço, essas dúvidas não só permaneceram como até se avolumaram, por isso pretendia partilhá-las convosco.

A primeira dúvida é de princípio e a segunda dúvida está diretamente relacionada com o fundamento da proposta que estamos a analisar.

Na Assembleia Municipal temos aprovado várias propostas em que temos reconhecido por várias vezes, o relevante interesse público municipal, de uma forma bastante benevolente, de uma forma às vezes ligeira, porque as aprovações que temos feito nestas circunstâncias tem sempre visado resolver situações que litigam com o PDM (Plano diretor Municipal) ou com outras disposições legislativas de natureza diversa. Na maior parte dos casos apresentados a benevolência nesta Assembleia, tem sido justificada pelo facto de estar em causa a possibilidade do desaparecimento de postos de trabalho, o que nos tem condicionado. Tem havido quase sempre uma espécie de espada de Dâmocles sobre as nossas cabeças, para não dizer que tem havido uma certa chantagem sobre a Assembleia “*Aprovam ou serão responsáveis morais pelo desaparecimento dos postos de trabalho*”.

(Um comentário lateral - Dizer ao Sr. Deputado Paulo Calado que o Dâmocles não é nenhum personagem do século XIX, é um pouco mais antigo).

Face à situação exposta a pergunta que deixo é a seguinte: Não estaremos todos sem exceção, a correr o risco de banalizar e de vulgarizar um instituto que só deveria ser usada em situações verdadeiramente excecionais?

O relevante interesse público não se pode confundir com interesses privados e nós como eleitos só temos que responder pela defesa do interesse público. Não estou a dizer que não seja legítimo a defesa dos interesses privados, mas o que quero dizer e reafirmar é que não podemos confundir as duas coisas. A não tenho dúvidas que todos e todas me acompanharão na ideia, que o desígnio desta Assembleia é a defesa do relevante interesse público.

Postas estas questões iniciais passamos então analisar a proposta em apreço. Do meu ponto de vista a proposta a que tem todos os ingredientes que suscitam as dúvidas que acabei de denunciar, face ao actual PDM (Plano Diretor Municipal), a Quinta de Santo António do



Galvão, uma área de seis hectares vírgula dois, encontra-se classificada na área dos espaços culturais e naturais, o que limita e impede novas construções.

Tem igualmente restrições pelo facto de se integrar no domínio público hídrico, há várias linhas de água que atravessa o terreno.

Há ainda uma parte dos terrenos da Quinta de Santo António que estão integrados na Reserva Agrícola Nacional.

Qualquer destas três dimensões que referi impede só por si, novos tipos de construções e também qualquer outro uso para além daqueles que já promove, que são atividades de recreio, lazer, cultura e organização de eventos.

Para concluir, há que referir ainda outros aspetos que me suscitam dúvidas dado que as propostas são apresentadas numa linguagem um pouco eufemística. É referido o aproveitamento do edifício anterior a 1972, para complemento de alojamento. Está prevista a implementação de uma zona para acampamento de tendas (oito unidades), pretendendo-se a oferta de mais quatro unidades de alojamento em modalidade complementar ao parque de campismo a prever na construção pré existente, perfazendo a capacidade para quarenta e oito utentes. Refere a implantação de mais cerca de dez “yurts” e explicam que são uns abrigos importados de Ásia central, para mais quarenta utentes, o que significa que já estamos em oitenta e oito utentes.

As dúvidas são estas desde logo, pelo que pedia o vosso esclarecimento.

As construções em 1972 são ruínas ou são outra coisa?

O que é que se pretende fazer?

É para fazer edificações em cimento, em materiais mais amigos do ambiente?

Serão estruturas amovíveis ou outras?

No passado, o PNA (Parque Natural da Arrábida) teve uma posição muito indulgente face a novas construções e é ele quem vai controlar e fiscalizar este tipo de construções e isso preocupa-me.

Há um aspeto de detalhe, mas que é curioso, a proposta é embrulhado numa retórica ideológica e num palavreado que não nos choca, mas que foi quase diretamente tirado da revista “HOLA”, desde a referência ao empreendedorismo, que agora numa espécie de poção mágica, transforma tudo em padrões de sucesso e os que não conseguem são considerados palermas, desqualificados ou incompetentes, para além do conceito “*Glamping*” (*camping com glamour*). Tudo isto é pouco consistente.

Queria que a Assembleia fosse esclarecida em relação a estas preocupações e caso não integre estas preocupações ir-nos-emos abster, mais no sentido de alerta para situações deste tipo, em que claramente estamos a ser pressionados de uma forma que não me parece legítima.

João Luz (CDU) – A intervenção do Deputado Albérico Alho vem na sequência daquilo que foi a discussão que tivemos na Comissão de Cultura e que a todos nós estão patentes um conjunto de dúvidas sobre a utilização deste instrumento, “relevante interesse público municipal”, que na prática visa, perante entidades privadas a que são reconhecidos o interesse público municipal, existir a formalização dessa declaração relativo a esse interesse privado. O problema que aqui se coloca é que muitos destes factos que temos vindo a apreciar na Assembleia, como sendo a única ferramenta legal que permite a regularização e o enquadramento destas situações. Perante esta proposta e tendo em conta a sua leitura um pouco mais aprofundada, parece-me que estamos perante a necessidade de regularizar coisas que até já existem. A própria DRAP-LVT (Direção regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo) informa-nos que o melhor é ir por este caminho. Há um conjunto de instituições públicas que acabam por socorrer de um instrumento que, se calhar não era o mais adequado, porque resguardaria o interesse público municipal para outro tipo de coisas, mas na

prática aquilo que na Assembleia temos vindo a ser confrontados ao longo dos tempos, é perante esta evidência que é a única solução e a única ferramenta legal ao dispor para resolver estas situações. Partilhando das dúvidas de fundo que o Deputado Albérico nos colocou, mais uma vez, perante a necessidade de não sermos nós o fator de impedimento ao exercício de uma determinada atividade e a promoção da regularização das situações existentes, da nossa parte não vemos outro modo de olhar para esta proposta se não votá-la favoravelmente.

Presidente da Câmara – O Deputado João Luz respondeu exatamente aquilo que iria dizer. Esta não é a melhor forma de reconhecimento de interesse público, como é óbvio e por isso estou absolutamente de acordo com aquilo que o Deputado Albérico disse e com aquilo que o deputado João Luz respondeu.

A REN (Reserva Ecológica Nacional) já foi alterada várias vezes, num período de 10 anos, para conseguirmos fechar finalmente a questão do PDM (Plano Diretor Municipal), se o PDM estivesse em vigor com a nova legislação, já podíamos ter enquadramento para resolver este problema, estamos a resolver REN que não está ainda fechada por parte do Governo. É a própria DRAP (Direção regional de Agricultura e Pescas) que refere, que só tem uma forma de resolver isto e isto está salvaguardado no enquadramento do PDM, caso contrário não podemos legalizar este edifício já pré existentes, que é composto por uma piscina, um edifício de restauração e bar, sem ser por esta forma.

Albérico Alho (BE) – Tenho algumas das dúvidas que estão relacionadas com a natureza dos materiais utilizados nessas ruínas. São efetivamente ruínas ou são materiais mais consistentes? A Câmara não está preocupada com a utilização desses materiais e também com a vigilância em relação estas novas construções, que me parecem num âmbito alargado?

Presidente da Câmara – As construções têm de ser enquadradas já com a nova legislação só quando o PDM estiver autorizado, o que se está a fazer agora é a legalização do que já existe e o que já existe é alvenaria.

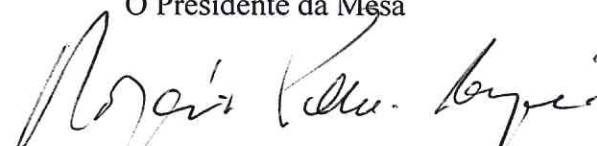
Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 4 do PSD/CDS e 1 do AC, e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e dois de setembro, de dois mil e dezassete, contém setenta e seis folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

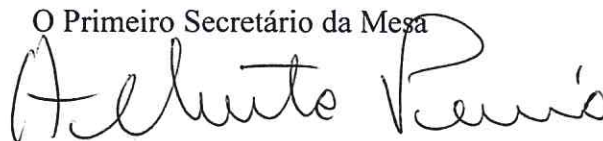
O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinco minutos do dia sete de julho, de dois mil e dezassete.

O Presidente da Mesa



Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

A segunda Secretária



Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vítor Marcos
Verificada por: Ana Cristina Claro
Revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa